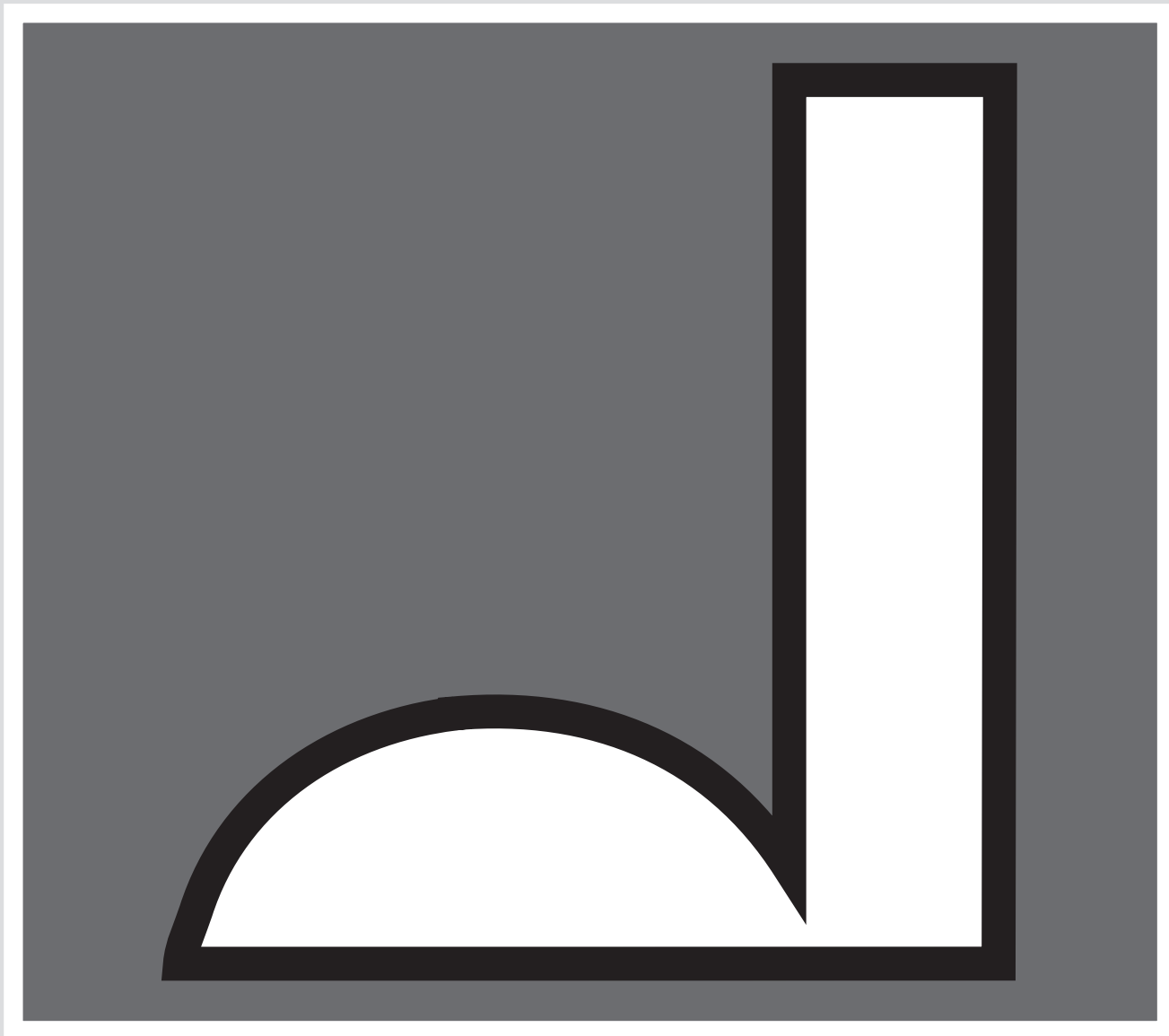




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 084 - SÁBADO, 18 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 567, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Jubiaba Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 729, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Jubiaba Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 568, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fronteira Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barracão, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.273, de 24 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 29 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Fronteira Oeste Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barracão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 569, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Laranjeiras do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de dezembro de 1998, a concessão da Rádio Educadora Laranjeiras do Sul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 570, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1998, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 571, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Universidade Católica de Pelotas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de fevereiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de outubro de 1995, a concessão da Universidade Católica de Pelotas para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 572, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da TV Independência S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de outubro de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 27 de fevereiro de 2000, a concessão da TV Independência S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 573, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Folha de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 175, de 27 de março de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de outubro de 1996, a permissão outorgada à Rádio FM Folha de Londrina Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 574, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jandaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 31 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de dezembro de 2001, a concessão da Rádio Cidade Jandaia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 575, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mário Teixeira Marinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambaracá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 223, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Mário Teixeira Marinho a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambaracá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 576, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Estância Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.304, de 16 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 4 de setembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Estância Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 577, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Laranjense (ASCOL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 429, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Laranjense (ASCOL) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 578, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Rádio Clube de Mimoso do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Rádio Clube de Mimoso do Sul a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 579, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tokaia Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdígão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdígão, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 432, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Tokaia Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdígão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdígão, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 580, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 421, de 22 de agosto de 2003, que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 581, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Líder de Votuporanga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de fevereiro de 1999, a concessão da Rádio Líder de Votuporanga Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 582, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.846, de 11 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 583, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de janeiro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 584, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraciama – MG (ASCOG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciama, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.590, de 9 de agosto de 2002, alterada pela Portaria nº 594, de 10 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraciama – MG ASCOG a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciama, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 585, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Independente de Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.954, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 586, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Santarritense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 434, de 22 de março de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de fevereiro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Difusora Santarritense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 587, DE 2005

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural de Ipanema para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural de Ipanema para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 588, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária do Guaé (ABCCG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 466, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária do Guaé (ABCCG) a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 589, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araripe de Campos Sales Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de janeiro de 1992, a concessão da Rádio Araripe de Campos Sales Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 590, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Pontagrossense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de novembro de 1998, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Clube Pontagrossense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 591, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 597, de 10 de novembro de 2003, que autoriza a Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 85ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências..... 20167

1.2.2 – Parecer

Nº 1.018, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004 (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás..... 20167

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 76, de 2005, da Comissão de Educação..... 20170

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 440, 508, 591, 733, 736, 751, 786, 866, 871, 904, 925, 948, 955, 962, 966, 1.004, 1.071, 1.095, 1.128, 1.148, 1.149, 1.166, 1.169, 1.208, 1.210, 1.224, 1.232, 1.234, 1.253, 1.264, 1.269, 1.278, 1.290, 1.293, 1.295, 1.298, 1.331, 1.355, 1.359, 1.380, 1.387, 1.393, 1.399, 1.403, 1.405, 1.408, 1.410, 1.414, 1.415, 1.417, 1.419, 1.422, 1.423, 1.427, 1.429, 1.432, 1.439, 1.447, 1.448, 1.451, 1.453, 1.454, 1.481, e 1.485, de 2004; 2, 5, 9, 14, 16, 18, 28, 31, 44, 51, 54, 56, 60, 66, 73, 75, 78, 81, 82, 84, 85, 87, 91, 98, 108, 110 e 116, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação..... 20170

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 252, de 2005, em 15 de

junho de 2005 e publicada em 16 do mesmo mês e ano, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, e Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 20176

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional..... 20177

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 162, de 2005 (nº 365/2005, na origem), de 15 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 19 e 20 do corrente, para realizar visita a Assunção, República do Paraguai, a fim de participar de reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Países Associados. 20177

1.2.5 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica..... 20177

Projeto de Lei nº 8, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00 (trinta e oito milhões e dez mil reais), para os fins que especifica..... 20214

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação dos Projetos de Lei nºs 7 e 8, de 2005-CN, e

remessa das matérias à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 20225

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo..... 20225

Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que altera os arts. 62 a 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e revoga os arts. 1.199 a 1.204 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)..... 20226

1.2.8 – Ofícios

Nº 126/2005, de 17 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 20230

Nº 752/2005, de 16 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados João Magalhães, Paulo Afonso e Waldemir Moka, como suplentes, para integrarem a referida Comissão..... 20231

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Comemoração do Dia Nacional da Língua Portuguesa. 20231

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Importância da isenção nas investigações da CPI dos Correios. 20234

SENADOR EDISON LOBÃO – Defesa da recomposição salarial dos militares das Forças Armadas da mesma forma que estão sendo atendidas a polícia judiciária e militar dos Estados e do Distrito Federal. 20236

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Apoio ao ex-Ministro José Dirceu. Considerações a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos pela CPMI dos Correios. Questão enfrentada pela Petrobras envolvendo o suprimento e transporte de gás natural da Bolívia. 20238

SENADOR ALVARO DIAS – Importância de uma investigação imparcial na CPI dos Correios.. 20256

SENADOR TIÃO VIANA – Considerações sobre a crise política no País..... 20257

SENADOR PEDRO SIMON – Análise da atual crise política..... 20260

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Anúncio de viagem de S. Ex^a aos EUA para tratar da repatriação de brasileiros presos por imigração ilegal. 20265

SENADORA HELOÍSA HELENA – Comentários à saída do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. 20265

SENADOR HERÁCLITO FORTES – A crise política no País. 20267

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Reassunção pelo Senhor Mauro Fecury, Primeiro Suplente da Senadora Roseana Sarney, do mandato de Senador pela representação do Estado do Maranhão. (Encaminhamento à Mesa da comunicação de filiação partidária e nome parlamentar) . 20270

1.2.11 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR EFRAIM MORAIS – Comentários a respeito de matérias publicadas na imprensa sobre a crise política. 20270

SENADOR MÃO SANTA – Crise política que assola o Governo. Aumento do preço da gasolina no Brasil. Viagem de S. Ex^a ao Rio Grande do Sul para tratar do problema dos quilombolas. Gastos em propaganda na Petrobras. 20273

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Início de sacertado da CPI dos Correios. 20276

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários aos artigos “Degradação política” e “Fadiga dos metais”, publicados nos jornais **Folha de S.Paulo** e **Correio Braziliense**, edições de 21 e 22 de maio último, respectivamente. 20282

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição do artigo “O ridículo e os escroques”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 20 de maio último. Considerações a respeito de documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária denominado “Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em Farmácias”..... 20284

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição do artigo “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 4 do corrente. 20285

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Considerações sobre o artigo “Sair da crise”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 5 do corrente..... 20290

SENADOR ALMEIDA LIMA – Comentários à matéria “A maior crise de Lula”, publicada na revista **Veja**, edição de 25 de maio último..... 20291

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição do artigo “A ressaca do regresso”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 29 de maio último. 20292

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações acerca da matéria “A agenda presidencial”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 18 de maio último. 20293

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários ao artigo “Lula sob a luz da História”, publicado no jornal **O Globo**, edição de hoje. 20294

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Aspectos técnicos do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. 20296

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 87, de 2005. 20300

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.572 a 2.604, de 2005. 20300

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****5 – SECRETARIA DE COMISSÕES****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 85ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Edison Lobão, Efraim Moraes,
Mão Santa e da Sra. Heloísa Helena*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004** (nº 1.103/99, na Casa de origem), que dá nova redação ao §3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.018, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004 (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Hélio Costa**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.267, de 2004 (nº 1.039, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de agosto de 2002, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação

foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, a fim de instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.267, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.267, de 2004, não evi-

denciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 1267/04 NA REUNIÃO DE 31 105 103
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Flávio Arns* SEN: FLÁVIO ARNS

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
RELATOR	
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPIÑO				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 31/05/2005

SENADOR
Presidente Eventual da CE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 76, de 2005**, da Comissão de Educação, lido em 9 de julho de 2005, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto**

Legislativo nº 1.267, de 2004, aprovado pela Comissão de Educação, cujo parecer acaba de ser lido, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2004** (nº 315/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eirunepé, Estado do Amazonas*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2004** (nº 3.083/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – Asdut a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarrafas, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2004** (nº 807/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2004** (nº 421/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Prol de Araguari – Acepa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2004** (nº 431/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa de Uberaba – Fureu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 751, de 2004** (nº 3.058/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Integrativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2004** (nº 192/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Chácara a executar serviço de*

radiodifusão comunitária na cidade de Chácara, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 866, de 2004** (nº 426/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 871, de 2004** (nº 449/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2004** (nº 3.178/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FJB FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo do Baixo, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2004** (nº 506/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2004** (nº 567/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Divinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 955, de 2004** (nº 3.059/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Universo – Acobeu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2004** (nº 17/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Embracet – Empresa Brasileira de Comunicação, Educação e Turismo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2004** (nº 166/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascombap – Associação Comunitária de Cultura e Comunicação do Barro Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.004, de 2004** (nº 584/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Vale do Piracicaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.071, de 2004** (nº 659/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pedra Pintada – ACP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.095, de 2004** (nº 848/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itacaiúnas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marabá, Estado do Pará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.128, de 2004** (nº 198/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.148, de 2004** (nº 705/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Aracati Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracati, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.149, de 2004** (nº 707/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.166, de 2004** (nº 764/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maciço de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baturité, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.169, de 2004** (nº 773/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.208, de 2004** (nº 977/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comu-*

nitária São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.210, de 2004** (nº 985/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aratuba, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.224, de 2004** (nº 238/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.232, de 2004** (nº 575/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.234, de 2004** (nº 580/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio ao Cidadão Carente – A.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.253, de 2004** (nº 620/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Itaberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.264, de 2004** (nº 1.034/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paraíso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.269, de 2004** (nº 1.043/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tianguá, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.278, de 2004** (nº 1.214/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.290, de 2004** (nº 590/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.293, de 2004** (nº 651/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iguaiense Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguai, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.295, de 2004** (nº 667/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298, de 2004** (nº 699/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Evangelii Nuntiandi para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.331, de 2004** (nº 1.076/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irecê, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.355, de 2004** (nº 1.135/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sul Paraná Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.359, de 2004** (nº 576/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.380, de 2004** (nº 1.084/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.387, de 2004** (nº 1.125/2004, na Câmara dos Deputados),

que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Palmares S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.393, de 2004** (nº 1.137/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.399, de 2004** (nº 1.162/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maringá de Pombal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pombal, Estado da Paraíba;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.403, de 2004** (nº 1.169/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Galante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.405, de 2004** (nº 1.172/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.408, de 2004** (nº 1.177/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente de Marapanim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.410, de 2004** (nº 1.179/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Casa da Providência para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.414, de 2004** (nº 1.197/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nelson Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.415, de 2004** (nº 1.198/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Creche Godiva Agos-*

tini da Matta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miradouro, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.417, de 2004** (nº 1.203/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial Manje a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.419, de 2004** (nº 1.211/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “FM” de Tupanatinga – Pernambuco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupanatinga, Estado de Pernambuco;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.422, de 2004** (nº 1.183/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Resgate a Cultura do Rio das Traíras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trairi, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004** (nº 1.184/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Maetinga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maetinga, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.427, de 2004** (nº 1.195/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico, Amigos da Cidade de Jacarezinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.429, de 2004** (nº 1.199/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley – Adwan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wanderley, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.432, de 2004** (nº 1.208/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itabaiana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.439, de 2004** (nº 1.268/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.447, de 2004** (nº 417/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saúde, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.448, de 2004** (nº 461/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – Acanep a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.451, de 2004** (nº 862/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Rainha de Senhor do Bonfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.453, de 2004** (nº 961/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atlântica de Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.454, de 2004** (nº 962/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Parapanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.481, de 2004** (nº 769/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.485, de 2004** (nº 783/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2005** (nº 617/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade de Maracaju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005** (nº 801/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Dionísio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2005** (nº 856/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Curvelo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2005** (nº 1.035/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pimenta Bueno Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2005** (nº 1.040/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Santarém, Estado do Pará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2005** (nº 1.050/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2005** (nº 1.187/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraúna, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2005** (nº 1.218/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Castelo FM (ACRMCFM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na*

cidade de Mariano Moro, Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2005** (nº 1.260/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Carai (Acac) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carai, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2005** (nº 1.328/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Tanabi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2005** (nº 1.296/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM – AMCRC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2005** (nº 1.309/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Princesa do Sul para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2005** (nº 1.335/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2005** (nº 1.227/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista de Minas, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2005** (nº 1.259/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2005** (nº 1.265/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a executar serviço de radiodifusão comunitária na ci-*

dade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2005** (nº 1.283/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da J.M.B. Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2005** (nº 1.290/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Anunciação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2005** (nº 1.293/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2005** (nº 1.308/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2005** (nº 1.312/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2005** (nº 1.315/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Acocab – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2005** (nº 1.329/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Costa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2005** (nº 1.342/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação*

Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2005** (nº 419/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Ação Social São Francisco de Assis – ASFA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2005** (nº 854/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da *Fundação Emissora Rural A Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco;* e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2005** (nº 1.224/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Comunitária Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de junho de 2005, e publicou, em 16 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 252, de 2005**, que “institui o Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, e Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	1.vago
Álvaro Dias (PSDB)	2.vago
Tasso Jereissati (PSDB)	3.vago
César Borges (PFL)	4.vago

PMDB

Ney Suassuna	1.Luiz Otávio
Maguito Vilela	2.Gerson Camata
Hélio Costa	3.Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL/PPS)

Delcídio Amaral (PT)	1.vago
Sibá Machado (PT)	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago

PDT

Osmar Dias	1.vago
------------	--------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
----------------------	-------------------

P-SOL*

Heloísa Helena	1.Geraldo MesquitaJúnior
----------------	--------------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

PT

Paulo Rocha	1.Fernando Ferro
Colombo	2.Henrique Fontana

PMDB

José Borba	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2.Asdrúbal Bentes

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	1.Murilo Zauith
Roberto Brant	2.Kátia Abreu

PSDB

Alberto Goldman	1.Eduardo Paes
-----------------	----------------

PP

Francisco Dornelles	1.Delfim Netto
---------------------	----------------

PTB

José Múcio Monteiro	1.Ricarte de Freitas
---------------------	----------------------

PL

Sandro Mabel	1.Miguel de Souza
--------------	-------------------

PPS

Dimas Ramalho	1.Rogério Teófilo
---------------	-------------------

PSB

Renato Casagrande	1.Dr. Ribamar Alves
-------------------	---------------------

PSC*

Costa Ferreira	1.Zequinha Marinho
----------------	--------------------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **16-6-2005**
- Designação da Comissão: **17-6-2005**
- Instalação da Comissão: **20-6-2005**
- Emendas: **até 22-6-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **16-6-2005 a 29-6-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **29-6-2005**
- Prazo na CD: **de 30-6-2005 a 13-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **13-8-2005**
- Prazo no SF: **de 14-8-2005 a 27-8-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **27-8-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 28-8-2005 a 30-8-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **31-8-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **14-9-2005** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005 – CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 162, DE 2005

(Nº 365/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 19 e

20 de junho de 2005, para realizar visita a Assunção, República do Paraguai, a fim de participar da reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Países Associados.

Brasília, 15 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido, anexado ao processado da Mensagem nº 11, de 2005, vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2005-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), em favor de diversas empresas estatais, para atenderá programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 2005), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas estatais, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			85.008.152
25 ENERGIA			368.630.125
TOTAL - GERAL			453.638.277
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVIÇOS FINANCEIROS			85.008.152
752 ENERGIA ELETRICA			368.630.125
TOTAL - GERAL			453.638.277
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			85.008.152
694 SERVIÇOS FINANCEIROS			85.008.152
25 ENERGIA			368.630.125
752 ENERGIA ELETRICA			368.630.125
TOTAL - GERAL			453.638.277
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			24.720.010
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA			1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE			30.750.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL			19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			131.502.680
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE			119.000.000
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS			33.159.769
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			71.461.083
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			21.684.992
TOTAL - GERAL			453.638.277
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA			85.008.152
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			368.630.125
TOTAL - GERAL			453.638.277
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			124.836.208
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			86.348.369
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			86.348.369
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			38.281.690
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			38.281.690
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			206.149
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			206.149
TOTAL DA RECEITA	124.836.208	RECEITAS CORRENTES	86.348.369
		RECEITAS DE CAPITAL	38.487.839

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 85.008.152			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			85.008.152
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICOS FINANCEIROS			85.008.152
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS			33.159.769
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			51.848.383
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.			82.521.582
25234 BANCO DO BRASIL S.A.			2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			85.008.152
TOTAL			85.008.152
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			72.164.898
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			72.164.898
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			72.164.898
TOTAL DA RECEITA	72.164.898	RECEITAS CORRENTES	72.164.898
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.521.582			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			82.521.582
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICOS FINANCEIROS			82.521.582
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS			30.673.199
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			51.848.383

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.486.570

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		2.486.570

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		2.486.570

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		2.486.570

TOTAL		2.486.570
-------	--	-----------

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									2.486.570
		PROJETOS							
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS							2.486.570
23 694	0781 3324 0013	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							495.285
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	495.285
23 694	0781 3324 0024	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							420.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	420.000
23 694	0781 3324 0029	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DA BAHIA							840.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	840.000
23 694	0781 3324 0031	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							200.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	200.000
23 694	0781 3324 0041	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARANA							36.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	36.000
23 694	0781 3324 0051	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO							495.285
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	495.285
TOTAL - INVESTIMENTO									2.486.570

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 368.630.125

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		368.630.125

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		368.630.125

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		24.720.010
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA		1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		30.750.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL		19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		131.502.680
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE		119.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		19.612.700
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		21.684.992

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.		14.000.000
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.		136.800.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.		20.676.000
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO		7.486.643
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.		131.502.680
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE		500.000
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS		1.100.000
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI		45.279.810
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON		3.734.992
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.		520.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.		6.700.000
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA		330.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 368.630.125

TOTAL | 368.630.125

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 52.671.310
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 14.183.471
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 14.183.471
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 38.281.690
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA 38.281.690
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 206.149
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA 206.149
TOTAL DA RECEITA 52.671.310 RECEITAS CORRENTES 14.183.471 RECEITAS DE CAPITAL 38.487.839

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA | 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA | 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 14.000.000

TOTAL | 14.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									14.000.000
		PROJETOS							
25 752	0807 12GA	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SEDE RIO DE JANEIRO							14.000.000
25 752	0807 12GA 0101	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SEDE RIO DE JANEIRO - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							14.000.000
		IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	14.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									14.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 136.800.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA | 136.800.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA | 136.800.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 4.800.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE 119.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 13.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 136.800.000

TOTAL | 136.800.000

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	E T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									4.800.000
		PROJETOS							
25 752	0294 1891	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHAO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 695 MVA DE TRANSFORMACAO DE POTENCIA EM SUBESTACOES)							4.800.000
25 752	0294 1891 0021	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHAO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 695 MVA DE TRANSFORMACAO DE POTENCIA EM SUBESTACOES) - NO ESTADO DO MARANHAO							4.800.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	4.800.000
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE									119.000.000
		PROJETOS							
25 752	0297 1897	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS)							4.000.000
25 752	0297 1897 0015	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA							4.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
25 752	0297 3235	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW							115.000.000
25 752	0297 3235 0015	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW - NO ESTADO DO PARA							115.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	115.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									13.000.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3242	EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ACRE/RONDONIA							10.000.000
25 752	1042 3242 0010	EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ACRE/RONDONIA - NA REGIAO NORTE							10.000.000
		SISTEMA EXPANDIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
25 752	1042 3243	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA							3.000.000
25 752	1042 3243 0016	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA							3.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									136.800.000
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.									
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.676.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA									20.676.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELETRICA									20.676.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									19.643.000 1.033.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									20.676.000
TOTAL									20.676.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	7.391.500
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	7.391.500
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	7.391.500
TOTAL DA RECEITA	7.391.500

RECEITAS CORRENTES

7.391.500 RECEITAS DE CAPITAL

0

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									19.643.000
PROJETOS									
25 752	0295 105K	AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO SUL (38 KM E REFORÇOS EM 9 SUBESTAÇÕES)							19.643.000
25 752	0295 105K 0040	AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO SUL (38 KM E REFORÇOS EM 9 SUBESTAÇÕES) - NA REGIÃO SUL							19.643.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	19.643.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.033.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS							1.033.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NA REGIÃO SUL							1.033.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.033.000
TOTAL - INVESTIMENTO									20.676.000

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.486.643

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

25 ENERGIA | 7.486.643

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

752 ENERGIA ELÉTRICA | 7.486.643

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA | 1.386.437
 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE | 6.100.206

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 7.486.643

TOTAL

7.486.643

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									1.386.437
ATIVIDADES									
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							1.386.437
25 752	0276 6508 0020	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIÃO NORDESTE							1.386.437
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.386.437

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	500.000
--	---------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	500.000
---	---------

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	500.000
---	---------

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	500.000
--	---------

TOTAL	500.000
-------	---------

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									500.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							500.000
25 752	0807 4101 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO ACRE							500.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.100.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	1.100.000
--	-----------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	1.100.000
---	-----------

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.100.000
---	-----------

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	1.100.000
--	-----------

TOTAL	1.100.000
-------	-----------

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										1.100.000
		ATIVIDADES								
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								1.100.000
25 752	0807 4103 0027	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE ALAGOAS								1.100.000
			1	4 - INV	2	90	0	495		1.100.000
TOTAL - INVESTIMENTO										1.100.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 45.279.810

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 45.279.810

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA | 45.279.810

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0273 LUZ PARA TODOS | 23.720.010
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE | 19.850.100
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 1.709.700

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 45.279.810

TOTAL | 45.279.810

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 45.279.810
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 6.791.971
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 6.791.971
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 38.281.690
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA | 38.281.690
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO | 206.149
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA | 206.149
TOTAL DA RECEITA 45.279.810 RECEITAS CORRENTES 6.791.971 RECEITAS DE CAPITAL 38.487.839

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									23.720.010
		PROJETOS							
25 752	0273 11YL	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS							23.720.010
25 752	0273 11YL 0022	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS - NO ESTADO DO PIAUI							23.720.010
		REDE AMPLIADA (KM) 226	1	4 - INV	2	90	0	495	23.720.010

0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 19.850.100

		PROJETOS								
25 752	0294 3379	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI								13.468.070
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI								13.468.070
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	1	4 - INV	2	90	0	495		13.468.070
25 752	0294 3407	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI								6.382.030
25 752	0294 3407 0022	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI								6.382.030
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495		6.382.030

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							1.709.700
		ATIVIDADES					
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS					296.500
25 752	0807 4101 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90 0 495	296.500
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					1.413.200
25 752	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90 0 495	1.413.200
TOTAL - INVESTIMENTO							45.279.810

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.734.992

QUADRO SÍNTESE, POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	3.734.992

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
752 ENERGIA ELÉTRICA	3.734.992

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	2.734.992

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.734.992

TOTAL	3,734.992
-------	-----------

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RONDONIA							1.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									2.734.992
		PROJETOS							
25 752	1042 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							2.734.992
25 752	1042 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA REDE AMPLIADA (KM) 29							2.734.992
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.734.992
TOTAL - INVESTIMENTO									3.734.992

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 520.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		520.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		520.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		270.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		250.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		520.000
TOTAL		520.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									270.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							270.000
25 752	0807 4103 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	270.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									250.000
		ATIVIDADES							
25 752	1042 4431	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA							250.000
25 752	1042 4431 0014	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	250.000
TOTAL - INVESTIMENTO									520.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.700.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		6.700.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		6.700.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		5.700.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		6.700.000
TOTAL		6.700.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									1.000.000
		PROJETOS							
25 752	0273 11XU	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS							1.000.000
25 752	0273 11XU 0101	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM							1.000.000
		REDE AMPLIADA (KM)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									5.700.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3259	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM)							5.700.000
25 752	1042 3259 0013	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							5.700.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	5.700.000
TOTAL - INVESTIMENTO									6.700.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 330.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	330.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONS 752 ENERGIA ELETTRICA	330.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL	330.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	330.000
TOTAL	330.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RPA	MOD	UI	FTE	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									330.000
		PROJETOS							
25 752	0295 3386	ESTUDOS PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO, 20 MW, EM UNIDADE GERADORA DE ENERGIA COMPETITIVA							330.000
25 752	0295 3386 0043	ESTUDOS PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO, 20 MW, EM UNIDADE GERADORA DE ENERGIA COMPETITIVA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							330.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 56	1	4 - INV	2	90	0	495	330.000
TOTAL - INVESTIMENTO									330.000

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
25 ENERGIA		791.512.444
TOTAL - GERAL		804.355.698
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		12.843.254
752 ENERGIA ELETRICA		791.512.444
TOTAL - GERAL		804.355.698
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
694 SERVICOS FINANCEIROS		12.843.254
25 ENERGIA		791.512.444
752 ENERGIA ELETRICA		791.512.444
TOTAL - GERAL		804.355.698
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		2.500.000
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA		30.350.000
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		91.389.803
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL		33.823.341
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		294.096.751
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE		138.800.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA		1.855.000
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.645.354
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		59.002.988
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		141.592.461
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL		300.000
TOTAL - GERAL		804.355.698
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA		12.843.254
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		791.512.444
TOTAL - GERAL		804.355.698
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		475.553.629
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		371.053.629
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		371.053.629
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		104.500.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		104.500.000
TOTAL DA RECEITA		475.553.629
RECEITAS CORRENTES		371.053.629
RECEITAS DE CAPITAL		104.500.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 12.843.254		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		12.843.254
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.645.354
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.197.900
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.		10.356.684
25234 BANCO DO BRASIL S.A.		2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		12.843.254
TOTAL		12.843.254

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.356.684		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		10.356.684
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		10.356.684
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		8.158.784
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.197.900
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		10.356.684
TOTAL		10.356.684

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									8.158.784
		PROJETOS							
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS							8.158.784
23 694	0781 3252 0011	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							1.402.094
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 4	1	4 - INV	3	90	0	495	1.402.094
23 694	0781 3252 0012	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE							1.594.056
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.594.056
23 694	0781 3252 0013	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.477.388
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.477.388
23 694	0781 3252 0014	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA							1.202.766
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.202.766
23 694	0781 3252 0016	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA							593.594
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	3	90	0	495	593.594
23 694	0781 3252 0017	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS							1.423.070
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.423.070
23 694	0781 3252 0051	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO							465.816
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495	465.816
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.197.900
		PROJETOS							
23 694	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							2.197.900
23 694	0807 3286 0015	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PARA							2.197.900
		IMOVEI. INSTALADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	2.197.900
TOTAL - INVESTIMENTO									10.356.684

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
23 COMERCIO E SERVICOS								
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES								
694 SERVICOS FINANCEIROS								
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS								
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								
TOTAL								

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS										2.486.570
		PROJETOS								
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS								2.486.570
23 694	0781 3324 0011	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA								210.400
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		210.400
23 694	0781 3324 0015	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA								220.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		220.000
23 694	0781 3324 0023	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO CEARA								180.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		180.000
23 694	0781 3324 0032	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO								100.170
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		100.170
23 694	0781 3324 0033	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								455.999
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		455.999
23 694	0781 3324 0043	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								440.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		440.000
23 694	0781 3324 0052	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE GOIAS								220.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		220.000
23 694	0781 3324 0053	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO DISTRITO FEDERAL								660.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495		660.000
TOTAL - INVESTIMENTO										2.486.570
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA										
ANEXO II										CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 791.512.444										
QUADRO SINTESE POR FUNCOES										
25 ENERGIA										791.512.444
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES										
752 ENERGIA ELETRICA										791.512.444
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS										
0273 LUT. PARA TODOS										2.500.000
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA										30.350.000
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE										91.389.803
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL										33.823.341
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE										294.096.751
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE										138.800.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA										1.855.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										56.805.088
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS										141.592.461
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL										300.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS										
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL										1.855.000
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR										107.646.141
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.										37.628.620
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.										182.000.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.										13.284.500
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO										89.937.728
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.										194.132.637
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE										5.650.106
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS										6.889.628
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON										6.459.467
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.										3.928.976
32273 MANAUS ENERGIA S.A.										111.200.000
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA										16.379.641
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM										14.500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA										
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										791.512.444
TOTAL										791.512.444
QUADRO SINTESE POR RECEITA										
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										475.553.629
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS										371.053.629
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA										371.053.629
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO										104.500.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA										104.500.000
TOTAL DA RECEITA										475.553.629
RECEITAS CORRENTES										371.053.629
RECEITAS DE CAPITAL										104.500.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.855.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES					
25 ENERGIA					1.855.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes					
752 ENERGIA ELETRICA					1.855.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS					
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA					1.855.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA					
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					1.855.000
TOTAL					1.855.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					1.855.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS					1.855.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA					1.855.000
TOTAL DA RECEITA	1.855.000	RECEITAS CORRENTES	1.855.000	RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	R E S P	D Z G	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									1.855.000
		ATIVIDADES							
25 752	0476 2745	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS							1.855.000
25 752	0476 2745 0001	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS - NACIONAL							1.855.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.855.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.855.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 107.666.141

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		107.666.141
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA		107.666.141
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		101.819.945 5.846.196
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		107.666.141
TOTAL		107.666.141
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		107.666.141 107.666.141 107.666.141
TOTAL DA RECEITA	107.666.141	RECEITAS CORRENTES 107.666.141 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C D Z	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE									101.819.941
		ATIVIDADES							
25 752	0296 4477	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ)							25.744.671
25 752	0296 4477 0033	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	25.744.671
25 752	0296 6486	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ)							61.644.237
25 752	0296 6486 0033	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	61.644.237
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)							
25 752	0296 1853	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)							14.431.033
25 752	0296 1853 0033	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	14.431.033
		GERADOR SUBSTITUIDO (% DE EXECUCAO FISICA)							
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.846.196
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.398.705
25 752	0807 4102 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	1.398.705
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							4.447.491
25 752	0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	4.447.491
TOTAL - INVESTIMENTO									107.666.141

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 37.628.620

QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
25 ENERGIA								37.628.620
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES								
251 ENERGIA ELETRICA								37.628.620
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0296 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA								19.000.000
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL								13.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								5.128.620
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO								37.628.620
TOTAL								
								37.628.620
QUADRO SINTESE POR RECEITA								
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO								23.628.620
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS								23.628.620
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA								23.628.620
TOTAL DA RECEITA	23.628.620	RECEITAS CORRENTES	23.628.620	RECEITAS DE CAPITAL				0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C O D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									19.000.000
		PROJETOS							
25 752	0276 3427	ESTUDOS DE INVENTÁRIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO E DE TRANSMISSÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA							19.000.000
25 752	0276 3427 0010	ESTUDOS DE INVENTÁRIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO E DE TRANSMISSÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA - NA REGIÃO NORTE							19.000.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	19.000.000
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									13.500.000
		PROJETOS							
25 752	0295 5115	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIRO E URUGUAIANO ATRAVÉS DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIANA USINAS Y TRANSMISIONES ELÉCTRICAS - UTE)							13.500.000
25 752	0295 5115 0040	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIRO E URUGUAIANO ATRAVÉS DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIANA USINAS Y TRANSMISIONES ELÉCTRICAS - UTE) - NA REGIÃO SUL							13.500.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	13.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.128.620
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							1.000.000
25 752	0807 4101 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							4.128.620
25 752	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	4.128.620
TOTAL - INVESTIMENTO									37.628.620

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 182.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA	182.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA	182.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0273 LUZ PARA TODOS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA 0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE 0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	2.500.000 7.800.000 6.000.000 138.800.000 15.000.000 11.900.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	182.000.000
TOTAL	182.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	45.200.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	45.200.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	45.200.000
TOTAL DA RECEITA	45.200.000
RECEITAS CORRENTES	45.200.000
RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									2.500.000
		PROJETOS							
25 752	0273 1048	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS							2.500.000
25 752	0273 1048 0001	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS - NACIONAL							2.500.000
		AÇÃO IMPLEMENTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									7.800.000
		ATIVIDADES							
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA							3.900.000
25 752	0276 6508 0010	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIÃO NORTE							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
25 752	0276 6510	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA							3.900.000
25 752	0276 6510 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									6.000.000
		PROJETOS							
25 752	0296 1887	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)							6.000.000
25 752	0296 1887 0051	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO							6.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE									138.800.000
		ATIVIDADES							
25 752	0297 4462	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA							3.000.000
25 752	0297 4462 0010	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIÃO NORTE							3.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
		PROJETOS							
25 752	0297 1889	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS /BARREIRINHA /MAUES /BOA VISTA DO RAMOS (AM)							40.000.000
25 752	0297 1889 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS /BARREIRINHA /MAUES /BOA VISTA DO RAMOS (AM) - NA REGIÃO NORTE							40.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	40.000.000

25 752	0297 10EF	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA							29.000.000
25 752	0297 10EF 0004	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA							29.000.000
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 32	1	4 - INV	2	90	0	495	29.000.000
25 752	0297 1109	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA							50.000.000
25 752	0297 1109 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA - NO ESTADO DO PARA							50.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	50.000.000
25 752	0297 1907	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA)							3.900.000
25 752	0297 1907 0015	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA) - NO ESTADO DO PARA							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 30	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
25 752	0297 7096	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO							12.900.000
25 752	0297 7096 0001	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO - NACIONAL							12.900.000
		SISTEMA DE TRANSMISSAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	12.900.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									15.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							10.000.000
25 752	0807 4101 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORTE							10.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							5.000.000
25 752	0807 4103 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORTE							5.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									11.900.000
		PROJETOS							
25 752	1042 104Z	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA							7.000.000
25 752	1042 104Z 0014	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA							7.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	7.000.000
25 752	1042 3366	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA							4.900.000
25 752	1042 3366 0014	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA							4.900.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	4.900.000
TOTAL - INVESTIMENTO									182.000.000
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.									
ANEXO B									CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.284.500									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA									13.284.500
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELETRICA									13.284.500
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									3.550.000
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									3.943.700
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.790.800

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
TOTAL

13.284.500

13.284.500

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	D Z O	R P	M O D	I U	F T E	VA L O R
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									3.550.000
		ATIVIDADES							
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							3.550.000
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							3.550.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.550.000
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									3.943.700
		ATIVIDADES							
25 752	0295 4471	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA							462.800
25 752	0295 4471 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							462.800
			1	4 - INV	2	90	0	495	462.800
		PROJETOS							
25 752	0295 121DQ	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							3.480.900
25 752	0295 121DQ 0040	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO SUL							3.480.900
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	3.480.900
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.790.800
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							2.938.200
25 752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL							2.938.200
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.938.200
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.852.600
25 752	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL							2.852.600
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.852.600
TOTAL - INVESTIMENTO									13.284.500

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 89.937.728
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOS
25 ENERGIA

89.937.728

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCÕES
752 ENERGIA ELETRICA

89.937.728

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

84.800.175

5.137.553

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

89.937.728

TOTAL										89.937.728
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA										
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									82.451.085
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS									82.451.085
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA									82.451.085
TOTAL DA RECEITA	82.451.085	RECEITAS CORRENTES	82.451.085	RECEITAS DE CAPITAL	0					

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									84.800.175
		ATIVIDADES							
25 752	0294 4476	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE							6.339.869
25 752	0294 4476 0020	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495	6.339.869
		PROJETOS							
25 752	0294 3370	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE							4.400.974
25 752	0294 3370 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495	4.400.974
25 752	0294 3378	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA							776.061
25 752	0294 3378 0029	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	I	4 - INV	2	90	0	495	776.061
25 752	0294 3390	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA)							3.073.770
25 752	0294 3390 0029	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA	I	4 - INV	2	90	0	495	3.073.770
25 752	0294 5105	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMOELÉTRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW							2.981.523
25 752	0294 5105 0029	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMOELÉTRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW - NO ESTADO DA BAHIA	I	4 - INV	2	90	0	495	2.981.523
25 752	0294 5107	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV)							67.227.978
25 752	0294 5107 0020	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV) - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495	67.227.978
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 16							
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.137.553
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							2.000.000
25 752	0807 4101 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							600.000
25 752	0807 4102 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495	600.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.537.553
25 752	0807 4103 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO							2.537.553

NORDESTE		1	4 - INV	2	90	0	495	2.537.553	
TOTAL - INVESTIMENTO								89.937.728	
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.									
ANEXO II				CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 194.132.637									
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA								194.132.637	
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELETRICA								194.132.637	
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS									
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE								186.276.806	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								7.855.831	
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								194.132.637	
TOTAL								194.132.637	
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								62.629.957	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS								62.629.957	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA								62.629.957	
TOTAL DA RECEITA								62.629.957	
RECEITAS CORRENTES				62.629.957				RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									186.276.806
25 752	0296 2194	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS							7.758.256
25 752	0296 2194 0030	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	7.758.256
25 752	0296 2200	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL							15.406.226
25 752	0296 2200 0050	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	15.406.226
25 752	0296 4469	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							15.405.579
25 752	0296 4469 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	15.405.579
25 752	0296 4478	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE							26.762.397
25 752	0296 4478 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	26.762.397
25 752	0296 8549	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							10.744.153
25 752	0296 8549 0001	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	10.744.153

		PROJETOS							
25 752	0296 3288	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO							1.469.390
25 752	0296 3288 0051	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO							1.469.390
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.469.390
25 752	0296 3292	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG)							71.302.833
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							71.302.833
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0	495	71.302.833
25 752	0296 3302	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG)							4.262.101
25 752	0296 3302 0031	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							4.262.101
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	4.262.101
25 752	0296 3360	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)							11.226.465
25 752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL							11.226.465
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	2	90	0	495	11.226.465
25 752	0296 3414	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ)							11.286.330
25 752	0296 3414 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							11.286.330
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	11.286.330
25 752	0296 5361	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ)							4.303.076
25 752	0296 5361 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ) - NA REGIAO SUDESTE							4.303.076
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	4.303.076
25 752	0296 7066	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG)							6.350.000
25 752	0296 7066 0031	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							6.350.000
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	6.350.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									7.855.831
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.156.464
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							1.156.464
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.156.464
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.256.435
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							1.256.435
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.256.435
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							5.442.932
25 752	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							5.442.932
			1	4 - INV	2	90	0	495	5.442.932
TOTAL - INVESTIMENTO									194.132.637

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.650.106

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA	:	5 650.106
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA		5.650.106
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		1.800.000 3.850.106
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5 650.106
TOTAL		5 650.106
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 CRIAÇÃO PRÓPRIA TOTAL DA RECEITA		5.150.106 5.150.106 5.150.106 0
5.150.106 RECEITAS CORRENTES		5.150.106 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	UZO	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										1.800.000
		ATIVIDADES								
25 752	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								1.300.000
25 752	0807 4102 0012	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0		495	1.300.000
25 752	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								500.000
25 752	0807 4103 0012	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0		495	500.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS										3.850.106
		PROJETOS								
25 752	1042 3367	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ACRE								3.850.106
25 752	1042 3367 0012	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE REDE AMPLIADA (KM) 40	1	4 - INV	2	90	0		495	3.850.106
TOTAL - INVESTIMENTO										5.650.106

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.889.628

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		6.889.628
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA		6.889.628
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL		6.889.628 300.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		6.889.628
TOTAL		6.889.628

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.789.628
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		5.789.628
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		5.789.628
TOTAL DA RECEITA	5.789.628	5.789.628
RECEITAS CORRENTES		0
RECEITAS DE CAPITAL		0

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									6.589.628
		PROJETOS							
25 752	0294 3375	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV)							954.018
25 752	0294 3375 0027	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV) - NO ESTADO DE ALAGOAS LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 55	1	4 - INV	2	90	0	495	954.018
25 752	0294 3409	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS							5.635.610
25 752	0294 3409 0027	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS REDE AMPLIADA (KM) 200	1	4 - INV	2	90	0	495	5.635.610
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL									300.000
		ATIVIDADES							
25 752	1044 4893	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA)							300.000
25 752	1044 4893 0027	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA) - NO ESTADO DE ALAGOAS ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	300.000
TOTAL - INVESTIMENTO									6.889.628

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.459.467	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		6.459.467

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		6.459.467

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.200.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		4.259.467

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		6.459.467

TOTAL		6.459.467
--------------	--	------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.724.475
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		2.724.475
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		2.724.475
TOTAL DA RECEITA	2.724.475	2.724.475
RECEITAS CORRENTES		0
RECEITAS DE CAPITAL		0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO(SUBTITULO/PRODUTO)	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.200.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.200.000
25 752	0807 4101 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.200.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.000.000
25 752	0807 4102 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									4.259.467
		ATIVIDADES							
25 752	1042 4881	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							500.000
25 752	1042 4881 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3381	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA							3.759.467
25 752	1042 3381 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 49	1	4 - INV	2	90	0	495	3.759.467
TOTAL - INVESTIMENTO									6.459.467

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.928.976

QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
25 ENERGIA								3.928.976
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES								
752 ENERGIA ELETRICA								3.928.976
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								3.646.088
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								282.888
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								3.928.976
TOTAL								3.928.976
QUADRO SINTESE POR RECEITA								
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								3.408.976
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS								3.408.976
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA								3.408.976
TOTAL DA RECEITA	3.408.976	RECEITAS CORRENTES	3.408.976	RECEITAS DE CAPITAL				0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.646.088
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							3.646.088
25 752	0807 4101 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RORAIMA	1	4 - INV	2	90	0	495	3.646.088
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									282.888
		ATIVIDADES							
25 752	1042 2789	MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA							282.888
25 752	1042 2789 0014	MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA	1	4 - INV	2	90	0	495	282.888
TOTAL - INVESTIMENTO									3.928.976

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 111.200.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA									111.200.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCÕES									
752 ENERGIA ELETRICA									111.200.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									109.200.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									111.200.000
TOTAL									111.200.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									104.500.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO									104.500.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA									104.500.000
TOTAL DA RECEITA									104.500.000
104.500.000 RECEITAS CORRENTES									
0 RECEITAS DE CAPITAL									104.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.000.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 16.379,641

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		16.379.641
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA		16.379.641
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL		16.379.641
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		16.379.641
TOTAL		16.379.641
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		16.049.641
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		16.049.641
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		16.049.641
TOTAL DA RECEITA	16.049.641	
RECEITAS CORRENTES	16.049.641	
RECEITAS DE CAPITAL		

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									16.379.641
		PROJETOS							
25 752	0295 3380	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI. FASES A E B, EM CANDIOTA (RS)							16.379.641
25 752	0295 3380 0043	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI. FASES A E B, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							16.379.641
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19	1	4 - INV	2	90	0	495	16.379.641
TOTAL - INVESTIMENTO									16.379.641

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.500,000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES					
25 ENERGIA					14.500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES					
752 ENERGIA ELÉTRICA					14.500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS					
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					2.400.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS					12.100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA					
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					14.500.000
TOTAL					14.500.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					14.500.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS					14.500.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA					14.500.000
TOTAL DA RECEITA		14.500.000	RECEITAS CORRENTES	14.500.000	RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32177 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.400.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.400.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.400.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									12.100.000
		ATIVIDADES							
25 752	1042 2208	MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM							1.000.000
25 752	1042 2208 0013	MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
		PROJETOS							
25 752	1042 1167	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM							1.000.000
25 752	1042 1167 0013	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	1042 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW							2.900.000
25 752	1042 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	2.900.000
25 752	1042 1721	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM							200.000
25 752	1042 1721 0013	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	200.000
25 752	1042 3267	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAZONAS							6.000.000
25 752	1042 3267 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
25 752	1042 3277	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							1.000.000
25 752	1042 3277 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									14.500.000

MENSAGEM Nº 360

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 86/2005/MP

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de V. Ex^a, em conformidade com o prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo projeto de lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e setenta e sete reais), em favor de diversas empresas, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), para atendimento de pleitos dos respectivos ministérios supervisores.

2. Os créditos ora solicitados têm por finalidade reforçar e adequar as dotações orçamentárias das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

3. A seguir, a destinação, por empresa, dos referidos créditos, bem como as respectivas fontes de financiamento:

a) Banco da Amazônia S.A. – BASA – R\$82.521.582,00, sendo:

– R\$30.673.199,00 destinados ao programa “Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais”, para aplicação na manutenção da infra-estrutura de atendimento, na instalação e na modernização de agências na sua área de atuação; e

– R\$ 51.848.383,00 destinados ao programa “Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio”, para aplicação

na manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos e de ativos de informática, informação e teleprocessamento.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos da própria empresa.

b) Banco do Brasil S.A. – BB – R\$2.486.570,00 destinados ao programa “Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais”, para aplicação na modernização de agências na sua área de atuação.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos da própria empresa.

c) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS – R\$14.000.000,00 para suplementação ao projeto aquisição da sede da empresa na Cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Os recursos necessários à realização do referido investimento são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

d) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE – R\$136.800.000,00, sendo:

– R\$4.800.000,00 para “Expansão de Sistema de Transmissão Associado a UHE Tucuruí, no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120 km de linha de transmissão e de 695 MVA de transformação de potência em subestações)”;

– R\$4.000.000,00 destinados à “Expansão de Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado a UHE Tucuruí (acréscimo de 1.582 MVA nas subestações associadas)”;

– R\$115.000.000,00 para “Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª Etapa – de 4.245 para 8.370 MW”, no Estado do Pará;

– R\$10.000.000,00 destinados à “Expansão do Sistema de Transmissão Acre/Rondonia”;

e

– R\$ 3.000.000,00 para “Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá”.

Os recursos necessários à realização dos referidos investimentos são provenientes de cancelamento

de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- e) ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.**
– R\$20.676.000,00, sendo:
– R\$19.643.000,00 para a ação “Ampliação de Sistema de Transmissão no Sul (38 km e reforços em 9 subestações)”, na região Sul; e
– R\$1.033.000,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, na região Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- f) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF** – R\$7.486.643,00, sendo:
– R\$1.386.437,00 destinados à ação “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica”, na região Nordeste; e
– R\$6.100.206,00 para “Implantação de Sistema de Transmissão Presidente Dutra (MA) – Teresina – Fortaleza II (LT de 500 Kv – 1º circuito P. Dutra/Fortaleza, aproximadamente 750 km, 2º circuito emergencial P. Dutra/Teresina, aproximadamente 210 km e 3 subestações associadas, com 2.550 MVA)”.

Os recursos necessários à realização do referido investimento são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- g) Furnas – Centrais Elétricas S.A.** – R\$131.502.680,00, sendo:
– R\$111.443.337,00 para a ação “Reforços no Sistema de Transmissão na área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo”, na região Sudeste; e
– R\$20.059.343,00 para “Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto -Vitória (345 Kv – 370 km) – (MG/ES), na região Sudeste”.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- h) Companhia de Eletricidade do Acre** – ELETROACRE – R\$500.000,00 destinados à

“Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, no Estado do Acre.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- i) Companhia Energética de Alagoas – CEAL** – R\$1.100.000,00 destinados à “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Alagoas.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outros projetos da própria empresa.

- j) Companhia Energética do Piauí – CEPISA** – R\$45.279.810,00, sendo:
– R\$23.720.010,00 destinados à “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz Para Todos”, no Estado do Piauí;
– R\$13.468.070,00 para a ação “Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí”;
– R\$6.382.030,00 destinados à “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí”, e
– R\$1.709.700,00 destinados a ações do Programa “Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio”, no Estado do Piauí.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros recursos de longo prazo.

- k) Centrais Elétricas de Rondônia S.A.** – CERON – R\$3.734.992,00, sendo:
– R\$1.000.000,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Rondônia”, e
– R\$2.734.992,00 destinados à “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia”.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

l) Boa Vista Energia S.A. – BOVESA – R\$520.000,00, sendo:

– R\$270.000,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Roraima; e

– R\$250.000,00 destinados à ação “Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista”, no Estado de Roraima.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

m) Manaus Energia S.A. – R\$6.700.000,00, sendo:

– R\$1.000.000,00 destinados à “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos”, no Município de Manaus (AM);

– R\$5.700.000,00 para “Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE, ligando Manaus a Iranduba, Manacapuru e Novo Airão (AM)”, no Estado do Amazonas.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

n) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE – R\$330.000,00 destinados à ação “Estudos para Transformação da Usina Termelétrica de São Jerônimo, 20 MW, em Unidade Geradora de Energia Competitiva”, no Estado do Rio Grande do Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

4. A suplementação solicitada pelas empresas acima relacionadas possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo especial a assegurar o fornecimento de energia elétrica ao mercado consumidor, e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários pelas referidas empresas.

5. Com a abertura deste crédito, ocorrerá redução líquida de R\$350.717.421,00 (trezentos e

cinquenta milhões, setecentos e dezessete mil e quatrocentos e vinte e um reais) no Orçamento de Investimento para 2005, uma vez que está sendo proposto neste projeto de lei cancelamento de dotações no valor total de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), em outros projetos/atividades. Segundo as empresas, essa redução está em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerá o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2005.

6. Quanto à geração da meta global de Resultado Primário pelas Empresas Estatais Federais para 2005, fixada no Anexo IX ao Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, no montante de R\$15.103.319.000,00, equivalente a 0,77% do Produto Interno Bruto – PIB, cabe esclarecer que não será comprometida com a abertura do crédito ora proposto, uma vez que a mencionada redução líquida nos investimentos permitirá atingir o superávit estabelecido para este segmento de Governo após a aprovação do Orçamento de Investimento para o corrente ano.

7. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

Aviso nº 580 – C. Civil.

Em 14 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva,** Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.

Mensagem de veto

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

DECRETO Nº 5.379 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005.

Vide texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

ANEXO IX RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (Redação dada pelo Decreto nº 5.463, de 2005)

- R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES ACUMULADOS	
	QUADRIMESTRES	
	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	1.025.782	1.612.69
I - Receitas	19.196.454	29.083.57
II - Despesas	18.142.121	28.288.43
Investimentos	2.581.977	4.218.71
Demais Despesas	15.560.144	24.069.71
III - Ajuste Competência/Caixa	520.760	1.580.42
IV - Juros	549.311	762.86
B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)	3.715.219	9.498.60
I - Receitas	104.738.835	162.327.708
II - Despesas	94.309.807	149.410.536
Investimentos	12.571.705	18.985.812
Demais Despesas	81.738.102	130.424.726
III - Ajuste Competência/Caixa	(7.318.699)	(4.480.768)
IV - Juros	(604.890)	(1.062.198)

C - ITAIPU (I-II+III-IV)	2.977.666	4.690.770
I - Receitas	4.794.687	7.240.591
II - Despesas	3.111.188	4.736.907
Investimentos	700.644	1.062.669
Demais Despesas	2.410.544	3.674.238
III - Ajuste Competência/Caixa	(776.974)	(950.006)
IV - Juros	(2.071.141)	(3.137.092)
D - Demais empresas (I-II+III-IV-V)	(434.310)	(610.492)
I - Receitas	12.486.148	20.514.556
II - Despesas	13.591.952	20.772.814
Investimentos	729.503	1.008.787
Demais Despesas	12.862.449	19.764.027
III - Ajuste Competência/Caixa	442.275	(689.877)
IV - Juros	(229.219)	(337.643)
V - Transferências Itaipu		
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)	7.284.357	15.191.57

DECRETO Nº 5.463, DE 13 DE JUNHO DE 2005.

Altera os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no § 1º do art. 71 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV e V deste Decreto, respectivamente.

Art. 2º A demonstração da compatibilidade entre os limites de pagamento e o cumprimento da meta de superávit primário, de que trata o art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, consta do Anexo V deste Decreto.

Art. 3º A reserva de que trata a alínea "a" e o valor constante da alínea "b" do inciso I do art. 12 do Decreto nº 5.379, de 2005, ficam acrescidos de R\$ 772.490.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Murilo Portugal Filho

Paulo Bernardo Silva

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2005-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00 (trinta e oito milhões e dez mil reais), em favor de diversas empre-

sas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de saldos de recursos repassados pelo Tesouro Nacional em exercícios anteriores, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			37.950.000
26 TRANSPORTE			60.000
TOTAL - GERAL			38.010.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRACAO GERAL			2.000.000
752 ENERGIA ELETRICA			35.950.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			60.000
TOTAL - GERAL			38.010.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
25 ENERGIA			37.950.000
122 ADMINISTRACAO GERAL			2.000.000
752 ENERGIA ELETRICA			35.950.000
26 TRANSPORTE			60.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			60.000
TOTAL - GERAL			38.010.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0235 CORREDOR NORDESTE			60.000
0273 LUZ PARA TODOS			200.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			31.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			4.250.000
TOTAL - GERAL			38.010.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			37.950.000
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES			60.000
TOTAL - GERAL			38.010.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.060.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.000.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.000.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			60.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			60.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			60.000
TOTAL DA RECEITA		2.060.000	
RECEITAS CORRENTES		2.000.000	
RECEITAS DE CAPITAL			60.000
ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 37.950.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			37.950.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRACAO GERAL			2.000.000
752 ENERGIA ELETRICA			35.950.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			200.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			31.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			4.250.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.			4.000.000
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.			31.500.000
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.			450.000
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE			2.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			37.950.000
TOTAL			37.950.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	2.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	2.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	2.000.000
TOTAL DA RECEITA	2.000.000
RECEITAS CORRENTES	2.000.000
RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 31224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.000,000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

25 ENERGIA	4.000.000
------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

QUATTRO SESTANTI PER SOLO SINGOLO	
752 ENERGIA ELETTRICA	4.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	4.000.000
------------------------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.000.000
---	-----------

TOTAL

4,000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE: 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									4.000.000
		PROJETOS							
25 752	1042 1A29	AMPLIACAO DA USINA TERMELETRICA SANTANA NO AMAPA EM 90 MW							4.000.000
25 752	1042 1A29 0016	AMPLIACAO DA USINA TERMELETRICA SANTANA NO AMAPA EM 90 MW - NO ESTADO DO AMAPA							4.000.000
		USINA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									4.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

31.500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

31.500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE

31.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

31.500.000

TOTAL

31.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE									31.500.000
		PROJETOS							
25 752	0296 1A01	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM)							31.500.000
25 752	0296 1A01 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							31.500.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 40	1	4 - INV	2	90	0	495	31.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									31.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 450.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.000.000
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4103	MANUTENçAO E ADEQUAçAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.000.000
25 122	0807 4103 0033	MANUTENçAO E ADEQUAçAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									2.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 60.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		60.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		60.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0235 CORREDOR NORDESTE		60.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		60.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		60.000

TOTAL		60.000
-------	--	--------

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		60.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		60.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO		60.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		60.000
TOTAL DA RECEITA	60.000	RECEITAS CORRENTES
	0	RECEITAS DE CAPITAL
		60.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 60.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		60.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		60.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0235 CORREDOR NORDESTE		60.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		60.000

TOTAL		60.000
-------	--	--------

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		60.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		60.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO		60.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		60.000
TOTAL DA RECEITA	60.000	RECEITAS CORRENTES
	0	RECEITAS DE CAPITAL
		60.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0235 CORREDOR NORDESTE									60.000
		PROJETOS							
26 784	0235 10VV	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA							60.000
26 784	0235 10VV 0024	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							60.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - ENV	2	90	0	495	60.000
TOTAL - INVESTIMENTO									60.000

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIATOTAL - GERAL 35.950.000
35.950.000QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICATOTAL - GERAL 35.950.000
35.950.000QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES
25 ENERGIA
752 ENERGIA ELETRICATOTAL - GERAL 35.950.000
35.950.000
35.950.000QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIOTOTAL - GERAL 4.000.000
31.950.000
35.950.000QUADRO SINTESE POR ORGAO
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIATOTAL - GERAL 35.950.000
35.950.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 35.950.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA	35.950.000
--	------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA	35.950.000
---	------------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	4.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	31.950.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS 32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	4.000.000
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	31.500.000
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.	450.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO()	35.950.000
--	------------

TOTAL	35.950.000
-------	------------

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CRÉDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
---	--

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA	4.000.000
--	-----------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA	4.000.000
---	-----------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	4.000.000
---	-----------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.000.000
--	-----------

TOTAL	4.000.000
-------	-----------

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CRÉDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
---	--

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE									4.000.000
		PROJETOS							
25 752	0296 1887	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)							4.000.000
25 752	0296 1887 0051	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO							4.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									4.000.000

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		31.500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		31.500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		31.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		31.500.000

TOTAL		31.500.000
-------	--	------------

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										31.500.000
		ATIVIDADES								
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							31.500.000	
25 752	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							31.500.000	
			1	4 - INV	2	90	0	495	31.500.000	
TOTAL - INVESTIMENTO										31.500.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 450.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	450.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
752 ENERGIA ELÉTRICA	450.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	450.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	450.000

TOTAL	1	450.000
-------	---	---------

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									450.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							450.000
25 752	0807 4101 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RORAIMA	1	4 - INV	2	90	0	495	450.000
TOTAL - INVESTIMENTO									450.000

MENSAGEM Nº 361

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 87/2005/MP

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de V. Ex^a, em conformidade com o prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo projeto de lei, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00 (trinta e oito milhões e dez mil reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, para atendimento de pleitos dos respectivos ministérios supervisores.

2. A abertura dos créditos ora solicitados objetiva atender à demanda por novos investimentos priorizados após a elaboração do Orçamento de Investimento para 2005, em razão da nova estratégia negocial de empresas do Grupo Eletrobrás, e incorporar saldo de recursos repassados pelo Tesouro Nacional no exercício anterior, no caso da Codern. Além disso, visa também inserir no Orçamento de Investimento para 2005 a programação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, criada por intermédio do Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, a partir da autorização legislativa consubstanciada na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

3. A seguir, a destinação, por empresa, dos referidos créditos, bem como as respectivas fontes de financiamento:

a) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE – R\$4.000.000,00 destinados à ação “Ampliação da Usina Termelétrica Santana no Amapá em 90 MW”, no Estado do Amapá.

Os recursos necessários à realização desse investimento são de cancelamento de parte de dotação aprovada para outro projeto da própria empresa.

b) Furnas – Centrais Elétricas S.A. – R\$31.500.000,00 destinados à ação “Implan-

tação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) – Campos (RJ), 3º Circuito (345Kv – 92 Km)”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outra atividade da própria empresa.

c) Boa Vista Energia S.A. – BOVESA – R\$450.000,00, sendo:

- R\$200.000,00 destinados à ação “Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista”, no Estado de Roraima; e

- R\$250.000,00 destinados à “Manutenção do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica de Boa Vista”, no Estado de Roraima.

Os recursos necessários à realização dos novos investimentos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outra atividade da própria empresa.

d) Empresa de Pesquisa Energética – EPE – R\$2.000.000,00 destinados à ação “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização desse investimento são provenientes de geração própria.

e) Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN – R\$60.000,00 destinados à ação “Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – Code) no Terminal Salineiro de Areia Branca”, no Estado do Rio Grande do Norte.

Os recursos necessários à abertura do referido crédito são originários de saldos de recursos repassados pelo Tesouro Nacional no exercício de 2004, a título de participação da União no capital social da empresa.

4. Cabe ressaltar que as reduções propostas em outros projetos/atividades decorrem das novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício e objetivam adequar os seus respectivos cronogramas de desembolso, não comprometendo o desempenho das atividades das empresas do Grupo Eletrobrás.

5. Quanto à geração da meta global de Resultado Primário pelas Empresas Estatais Federais para 2005, fixada no Anexo IX ao Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, no montante de R\$15.103.319.000,00, equivalente a 0,77% do Produto Interno Bruto – PIB,

cabe esclarecer que não será comprometida com a abertura do crédito ora proposto.

6. São essas as razões que me levam a propor a V. Ex^a o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

DECRETO Nº 5.184, DE 16 DE AGOSTO DE 2004

Cria a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, aprova seu Estatuto Social e dá outras providências.

LEI Nº 10.847, DE 15 DE MARÇO DE 2004

Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EFE e dá outras providências

DECRETO Nº 5.379, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 22/6 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 30/6 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 5/8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 15/8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passa vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 7º-A. O piso salarial mínimo devido aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia corresponderá a sessenta e seis por cento da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores que exigem registro profissional perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa estender aos profissionais de nível médio, registrados perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, piso salarial mínimo correspondente a sessenta e seis por cento da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores que exigem também registro profissional perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Não se trata da instituição de novos pisos salariais, mas apenas de harmonização e tratamento isonômico para abranger atividades técnicas abrangidas por um mesmo sistema de registro e fiscalização profissional.

Por esta razão esperamos contar com o apoio de todos os nossos Pares para esta justa reivindicação de um contingente significativo de profissionais que atuam nos mais diferentes setores da atividade econômica deste País.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2005. – Senador **Álvaro Dias**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 4º do art. 70, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art. 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;

b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.

Art. 7º A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2005

Altera os arts. 62 a 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e revoga os arts, 1.199 a 1.204 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62. Fundação é pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 44, inciso III, deste Código.

§ 1º Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se o quiser, a maneira de administrá-la.

§ 2º A fundação somente poderá constituir-se para fins culturais, religiosos ou de assistência.

§ 3º A fundação, quando não for instituída ou mantida pelo poder público, não terá sua organização nem o seu funcionamento submetidos ao exame ou fiscalização do Ministério Público.

§ 4º É admitida a pluralidade de instituidores. (NR)”

“Art. 63. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados. (NR)”

“Art. 64. Aqueles aos quais o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, cientes do encargo, formularão logo, de acordo com o previsto no art. 62 deste Código, o seu estatuto. (NR)”

“Art. 65. A fundação será presidida pelo próprio instituidor ou por pessoa que ele indicar por instrumento público ou particular.

Parágrafo único. O prazo para exercer a presidência será fixado pelo instituidor. (NR)”

“Art. 66. São órgãos da fundação os mencionados no seu estatuto, o qual deverá ser registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo único. A composição dos órgãos da fundação obedecerá ao estatuto. (NR)”

“Art. 67. A alteração do estatuto da fundação será feita unicamente pela forma nele prevista. (NR)”

“Art. 68. Quando os bens pertencentes à fundação forem insuficientes para manter o seu funcionamento, serão, por vontade do seu instituidor, incorporados a outra fundação, que se proponha a fim igual ou semelhante. (NR)”

“Art. 69. Tornando-se impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, o seu instituidor, seu descendente, ou seu representante legal, promover-lhe-á a extinção, reincorporando o seu patrimônio, na forma prevista no estatuto. (NR)”

.....
.....
“Art. 2.033. Salvo o disposto em lei especial, e nos arts. 68 e 69, as modificações dos atos constitutivos das pessoas jurídicas referidas no art. 44, bem como sua transformação, incorporação, cisão ou fusão, regem-se desde logo por este Código. (NR)”

Art. 2º Ficam revogados os arts. 1.199, 1.200, 1.201, 1.202, 1.203 e 1.204, integrantes do Livro IV, Título II, Capítulo X, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As instituições de direito privado, desde as últimas décadas do século passado, têm experimentado notável revolução em suas estruturas, e, aos poucos, vão deixando para trás valores antigos para, seguindo a tendência mundial, se revestirem de flexibilidade e, sobretudo, maior eficácia.

Dentre as mais notáveis alterações na ordem privada, destacam-se as contidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que disciplinou as organizações não-governamentais (OnG), qualificou as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, disciplinadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), e instituiu o “Termo de Parceria” e as condições para a sua utilização.

O novo Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, também fez consideráveis modificações no ordenamento das pessoas jurídicas de direito privado, dentre as quais, no art. 44 daquele Código, estão classificadas as fundações (Código Civil, arts. 44, 62 a 69 e 2.031 a 2.034).

Por seu turno, a Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, corrigiu uma omissão e restabeleceu, nos arts. 44 e 2.031 do novo Código Civil, a classificação dos partidos políticos e das organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado.

Apesar dessa evolução da ordem jurídica, é preciso corrigir o padrão estabelecido há mais de um século para as fundações.

Há que se ver, primeiro, que a classificação da pessoa jurídica diz respeito às suas funções, capacidades, estrutura interna e nacionalidade, podendo existir pessoa jurídica de direito público (interno ou externo) e pessoa jurídica de direito privado, conforme consta do art. 40 do Código Civil.

No exame das fundações de direito privado, ainda se constata injustificável ingerência do Poder Público, razão da presente proposição. No art. 2.031, que fixa o prazo de um ano para as fundações se adaptarem à nova lei, não se disse a razão para ferir o direito adquirido, constitucionalmente amparado. No parágrafo único do art. 62 do Código Civil de 2002, qual o sentido do vocábulo “moral”, condição essencial para instituir-se uma fundação, malgrado se saiba que a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma adequada à lei (Código Civil, art. 104)? Nessa linha de raciocínio, há que se perguntar também o porquê de se limitar a vontade do instituidor que atua de modo lícito.

Ressalte-se também que as fundações de que tratam os arts. 62 a 69 do Código Civil não se confundem com as fundações públicas, destinadas a cumprir a vontade do Poder Público e que utilizam dotações provenientes do erário.

Não é o caso das fundações de direito privado, e isso é o que torna excessiva a sua submissão à atuação do Ministério Público, que as examina desde o ato de criação, emitindo parecer de aprovação ou de reprovação, acompanhando o seu funcionamento e, por fim, manifestando-se sobre a sua extinção.

Um tal controle destoa da finalidade das fundações, que só se podem constituir para fins religiosos, culturais, morais ou de assistência, e são passíveis de fiscalização como qualquer outra instituição, como as sociedades e associações, além de estarem sujeitas às condições estabelecidas em estatuto.

Por todas essas razões, as fundações de natureza privada só deveriam estar sujeitas a tais crivos minis-

teriais se fossem instituídas ou mantidas pelo Poder Público (Constituição Federal, art. 71, inciso II). Não o sendo, deve-se alterar os dispositivos do Código Civil que as regem e revogar os do Código de Processo Civil que discrepem da liberdade de agir dentro dos padrões de licitude a que todos se obrigam.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2005. – Senador **José Sarney**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IX

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

LEI Nº 5.669, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil

CAPÍTULO X

Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 1.199. O instituidor, ao criar a fundação, elaborará o seu estatuto ou designará quem o faça.

Art. 1.200. O interessado submeterá o estatuto ao órgão do Ministério Público, que verificará se foram observadas as bases da fundação e se os bens são suficientes ao fim a que ela se destina.

Art. 1.201. Autuado o pedido, o órgão do Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias, aprovará o estatuto, indicará as modificações que entender necessárias ou lhe denegará a aprovação.

§ 1º Nos dois últimos casos, pode o interessado, em petição motivada, requerer ao juiz o suprimento da aprovação.

§ 2º O juiz, antes de suprir a aprovação, poderá mandar fazer no estatuto modificações a fim de adaptá-lo ao objetivo do instituidor.

Art. 1.202. Incumbirá ao órgão do Ministério Público elaborar o estatuto e submetê-lo à aprovação do juiz:

I – quando o instituidor não o fizer nem nomear quem o faça;

II – quando a pessoa encarregada não cumprir o encargo no prazo assinado pelo instituidor ou, não havendo prazo, dentro em 6 (seis) meses.

Art. 1.203. A alteração do estatuto ficará sujeita à aprovação do órgão do Ministério Público. Sendo-lhe denegada, observar-se-á o disposto no art. 1.201, §§ 1º e 2º.

Parágrafo único. Quando a reforma não houver sido deliberada por votação unânime, os administradores, ao submeterem ao órgão do Ministério Público o estatuto, pedirão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 1.204. Qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público promoverá a extinção da fundação quando:

I – se tornar ilícito o seu objeto;

II – for impossível a sua manutenção;

III – se vencer o prazo de sua existência.

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações;

IV – as organizações religiosas;

V – os partidos políticos.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.

CAPÍTULO III Das Fundações

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 64. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

Art. 65. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do estado onde situadas.

§ 1º Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.

§ 2º Se estenderem a atividade por mais de um estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público,

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I – seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II – não contrarie ou desvirtue o fim desta;

III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 68. Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se de ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I – agente capaz;

II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III – forma prescrita ou não defesa em lei.

Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de 2 (dois) anos para se adaptar às disposições deste Código, a partir de sua vigência igual prazo é concedido aos empresários. (Vide Medida Provisória nº 234, de 2005)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às organizações religiosas nem aos partidos políticos.

Art. 2.032. As fundações, instituídas segundo a legislação anterior, inclusive as de fins diversos dos previstos no parágrafo único do art. 62, subordinam-se, quanto ao seu funcionamento, ao disposto neste Código.

Art. 2.033. Salvo o disposto em lei especial, as modificações dos atos constitutivos das pessoas jurídicas referidas no art. 44, bem como a sua transformação, incorporação, cisão ou fusão, regem-se desde logo por este Código.

Art. 2.034. A dissolução e a liquidação das pessoas jurídicas referidas no artigo antecedente, quando iniciadas antes da vigência deste Código, obedecerão ao disposto nas leis anteriores.

LEI Nº 10.825, DE 22 DE JANEIRO DE 2003

Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil,

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei define as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo previsto pelo art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Art. 2º Os arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44.

IV – as organizações religiosas;

V – os partidos políticos.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.” (NR)

“Art. 2.031.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às organizações religiosas nem aos partidos políticos.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Bastos.**

LEI Nº 10.838, DE 30 DE JANEIRO DE 2004

Institui regime especial para alteração estatutária das associações, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de 2 (dois) anos para se adaptar às disposições deste Código, a partir de sua vigência igual prazo é concedido aos empresários.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – **José Alencar Gomes da Silva – Guido Mantega.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 234,
DE 10 DE JANEIRO DE 2005

Dá nova redação ao caput do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º O **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, bem assim os empresários, deverão se adaptar às disposições deste Código até 11 de janeiro de 2006.” (NR)

Art. 2º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 10.838, de 30 de janeiro de 2004.

Brasília, 10 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Luiz Paulo Teles Ferreira Barreta.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 126/05-GLPSDB

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V.Exª, o Senador Eduardo Azeredo, para integrar como suplente a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na vaga do Senador Reginaldo Duarte.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 752

Brasília, 16 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados João Magalhães, Paulo Afonso e Waldemir Moka passam a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vagas existentes.

Por oportuno, renovo a vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Srs. Deputados João Magalhães, Paulo Afonso e Waldemir Moka, como suplentes, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel, sem prejuízo dos demais oradores inscritos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “a *língua portuguesa é a nossa grande pátria comum*”, disse Fernando Pessoa. E o cito para fazer memória do transcurso, em dez de junho, do Dia da Língua Portuguesa, em homenagem à data de aniversário de Camões – o maior de todos os bardos do nosso idioma e alçado ao pleno reconhecimento da literatura universal. Falado atualmente por cerca de 250 milhões de pessoas, oitenta por cento das quais no Brasil, o português é a língua oficial em Portugal (incluindo o Arquipélago de Açores e a Ilha da Madeira), espargindo-se por países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), na Ásia (Macau e Goa), além da Oceania, no Timor Leste. É assim, nosso idioma, uma das cinco mais faladas no mundo e a terceira das línguas ocidentais, não superada senão pelo inglês e pelo castelhano.

A sua disseminação pelos diversos continentes se deveu ao espírito expansionistas de Portugal, mormente na era dos grandes descobrimentos marítimos, durante os séculos XV e XVI, quando – com o propósito de difundir a fé e o Império – teve a sabedoria de adaptar a sua língua aos hábitos e crenças dos povos das regiões descobertas, daí resultando dialetos, chamados *crioulos*. Observe-se que o nosso português brasileiro possui não poucas diferenças com o falar da pátria-mãe, sobretudo de natureza fonética, as quais Eça de Queirós apelidava “*português com açúcar*”. Verdade é que nosso povo possui maneiras de falar

e escrever que se foram incorporando com o fluir do tempo, diferenciando-se das de Portugal com variações, de região para região, dentro do nosso quase continental território. Pois os idiomas, como as civilizações, são dinâmicos, como já advertia Camões, em quadra inicial, de célebre soneto:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo o mundo é composto de mudança
Tornando sempre novas qualidades.

A língua não é um mero **flatus vocis**, é uma força docente, forjando padrões de exemplaridade, e fonte perene de utopia, reiterando, assim, seu caráter projetivo, frisa o pensador Gilberto Melo Kujawski. Na história dos povos, a língua é mais do que um símbolo ou, mais exatamente, uma simples justaposição de símbolos. Ela se constitui no cerne da própria identidade de um povo ou, num sentido mais amplo, de uma civilização.

Convém lembrar que a Academia Brasileira de Letras, da qual Olavo Bilac, autor do Soneto “*Língua portuguesa*”, foi um dos membros fundadores, assumiu o papel, no Brasil, de dedicar-se ao idioma, como reza o primeiro artigo de seu estatuto, firmado em 28 de janeiro de 1897: “*A Academia Brasileira de Letras, tem por fim a cultura da língua nacional,...*”. Assinado por Machado de Assis e Joaquim Nabuco, respectivamente presidente e secretário-geral da primeira diretoria da entidade, o entendimento dessa auto-missão foi assim explicitado:

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores –, não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois, para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas.

No momento, portanto, em que se festeja o dia de nosso idioma, considero que é fundamental, também, por oportuno, lembrar a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A CPLP é uma das expressões mais notáveis da disposição dos países que a integram, de promover ações cooperativas a partir desse laço cultural.

É comum dizer-se que a CPLP é uma associação de países de interesses diversos e perspectivas distintas. De fato, é verdade que existe uma acentuada diversidade de condições e interesses aparentemente voltadas para diferentes perspectivas econômicas e políticas. Muitas nações da CPLP têm vinculações com outros blocos como é o caso de Portugal com relação à União Européia, Angola com relação a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Mistral), Moçambique com a Commonwealth (Comunidade Britânica das Nações) e mesmo o Brasil com relação ao Mercosul. Contudo, esse fato não invalida a necessidade que as nações têm de oferecer respostas a um mundo caracteristicamente multifacetado em suas demandas. Nem mesmo os interesses comerciais, por serem muitos variados, podem ser definidos apenas em termos de um único parceiro, ainda que esse parceiro seja um bloco de nações ricas e poderosas.

O Prof. Álvaro Vasconcelos, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa, entende que reconhecer essa realidade é o primeiro passo para se promover uma cooperação efetiva entre os países integrantes da CPLP:

é preciso conciliar a integração de cada um dos países em sua realidade regional com uma Comunidade que não deverá ser, regra geral, a sua primeira prioridade”, e conclui: “... a CPLP deve ser pensada como a rede que liga diferentes países com diferentes perspectivas e, ao fazê-lo, deve tirar partido desse fato para promover as relações inter-regionais.

A CPLP, criada em 1996, em Lisboa, tem entre seus princípios: a igualdade soberana dos Estados membros; a não-ingrência nos assuntos internos de cada Estado; o respeito pela identidade nacional; o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; e a promoção do desenvolvimento.

Sabemos que o substancial aumento da presença brasileira em Portugal, por meio do comércio, da cultura e da política, o fato de Portugal ter se transformado, desde o fim do século XX, num dos maiores investidores no Brasil constituem sinais evidentes da existência de um grande potencial de oportunidades a serem exploradas a partir do adensamento das relações inter-regionais.

Cabe, porém, registrar que, no campo mais amplo do intercâmbio entre os diferentes integrantes da CPLP, ações outras estão sendo deflagradas, entre as quais poderia citar:

A reconstrução da infra-estrutura econômica de nações que enfrentaram longas guerras civis e as

variadas demandas por desenvolvimento econômico aponta para uma extensa gama de oportunidades para a cooperação no âmbito da CPLP.

A propósito, salientaria o fato de que Angola e Moçambique enfrentaram, durante grande período da sua história – são nações recém emancipadas –, grandes conflitos internos, e o de Angola somente recentemente teve término com a morte do líder rebelde Savimbi. . Podemos dizer, também, que outras nações tiveram graves conflitos, como Guiné Bissau, sem falar na questão mais recente de Timor Leste, que somente agora conseguiu obter a sua emancipação, saindo, portanto, do jugo da Indonésia.

Ações, num sentido mais amplo, de cooperação com vistas à promoção da cidadania também têm sido praticadas de muitas formas. Acordos nas áreas da educação e formação profissional, da promoção da saúde e também na área das questões ligadas à regularização da situação de imigrantes têm sido negociados tanto de forma bilateral quanto no âmbito das reuniões da CPLP.

A busca de solucionar providências decorrentes das migrações, uma questão que, nos dias de hoje, tem afetado em diferentes intensidades a todos os países e, com os países da CPLP, não poderia ser diferente, exigindo que arranjos cooperativos sejam construídos ou aprimorados a fim de preservar, simultaneamente, tanto a estabilidade econômica e social quanto os direitos de cidadania dos migrantes.

A cooperação, baseada na língua como laço comum, pois tem um propósito tão importante quanto a cooperação econômica, social e política. Na verdade, não apenas não exclui esses campos da cooperação como também serve de base para que ela seja mais efetiva e completa. Nela está implícita uma dimensão raramente encontrada nas formas de cooperação com propósitos mais imediatos, que é o fortalecimento da identidade nacional.

Formas de cooperação internacional no campo das relações comerciais e financeiras, além de mecanismos de solução de controvérsias na ordem política. Convém lembrar que a cooperação bilateral e multilateral apresenta uma variada gama de possibilidades.

Criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (julho de 2000), com sede em Maputo, para difusão e fortalecimento do idioma português, constitui iniciativa bastante promissora. Com efeito, numa época caracterizada por um processo de universalização de normas, costumes e padrões de comportamentos, o fortalecimento das identidades nacionais se afigura uma preocupação tão importante quanto a preservação de patrimônios arquitetônicos e ambientais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de concluir, eu gostaria de ouvir o aparte de S. Ex^a, o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, ninguém melhor que V. Ex^a nesta Casa para fazer um culto à Língua Portuguesa, já que V. Ex^a e o Presidente Sarney são os nossos representantes na Academia Brasileira de Letras. Aprendi com um homem do Piauí, Petrônio Portella, que dirigiu esta Casa – acho que ninguém o excedeu – o seguinte: “não vamos agredir os fatos; só não muda quem se demite do seu direito de pensar”. O fato é que a língua quem faz é o povo; é o meio de se comunicar, de se aproximar. V. Ex^a foi seminarista, não foi?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Não. Sou católico, apostólico e romano, mas não fui seminarista.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Penso que V. Ex^a deveria receber título até de cardeal, porque simboliza o que há de melhor entre os cristãos católicos do nosso País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Jânio Quadros, quando Presidente da República, pensou que deveríamos nos aproximar da língua espanhola. A língua muda. Veja o latim; V. Ex^a deve ter declamado e dissertado as Fábulas de Esopo em latim. Na Espanha, Sr. Presidente Edison Lobão, há vários dialetos. Tem um na Galícia, que é o galego, uma mistura de português e espanhol. Hoje, há o Mercosul, a globalização, o progresso do transporte aéreo e rodoviário. Existe um livro, de uma professora muito viajada, que já li umas quatro vezes, Senador Lobão, que está presidindo a sessão: **Portunhol**. Então, é tempo de percebemos que, juntando Português com Espanhol, teremos uma das línguas de maior comunicação, aproximação, comercialização e globalização, uma das línguas mais fortes do mundo. Então, a Academia Brasileira de Letras poderia buscar fazer essa integração, aproximando a comunicação. É a neurolinguística que nos difere dos outros animais. V. Ex^a é a pessoa qualificada para buscar esse avanço entre os povos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Está aí a grande missão de V. Ex^a na Academia Brasileira de Letras, muito importante mesmo.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado ao nobre Senador Mão Santa pelo aparte, assim como também agradeço, igualmente sensibilizado, o aparte do Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, não se pode pensar que um elo comum como a língua seja suficiente para produzir a ampliação do comércio ou o desenvolvimento econômico, mas é possível pensar que a Comunidade de Países da Língua Portuguesa pode ser útil no sentido de contribuir para que percepções individuais sejam compartilhadas.

Afinal, entre os muitos paradoxos que integram a vida humana, um dos mais notáveis é o fato de que a maioria das grandes obras que a humanidade já produziu tiveram por base a experiência individual de um povo, de uma comunidade ou mesmo de um único indivíduo.

Ouçó o nobre e ilustre Líder, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Marco Maciel, quero fazer uma observação. A TV Senado é muito ouvida no Brasil inteiro. E o Brasil inteiro hoje está antenado nos fatos políticos que estão acontecendo: demissão do Primeiro-Ministro José Dirceu, crise do Governo, denúncias de corrupção. E V. Ex^a faz um discurso *light* sobre Língua Portuguesa. Podem até imaginar que V. Ex^a esteja dissociado da realidade brasileira. Quero aqui repor a verdade dos fatos para aqueles que não o conhecem. Feliz do Parlamento que tem, dentre seus integrantes, um Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Com uma palavra ponderada no momento de crise, é capaz de fazer um discurso sério sobre um tema sério como esse, sem dissociar-se, sem deixar de ter a sua atenção privilegiada voltada para os fatos que estão acontecendo, mas para dar a opinião na hora certa, para ser o conselheiro da hora certa, o homem sensato da hora certa, o que V. Ex^a é. Faço este registro para testemunhar, em nome do meu Partido, o homem equilibrado que V. Ex^a é, mas de posição, determinado...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) –...atento aos fatos. E, neste momento em que todos só falam de crise, V. Ex^a traz um tema que não é de crise. Mas estão enganados aqueles que pensam que V. Ex^a não está acompanhando os fatos e, com sua opinião e sua posição sensata, correta e séria para dar na hora certa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito Obrigado ao nobre Líder José Agripino. As palavras de V. Ex^a servem para lembrar que, desde anteontem, estivemos reunidos num grande Congresso de Refundação do nosso Partido. Por ocasião desse fórum, que começou

no dia 15 e terminou ontem à noite, e do qual participei integralmente, discutimos as momentosas questões que vive o Brasil. E mais do que isso: o nosso partido, agora na oposição, firmou posição clara em relação aos diferentes episódios que vive o país nesses dias e parecem toldar o nosso ambiente político, econômico social. Quero dizer a V. Ex^a que o seu aparte muito me sensibiliza, sobretudo porque V. Ex^a vem cumprindo, aqui no Senado Federal e fora dele, um papel muito importante, não somente como um dos líderes da oposição mas também como um respeitado e acatado líder do nosso partido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao celebrar o Dia da Língua Portuguesa, as nossas vistas, pois, devem se voltar, ao lado da promoção do idioma, para a consolidação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Essa instituição poderá vir a ensinar uma maior cooperação entre os povos que se expressam no mesmo idioma, criando condições para maior inserção da ação dos seus integrantes na comunidade internacional dos nossos tempos, ainda caracterizada por enormes assimetrias que comprometem a busca de um mundo mais harmonicamente desenvolvido.

Sr. Presidente, gostaria igualmente de fazer um breve registro. Diz respeito ao fato de a escritora Nélida Piñon haver sido agraciada com o prêmio Príncipe de Astúrias das Letras de 2005, concedido no dia 15 de junho deste mês.

Nélida Piñon, autora de importantes obras, como “Guia-mapa de Gabriel Arcanjo”, “Fundador”, “A casa da paixão” e outras mais, pertence à Academia Brasileira de Letras, tendo-a presidido em 1997, ano do centenário da instituição. É a primeira escritora brasileira a ser agraciada com tal distinção, inclusive “desbancando” – para usar uma expressão usada nos jornais – outros concorrentes, como o israelense Amos Oz e os americanos Paul Auster e Philip Roth.

Aproveito a ocasião em que faço este registro para felicitar não somente a consagrada autora brasileira, a quem me ligam antigos laços de amizade, mas também estender os meus cumprimentos à Academia Brasileira de Letras, da qual Nélida Piñon é uma das mais ilustres e acatadas integrantes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço também que a este meu discurso seja anexado documento que contém dados básicos sobre a chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Edison Lobão e Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem aconteceu um fato que estava escrito. Não houve nenhum *glamour* especial, Senador Pedro Simon, no pedido de demissão, na demissão ou na negociação da saída do governo do Ministro José Dirceu. Era uma situação insustentável que não se justificava. Ela se impunha, e o ministro saiu.

Os registros de imprensa que vejo desde ontem nas emissoras de televisão, nas rádios e, hoje, nos jornais dão conta de uma satisfação, de um contentamento por parte da oposição. Negativo. Nada disso. Repilo à altura: não há nenhum contentamento nem nenhuma satisfação. Nada disso. Não há razão para comemoração.

Comemorar, Senador Pedro Simon, eu, pessoalmente, comemorarei, como V. Ex^a também, no dia em que as investigações sobre as denúncias feitas forem concluídas, os corruptos forem entregues à Justiça e a Justiça levá-los à cadeia. Aí, sim, haverá razão palpável para comemoração. No momento, o Deputado José Dirceu deixou o governo pelas razões que se conhece. Vai-se, a partir de agora, estabelecer um duro embate entre os que o acusavam e S. Ex^a, entre Roberto Jefferson, mais especificamente, para citar o último, e S. Ex^a.

Vamos acompanhar os fatos, as apurações e as conclusões. Mas, comemorar, em hipótese alguma; neste momento, não. Não somos aves agourelas que batemos palmas para a desgraça alheia. Se a desgraça aconteceu, ela pode ser corrigida se argumentos houver. Neste momento a atitude da oposição é de fiscalização e cobrança. É sobre isso que falarei hoje.

Senador Mão Santa, tenho em mãos um dos jornais de hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo**, que traz, entre suas manchetes, a seguinte: “Dirceu cai antes da reforma”. Senadora Heloísa Helena, curiosamente, há mais uma manchete falando de quatro – quatro, que são os Senadores apenas neste momento presentes neste plenário. Senador Mão Santa, mais uma vez R\$4 milhões. Roberto Jefferson disse que recebeu do PT, citando nomes, R\$4 milhões em duas parcelas, uma de R\$2,2 milhões e outra de R\$1,8 milhão, parte dos R\$20 milhões que teriam sido ofertados ao PTB. Isso vai ser esclarecido. Isso, o Ministro José Dirceu e o Roberto Jefferson terão de esclarecer. São 4 milhões, novamente, manchete em letras garrafais no **O Estado de S. Paulo** de hoje: “PPS recebeu oferta de R\$4 milhões para apoiar Marta”. É o repeteco, Senador Pedro Simon, de novo com o mesmo número – parece que eles gostam do quatro.

É gravíssimo, porque um jornal com a qualidade de **O Estado de S. Paulo**, Senador Tião Viana, jamais colocaria em sua primeira página notícia infundada. A denúncia tem testemunha – testemunha que deve ter nome, com certeza –, e citam-se pessoas, quem foram os emissários. Foi o Sr. Sílvio Pereira, sempre Sílvio Pereira, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, e um senhor chamado Valdemir Garreta, que nas páginas internas aparece numa enorme fotografia visitando uma obra com a Prefeita Marta Suplicy. Seriam eles os emissários, os emissários da oferta dos R\$4 milhões. A notícia é circunstanciada, Senador Delcídio Amaral, e, seguramente, vai terminar no rol dos fatos a serem esclarecidos.

É muito bom que o Senador Delcídio Amaral tenha acabado de chegar ao plenário, porque eu queria fazer uma consideração e um apelo. Senador Arthur Virgílio, no mesmo jornal, **O Estado de S. Paulo**, na página 13, há uma grande fotografia: “Crise no Governo Lula, a Queda de Dirceu”. Uma manchete que não quero nem ler, porque não sei de sua procedência ou não, quero comentar é a fotografia.

Senador Pedro Simon, o que mais tememos e combateremos será a CPI chapa branca, a CPI de um lado só, o facciosismo das investigações. Esse é o meu temor e esse é o meu pavor.

Quando o Senador Delcídio Amaral foi eleito Presidente e escolheu como Relator o Deputado Osmar Serraglio, do PMDB, da Base aliada, tive a oportunidade de manifestar a minha preocupação, falei até sobre a espada de Dâmocles que estava posta sobre a cabeça da Comissão, uma vez que ela nascia sob a égide da desconfiança da opinião pública, como que para manifestar um alerta.

Essa fotografia, para mim, é o pior dos mundos, porque a fotografia retrata a primeira reunião informal da Comissão. É uma reunião administrativa? Suponho que sim, claro; para definir fundamentos. Ela ocorreu onde? Ela poderia ter ocorrido, Senador Edison Lobão, na Biblioteca do Senado. Quantas reuniões fizemos em um próprio coletivo do Senado? Ela teria uma simbologia especial. Não tem ainda sala para a Comissão, mas tem a Biblioteca do Senado, a sala dos Senadores, para que não haja nenhuma interpretação distorcida, ou ainda, em qualquer sala de comissão. Não é uma reunião qualquer, mas a primeira das reuniões de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que nasce sob a égide da desconfiança, do facciosismo, de um lado só, da chapa branca. Temos a obrigação de garantir a isenção. É aquela história da mulher de César: tem que ser e parecer honesta.

Senador Pedro Simon, a fotografia foi feita na sede da Liderança do PT. O honrado Senador Delcí-

dio Amaral, meu queridíssimo amigo na cabeceira da mesa, ao seu lado o Relator, Deputado Osmar Serraglio, uma série de funcionários – alguns conheço, todos competentes – e, na ponta da mesa, poderia estar, por exemplo, o Senador Alvaro Dias, que é membro da Comissão, se tivesse sido convidado a participar, até para dar uma demonstração de neutralidade, mas estava a Senadora Ideli Salvatti, só ela. Ou seja, uma reunião só entre eles, no local deles. É o recado que essa foto passa para o País.

Agora podemos nós, Senador Edison Lobão, ficar calados, se temos a responsabilidade? Recebo dezenas de *e-mails* me cobrando responsabilidade: “Senador José Agripino, vigie essa turma”. Sou cobrado o tempo todo. Posso ficar calado diante dessa fotografia que fala por si só? Tenha paciência!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador José Agripino?!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vou ser sincero com V. Ex^a e dizer o que penso. Acho que o Senador Delcídio Amaral não agiu de má-fé; agiu na ingenuidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Acredito.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Porque essa reunião pode ser feita – ainda que não haja razão – às escondidas. Não tinha que chamar a imprensa nem chamar ninguém. Fecha a porta de um gabinete conversa e acertam entre eles. Agora, daí a fotografar, é...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso nos deixa mal.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – (...) é muita ingenuidade. Não tinham razão para botar no jornal aquilo que estavam fazendo e que estava errado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Vejam bem: se os primeiros passos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não forem marcados pela demonstração clara da isenção, ela começa contaminada. Senador Mão Santa, a Nação toda está acompanhando e vai acompanhar as investigações da CPMI, as ações do Relator, do Presidente e de todos os seus membros, do Governo e da Oposição. Se não exercermos o nosso papel com serenidade, equilíbrio e, sobretudo, com determinação, vamos pagar um preço muito caro perante a opinião pública. Ela não nos vai perdoar; vai achar que fomos todos coniventes.

Senadora Heloísa Helena, Senador Tião Viana, nobre ex-Líder do PT e meu estimadíssimo amigo, quero fazer um apelo ao Senador Delcídio Amaral: se tiver que acontecer esse tipo de reunião, tem que ser em ambiente aberto. Não se trata de uma CPMI qual-

quer, mas uma que nasceu sob a pecha que o povo lhe atribuiu: “CPI da chapa branca”, de um lado só.

Estou absolutamente consciente de que V. Ex^a tem a melhor das intenções. Não conheço o Relator, mas admito que também tenha a melhor das intenções. Porém, esse tipo de fotografia não depõe bem com relação ao início dos trabalhos. Essa reunião deveria ser pública; ela poderia acontecer com a presença ou não de outros Senadores, com a equipe administrativa, mas precisava ter ocorrido em local público, neutro, e, se havia alguém do PT que é apenas membro, deveria ter sido convidado ou chamado alguém da Oposição para presenciar os primeiros passos dela.

O meu apelo é para que esse tipo de fotografia não se repita em respeito à opinião pública. Seremos implacáveis na vigilância. Não vamos fazer palco em momento algum das investigações, mas não vamos permitir hora nenhuma que o povo ache que, com a nossa convivência, esteja ocorrendo uma CPI Chapa Branca.

Tanto não achamos, que já tomamos uma providência. Aliás, Senador Arthur Virgílio, gostaria, inclusive, se V. Ex^a ainda não assinou, há tempo de assinar – e eu queria a assinatura de V. Ex^a nesse requerimento, como Líder do PSDB. Senador Pedro Simon, Senador Lobão, Senador Mão Santa, Senador Efraim Morais, digno Presidente, Senadora Heloísa Helena, requeremos ontem, ao Presidente do Congresso, a instalação de uma Comissão Mista Especial Externa para acompanhar as investigações da Polícia Federal sobre as ocorrências envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Não é que desconfiemos da Polícia Federal, longe disso, mas é que a Polícia Federal pode sofrer ingerências externas, algum tipo de pressão; a Polícia Federal é subordinada, hierarquicamente, ao Ministério da Justiça. E, no clima que estamos vivendo, ninguém pode desprezar a alternativa de pressões externas sobre esse ou aquele delegado que não quer receber pressão e quer fazer uma investigação correta e isenta. Então, a Comissão Externa que estamos propondo vai dar à Polícia Federal a força que precisa para ser isenta como quer ser.

Para facilitar a tarefa que já é intenção da Polícia Federal, estamos solicitando e o Presidente do Congresso, de plano e de público...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nobre líder, peço a V. Ex^a que conclua seu discurso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O Presidente do Congresso, de plano e de público, defronte às câmaras de televisão, firmou compromisso no sentido de, em curto prazo, instalar essa Comissão que solicitamos, composta por membros

da Câmara e do Senado, para garantir a eficiência e a lisura das investigações da Polícia Federal, a fim de que a sociedade tenha atendido aquilo que ela quer no menor espaço de tempo possível: a investigação da corrupção que tem que ser removida pela punição. O pior dos males é a impunidade e queremos a colaboração isenta da Polícia Federal para que não ocorra impunidade no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais dois minutos de prorrogação, segundo o critério adotado pela Mesa e muitas vezes repetido pelo Senador Tião Viana.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as dependências do Congresso Nacional são visitadas diariamente por estamentos da sociedade que aqui, sobretudo, vêm fazer as suas reivindicações.

Nos últimos dias, temos sido procurados, nós todos, Senadores, por delegados de polícia judiciária do Brasil inteiro e agora também pelos comandantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros. Eles reivindicam, como todas as categorias sociais do País, melhoria salarial. O que pedem a rigor os delegados e os oficiais das polícias estaduais? Eles pretendem que os seus vencimentos sejam incluídos no subteto de 90% dos Desembargadores Estaduais. Essa reivindicação, de algum modo, já foi atendida na Câmara, com a inclusão de um dispositivo na chamada PEC paralela, o Projeto de Emenda Constitucional da Previdência Social, agora sob exame do Senado Federal. O Relator da matéria é o Senador Rodolpho Tourinho. S. Ex^a pretende juntar as duas categorias, a Polícia Judiciária e a Polícia Militar, seja para negar, seja para atender a reivindicação.

Sr. Presidente, e os militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica? Como fica a situação das nossas Forças Armadas? Aos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não se concedeu sequer o aumento prometido pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, situações humilhantes têm ocorrido com relação aos oficiais das Forças Armadas. As esposas dos militares federais, vamos chamá-los assim, que também tentam fazer o seu movimento reivindicatório, são humilhadas nas ruas pela truculência daqueles que rechaçam a reivindicação justa dessas senhoras em nome de seus maridos.

Perguntar-se-á: por que os próprios oficiais não vão às ruas? Graças a Deus não vão exatamente pela disciplina e pela hierarquia a que estão submetidos.

Mas nós não queremos a humilhação dos nossos oficiais pelo salário injusto que eles hoje recebem. Se vamos conceder à Polícia Judiciária do Brasil e aos militares das Polícias Militares, não podemos deixar de atender o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

Ouçõ o eminente Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a é sempre muito oportuno e agora mais do que nunca. Eu vejo que, quando se discute aumento de salário e reajuste salarial, tem que se olhar a possibilidade de orçamento, sim. Por outro lado, estamos diante de um Governo que se elegeu prometendo que faria mundos e fundos nesse campo e que obteve votação consagradora entre os servidores públicos federais civis e militares. Eu entendo que o tal reajuste linear de zero vírgula zero não sei o quê um por cento é um escárnio, é meramente para fingir que cumpre a lei orçamentária. Mas o que me dói é a figura da truculência, é o uso da força contra senhoras desarmadas numa República, felizmente, graças a Deus, de democracia consolidada na qual só opinam sobre política os militares da reserva, que é um direito deles; os da ativa se portam com absoluta observância da hierarquia, da responsabilidade que lhes cabe e com o silêncio que engrandece a democracia. Mas o serviço público está todo entrando em greve: o INSS e um cem número de autarquias e repartições deste País. E não se vê, não se ouve uma palavra do Governo ou de ninguém que o represente explicando como está a negociação, qual é a solução, qual é a proposta ou então que digam que a greve é errada, é equivocada ou que é absurda ou que aceitam a greve como legítima. É como se não houvesse. É como se eles pudessem tocar o País sem utilizar o recurso da máquina pública e do material humano que está ali para honrá-la e para servi-la. Portanto, a meu ver, é um quadro que não é a crise, mas que reflete uma séria crise de desgoverno.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a aborda com firmeza e segurança esse tema tão delicado no momento.

Somos testemunhas de que, no passado, frequentemente, aguardava-se a ordem do dia do Ministro do Exército para saber o tamanho da crise política. Hoje não; hoje, os militares estão recolhidos aos quartéis. Eles perderam a coragem? Tornaram-se excessivamente tímidos? Acovardados? Não! É apenas a disciplina que devemos exaltar e homenagear neles. Mas também eles não podem ser diminuídos como estão sendo.

Ouçõ o eminente Senador Alvaro Dias e, em seguida, o Senador Mão Santa e o meu Líder José Aripino.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Edison Lobão, faz bem V. Ex^a ao trazer, nesta manhã, este tema diante sobretudo da fotografia que olhamos todos os dias ao chegar ao Senado Federal: em frente ao Congresso, está armada aquela barraca das esposas de militares que fazem ali o seu protesto. Trata-se do cumprimento da palavra apenas, é o que se está exigindo neste momento. O Governo empenhou a sua palavra em relação ao reajuste e, mais uma vez, não a cumpriu. A palavra está muito desgastada no atual Governo; desrespeitar compromissos, esquecer promessas, tornou-se regra. Se houve uma promessa, se o Governo assumiu um compromisso de forma solene diante das lideranças deste movimento, por que não cumpri-la? Portanto, V. Ex^a traz da tribuna da Casa hoje a sua palavra sempre ponderada, exemplo de moderação, de equilíbrio. V. Ex^a é homem de diálogo, que vem, com muita autoridade, fazer esse apelo ao Governo. Espero que, partindo de V. Ex^a, o Governo tenha mais ouvidos para ouvir.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Eu diria, Senador Alvaro Dias, que o governo faz muito bem em ter cuidados com a economia. O que custaria um aumento do soldo dos militares que está entre os mais baixos do mundo? E o efetivo das Forças Armadas, Senador Pedro Simon, no Brasil, é também um dos menores. O Brasil possui apenas um pouco mais de trezentos mil militares no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. O Exército não vai além de 180 mil soldados e oficiais.

Portanto, esse aumento não significaria grande coisa. Significaria apenas restaurar, restabelecer a justiça com que se deve tratar as Forças Armadas deste nosso País.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a traz um assunto muito importante e que pode explodir. Não existe pátria forte sem Forças Armadas. E eles já ganham muito pouco há muito tempo. Quando eu governava o Piauí, nomeei como meu secretário de obras o General Oliveira, e vi o contracheque dele. Era cinco vezes menor do que os vencimentos dos funcionários da Justiça, do que o da própria Polícia Militar, do que os outros salários, quer dizer, isso já vem ocorrendo de tempos passados. E, sem dúvida, basta o exemplo. Já que eles citam Cuba, lá o salário dos militares é o mais alto. Fui ao Chile, recentemente, e o Embaixador brasileiro disse-me que os carabineiros, a força auxiliar das Forças Armadas, é a instituição mais respeitada. Então, os nossos militares merecem respeito, porque, até hoje, nesses 505 anos, foram eles que mantiveram a inscrição de nossa Bandeira: Ordem e Progresso. E o PT está querendo mudar para desordem e regresso.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E sempre, Senador Mão Santa, que os militares tiveram uma interferência em nosso País foi no sentido de restaurar a ordem e a disciplina para que o País pudesse prosseguir na sua caminhada para o grande futuro que todos nós desejamos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, cumprimento V. Ex^a pela qualidade do seu pronunciamento e pelo tema. V. Ex^a foca nos militares e está abordando, no aumento dos militares, uma questão que é geral: a frustração do servidor público – e os militares o são – com a promessa não cumprida do Governo Lula de lhe conceder aumentos decentes. E o servidor público sempre carregou a bandeirinha vermelha do PT, nas campanhas eleitorais, quando Lula era candidato. Mas V. Ex^a cita o caso específico dos militares. As esposas dos militares – de soldados a oficiais – estão acampadas na frente do Congresso. São senhoras, Senador Edison Lobão, que não fazem nenhum movimento de contestação explícita, de baderna. Elas são a imagem e semelhança dos maridos, que são guardiões da ordem, e elas seguem o exemplo dos maridos. Elas têm o direito de protestar – direitos e razões. Deixe-me dar, aqui, uma informação, se é que V. Ex^a não sabe: depois de um movimento de pressão legítima dos militares ao Poder Executivo, o Presidente Lula ofereceu uma proposta conciliatória de aumento de 23%, em duas parcelas, uma de 10% e outra de 13%. Deu a de 10%. Palavra de Presidente é para ser cumprida. É o que elas imaginam, o que eu imagino e o que a Nação imagina. O que pode ter acontecido? Se faltava uma geladeira na casa do soldado, da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, se estavam tomando água quente, ela comprou a geladeira à prestação. Fez um carnê pensando nos 13% que o Lula estava devendo e que nunca pagou. Hoje o que ela exhibe é um carnê não pago ou a notificação do Serasa, cobrando a prestação não paga, porque Lula não pagou. V. Ex^a tem toda a razão e tem a minha absoluta solidariedade. Não é apenas pelo aumento, não é pelo ridículo 0,1% de aumento aos servidores, é para uma coisa muito mais séria: o não cumprimento da palavra de um Presidente da República, que aceitou, prometeu, tomou compromisso de dar 23% de reajuste. Deu a primeira parcela, não deu a segunda e frustrou as pessoas, entregou as pessoas à humilha-

ção do registro no cadastro dos inadimplentes. Além de queda, coice. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O registro histórico, vamos chamar assim, que faz V. Ex^a é a demonstração cabal da necessidade de que o Governo tome uma providência imediata quanto aos vencimentos dos militares. Eu não posso conceber a hipótese de as nossas Forças Armadas, os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica terem de buscar outra fonte de renda para poder manter sua família com dignidade. Hoje, eles não estão conseguindo mais suportar as despesas diante do tão baixo salário que recebem.

Sr. Presidente, os nossos oficiais, praças e soldados não podem continuar sendo tratados com esse tipo de discriminação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Vou concluir, Sr. Presidente. Ou eles são atendidos na sua justa reivindicação, com a promessa feita pelo Governo, solenemente feita, ou então não sei o que poderá acontecer. Temos de confiar apenas na sua disciplina, na honradez de cada qual, que proclamo aqui desta tribuna.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando uma frase do ex-Presidente Tancredo Neves. Ele dizia que “a remuneração dos militares brasileiros não deveria ser considerada uma despesa e sim um investimento na tranquilidade nacional.”

Faço, portanto, um apelo aqui ao Governo para que, em primeiro lugar, olhe para a situação aflitiva das famílias dos militares brasileiros e, em segundo lugar, cumpra a sua promessa, solenemente feita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Ex^a, nobre Líder.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de falar pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra, nobre Líder. V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a tolerância necessária desta Mesa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dividir a minha fala em três fases.

Primeiramente, quero dizer que, em função de alguns problemas pessoais em Mato Grosso do Sul, não poderei estar presente hoje e amanhã, em São Paulo, ao ato do meu Partido, na reunião do Diretório

Nacional. Assim sendo, aproveito este ensejo para registrar a importância do Ministro José Dirceu no Governo do Presidente Lula, a liderança que representa para o Partido dos Trabalhadores, e para dizer que S. Ex^a é muito bem-vindo à Câmara dos Deputados. Tenho absoluta certeza de que fará um grande trabalho como Deputado Federal, como líder partidário que é e também como um dos principais auxiliares do Presidente Lula, na busca de um Brasil melhor, mais fraterno, mais solidário, mais cidadão.

Como não estarei presente à reunião de São Paulo, nem hoje nem amanhã, quero, ainda, declarar o apoio de toda a nossa Bancada ao Presidente José Genoíno e dizer-lhe que, entendendo os pontos de vista de cada Senadora e de cada Senador, todas as questões relativas ao Partido discutiremos primeiramente na Bancada, com a presença de todos os Senadores, na busca de uma solução conjunta. E, mais do que nunca, as questões partidárias serão discutidas na Executiva do Partido dos Trabalhadores, especialmente com o Presidente José Genoíno, a quem expresso nosso carinho, nosso apreço e nossa admiração pela sua história de homem público.

Sr. Presidente, sobre a segunda fase da minha fala, peço a V. Ex^a que tenha um pouco de paciência, porque tratarei de um tema relacionado à Petrobras e preciso de um tempo maior para fazer essa abordagem. Tratarei de algumas notícias veiculadas pela imprensa de que eu já admitiria uma correlação entre as denúncias dos Correios e as do “mensalão”.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar com muito clareza que os trabalhos da CPI dos Correios estão se iniciando, e eu não poderia, até porque estamos começando a nos debruçar sobre todos os documentos relativos a essa denúncia, fazer uma ilação direta sobre essas questões. Eu poderia até admitir, Sr. Presidente, no transcorrer das investigações da CPMI, mas não poderia, evidentemente, até por uma questão de bom senso e pelo conhecimento ainda pequeno que tenho de todas essas denúncias, fazer qualquer tipo de relação imediata.

Sr. Presidente, como o assunto atual da mídia, mais do que nunca, é a CPMI, e também em função do aparte do Senador Pedro Simon, quero falar, meu caro líder e amigo, Senador José Agripino, da fotografia hoje veiculada no jornal **O Estado de S. Paulo**.

No rigor que sempre pauta seu posicionamento, V. Ex^a está absolutamente correto, como também o está o Senador Pedro Simon.

Foi um gesto inocente, tão inocente que nos deixamos fotografar. Tenha a certeza, meu caro Senador Agripino, de que estamos tomando as providências devidas para que a CPMI tenha uma sala. Houve difi-

culdades para a instalação da equipe que vai trabalhar na CPMI com muita competência, pois são pessoas sérias, várias delas funcionários do Senado Federal e de outros órgãos públicos. Tenha a certeza de que até segunda-feira teremos nossas instalações, até porque elas não foram liberadas, ainda, em função da CPMI do Banestado, que não trouxe os resultados que a população esperava, ao contrário, não tenho dúvida nenhuma, do que ocorrerá com a CPMI dos Correios.

Então, houve, efetivamente, Senador Agripino, um vacilo – se é que podemos falar assim –, por absoluta falta de espaço.

A sala das Comissões é contígua ao gabinete da Liderança do PT e, até para reunir o pessoal, acabei disponibilizando a minha sala para que fizéssemos uma reunião de trabalho. Não foi uma reunião às escuras, porque foi filmada e amplamente divulgada. Essa foi a primeira reunião de trabalho, estruturando a nossa organização, olhando as pessoas. Teremos assessoria jurídica, assessoria comercial para olhar os contratos e as licitações, e apoio da Polícia Federal, da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União. Nessa reunião inicial de trabalho, olhamos requerimentos que, não tenho dúvida, meu caro Líder Agripino Maia, vamos discutir na segunda-feira.

É importante que se registre isso porque, apesar de muitas pessoas falarem em CPMI “chapa branca”, meu caro Presidente Agripino, a votação que o Senador César Borges recebeu mostra que essa será uma CPMI equilibradíssima, que levará a um trabalho sempre alinhado entre Oposição e Situação, ou Oposição e Governo.

Sou uma pessoa, meu caro Senador Agripino, e V. Ex^a sabe disso, assim como o Senador Arthur Virgílio, de conciliação, de diálogo, e esse é o meu compromisso absoluto para que tenhamos uma CPMI eficiente, na qual a pauta e os requerimentos serão discutidos previamente e onde todos os Parlamentares, titulares, suplentes e aqueles que não pertencem à Comissão, tenham vez e voz.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, meu caro Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Concordo inteiramente com V. Ex^a. Aplaudo a sua atitude de se desculpar, que nem era necessária. Tenho-o em altíssima conta, considero-me seu amigo, considero V. Ex^a um homem de bem, cordato e bom companheiro. Causou-me estranheza a perda do equilíbrio à qual V. Ex^a se refere. Na primeira reunião, está correto reunirem-se os competentes assessores escolhidos pelo Presidente e pelo Relator, é um direito que lhes assis-

te. Na reunião do Presidente e do Relator não houve equilíbrio ou a manifestação do equilíbrio. Estavam lá uma Senadora do PT que é apenas membro da Comissão, assessores, Presidente e Relator, mas o que me causou estranheza é que não houve o contraponto, um Senador ou uma Senadora da base da Oposição, para estabelecer o diálogo desejado por V. Ex^a e por mim para que a isenção seja garantida nas investigações. Faço-lhe o apelo para que, em respeito à opinião pública, sempre que houver qualquer ato, público ou não, as oportunidades do debate e do contraditório sejam oferecidas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Absolutamente registrado, meu caro Líder Agripino Maia. Honra-me ter a amizade de V. Ex^a e essa relação de carinho e respeito que pauta a nossa vida parlamentar. Não tenha dúvida nenhuma de que os registros já estão absolutamente feitos e de que trabalharemos juntos nessa CPMI.

Sr. Presidente, peço a paciência e a devida vênia de V. Ex^a.

Eu quis saudar nosso querido Ministro José Dirceu e o nosso Presidente José Genoíno, prestando-lhes minha solidariedade; tratei da questão da CPMI dos Correios, até para deixar muito clara a separação entre ela e o “mensalão”; ouvi as ponderações lúcidas do Líder Agripino Maia e dei-lhe minhas justificativas, também sensatas, fruto do momento em que vivemos, do início dos trabalhos da CPMI dos Correios, mas também quero, hoje, registrar um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, cujo título é: “Quem controla a CPMI”.

O editorial afirma:

O currículo de seriedade das carreiras profissionais e parlamentares, tanto do seu Presidente petista, tucano até 2001, quanto do seu relator peemedebista, dá tranquilidade quanto às suas indispensáveis posições de isenção.

Sr. Presidente, peço paciência à Mesa, pois eu gostaria de aproveitar o mote desse editorial, porque eu sempre tive uma vida profissional muito honrada, e acredito que terei igual vida política, para fazer alguns comentários sobre uma outra matéria divulgada, hoje, no **Estado de S. Paulo**, dizendo: “Petrobras teve prejuízo com contratos de Delcídio”.

Sr. Presidente, eu já esperava por mais essa ação de algumas pessoas de que me ocuparei no final desta exposição.

Eu gostaria, inicialmente, de fazer um preâmbulo rápido, Sr. Presidente, se os demais Senadores tiverem paciência e me permitirem a oportunidade de

explicar essas questões. Peço que o Senado registre no Anais, em absoluto, o material que estou trazendo, para demonstrar claramente como um profissional, uma equipe de trabalho, uma companhia séria como a Petrobras e como Ministros de Minas e Energia se comportam.

Lerei alguns trechos desse pequeno relatório referente ao programa de geração termelétrica da Petrobras, os quais vão ilustrar as minhas conclusões.

Sr. Presidente, a queda no nível dos reservatórios provocada pelo desequilíbrio entre oferta e demanda começou a ser observada e detectada a partir de 1995/96, o que motivou a Petrobras a analisar alternativas para o seu suprimento de energia elétrica. A Petrobras estava preocupada em buscar soluções energéticas em função de um racionamento que se avizinhava, até porque existia um novo modelo em implantação e, ao mesmo tempo, condições hidrológicas pouco favoráveis, pois a nossa base de geração de energia é hidrelétrica.

Evidentemente, o que já se esperava, e a Petrobras olhando a possibilidade de promover geração de energia usando o gás boliviano, começou a fazer estudos e aquilo tudo que sinalizava mostrou-se uma realidade. Veio a crise do racionamento em 2001, que levou o Governo Fernando Henrique Cardoso – o Ministro à época era Rodolpho Tourinho, com o qual tenho muita honra de ter trabalhado; depois, foi o próprio Ministro José Jorge, que deu continuidade a esse trabalho – a criar o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), para fazer frente, de maneira ágil, rápida, às necessidades do País.

É importante ressaltar, mais uma vez, que, em 1998 – já em 1995/96, a sinalização era de racionamento –, estudos de várias autarquias, de várias organizações do Ministério de Minas e Energia já sinalizavam o racionamento, o que efetivamente aconteceu.

Sr. Presidente, é importante ressaltar, como eu disse anteriormente, que, já prevendo essa crise de energia, a Petrobras, precisando de energia para o seu processo industrial, desde 1996, já estudava a participação na geração termoelétrica. Portanto, muito antes que eu assumisse a Diretoria de Gás e Energia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, esses projetos já vinham sendo instalados, estudados e discutidos há muito tempo.

Com a assinatura dos contratos de suprimento e de transporte de gás natural oriundo da Bolívia, a Petrobras assumiu compromissos de *take-or-pay* e *ship-or-pay* significativos.

A partir do início da operação do gasoduto da Bolívia, em julho de 1999, esses compromissos passaram a gerar dispêndios irre recuperáveis de cerca de US\$300 milhões por ano, situação que, à época, estava prevista para perdurar até 2009.

A necessidade premente de desenvolver o mercado de gás natural como uma forma de reduzir os prejuízos dos anos iniciais de operação do gasoduto Bolívia/Brasil, aliada à perspectiva da falta de energia elétrica, foi a principal motivação da Petrobras para incrementar sua participação na termoeletricidade.

Portanto, Sr. Presidente, os estudos das termoeletricas já vinham desde 1996, porque a Petrobras já enxergava que ia faltar energia e não podia haver falta de energia para o seu processo industrial, o que colocaria o País em colapso no suprimento de combustíveis. Isso desde 1996.

Com o advento do gasoduto, que trazia um prejuízo anual para a Petrobras de US\$300 milhões, pelo contrato que foi firmado, lá atrás, em Governos anteriores, contrato absolutamente importante para essa integração por que tanto o Presidente Lula trabalha, diuturnamente, e uma integração por meio de energia, de gás natural, como acontece em outros continentes, na Europa, especialmente.

A Petrobras vislumbrou uma grande oportunidade. Consumiu gás que estava no contrato e que precisava ser consumido pelas lógicas contratuais e gerar energia para sua necessidade em função do racionamento que já se avizinhava. E é por isso, Sr. Presidente, que a Petrobras começou a trabalhar celeremente na instalação de usinas termoeletricas para garantir energia para as suas principais refinarias e ao mesmo tempo fornecer vapor para os processos industriais dessas refinarias.

Portanto, lá de trás, Sr. Presidente, já havia esse programa em implantação. E é claro, diante da crise e de uma solução ágil, rápida para que o País não enfrentasse um racionamento que diminuía o PIB em 1,5% ou 2%, o Programa Prioritário de Termoeletricidade era absolutamente importante, para que o País, que enfrentava um momento de economia estável, reunisse todas as condições de crescimento, que foram obstaculizadas pela falta de energia.

Sr. Presidente – e vou procurar abreviar essa minha fala –, com base em estudos da Eletrobrás, do Cepel e de universidades, foi projetado o programa prioritário de termoeletricas, com alguns projetos considerados essenciais.

Hoje, Sr. Presidente, aquilo que foi projetado opera com confiabilidade, garantindo a otimização energética do setor elétrico e do sistema elétrico brasileiro. Hoje temos a usina de Ibirité, em Minas Gerais; a usina de

Três Lagoas, no meu Estado; a usina Termobahia, em Camaçari; a usina de Canoas, em Porto Alegre; a usina Termelétrica de Willian Arjona, em Campo Grande, no meu Estado também; e vários projetos de termoeletricidade que efetivamente responderam àquilo que o País exigia: energia. E projetos tão importantes, Sr. Presidente, que hoje garantem a otimização energética.

E não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, com a implementação do novo modelo e as dificuldades que temos enfrentado na implementação dessas usinas, o Programa Prioritário de Termoeletricidade é essencial para que não tenhamos problemas de suprimento de energia no País, fechando-se o ciclo, gerando-se mais energia agregada por meio do vapor gerado. E essas usinas serão fundamentais, meu caro Senador Tião Viana, para que não falte energia no País, fruto das várias dificuldades na implantação dos projetos ora em andamento, apesar de todo o trabalho competente, sério e determinado da Ministra Dilma Rousseff. E, dentre esses projetos, Sr. Presidente, e essas usinas são objeto da matéria...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... de **O Estado de S. Paulo**, são as famosas Usinas *Merchants*, utilizadas para venda no mercado *spot*, seguindo modelos adotados nos Estados Unidos, na Europa, e, principalmente, criadas em países que enfrentam racionamento, onde o preço do mercado atacadista da energia é elevado, em função das condições precárias de suprimento. Essas usinas foram pautadas e mais do que nunca ratificadas por estudos da Aneel, do Operador Nacional do Sistema, do Cepel, e tinha todas as premissas necessárias para que inclusive se mudasse o cenário energético do País e esses contratos viessem a ser rediscutidos.

É importante registrar, com relação a essa matéria...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a me adverte quanto ao tempo, mas peço-lhe paciência, que é natural a V. Ex^a, para que eu exponha essa questão, que, de acordo com meu ponto de vista, é muito séria. Nós não podemos permitir que esses pontos fiquem sem resposta.

Ao analisar esses contratos, o Ministro Eros Grau, hoje do Supremo Tribunal Federal, num parecer obtido pelo mesmo jornal **O Estado de S. Paulo**, diz que não houve má-fé dos representantes da estatal na assinatura desses contratos, mas que esses contratos promoveriam o enriquecimento sem causa aos investidores privados.

É importante registrar, Sr. Presidente, que todos esses investimentos foram todos feitos pelos investidores privados, como El Passo, Enron, MPX, no Ceará, que é outro projeto que também fez parte desse elenco de usinas que estão operando hoje nos grandes centros de carga num momento importantíssimo para o País.

Sr. Presidente, então, temos aqui uma afirmação de que houve boa fé dos gestores. Isso é muito importante, porque mostra honestidade de propósito e, acima de tudo, honradez. No entanto, Sr. Presidente, esses contratos tinham cláusulas que poderiam levar à sua rediscussão a qualquer momento.

Em 2003, Sr. Presidente, os reservatórios se recuperaram, e o mercado de energia elétrica, em função do racionamento, caiu, meu caro Senador Tião Viana, meu caro Senador Mão Santa, em 25%. Janeiro de 2003 era o momento adequado para se rediscutirem esses contratos.

E quando se diz que os contratos dessas três usinas deram prejuízo de 2 bilhões, eu pergunto, Sr. Presidente: se os contratos já estabeleciam a sua rediscussão a qualquer momento, inclusive por arbitragem, por que a diretoria responsável não chamou os parceiros para rediscutirem esses contratos em novas bases?

Essa é a resposta que precisa ser dada, e não acusações levianas por pessoas que, se não são incompetentes, têm má-fé; má-fé com relação a uma corporação séria; má-fé com relação a uma corporação feita de pessoas que têm uma história de 28, 30 anos e que não podem admitir esse posicionamento de parte de determinados dirigentes que nada conhecem do que representa e do que é a Petrobras, não só para os seus funcionários de carreira, mas para o Brasil. Não posso admitir essa leviandade, que a mim me causa indignação!

Sr. Presidente, tenho sido muito elegante, apesar de ataques que tenho sofrido de parte de alguns dirigentes da companhia. No entanto, não posso deixar de registrar e alertar à diretoria da Petrobras, ao seu Presidente, José Eduardo Dutra, um homem de bem, as minhas preocupações. Primeiro, com relação à não discussão dos contratos em janeiro de 2003. Isso, inclusive, me levou a uma entrevista à **Folha de S.Paulo**, mostrando claramente o objetivo e como esses contratos foram desenhados.

Sr. Presidente, destaco algumas preocupações relativas à área de gás: a paralisia de projetos essenciais na área de gás natural; a interligação, Senador

Arthur Virgílio, dos sistemas Sudeste e Nordeste; os investimentos para propiciar mais gás natural para o mercado, no momento, inclusive, em que o gasoduto Bolívia/Brasil enfrenta dificuldades, mas com o seu suprimento mantido em função das dificuldades dos nossos irmãos bolivianos; o gás de Coari-Manaus; o gás de Urucu-Porto Velho.

Sr. Presidente, imagine se fôssemos verificar quanto a população paga, por meio da conta de consumo de combustível, pela não-implementação desses gasodutos! Que prejuízos isso causa a todos os brasileiros que pagam, na sua fatura de energia, a conta de consumo de combustíveis. A frustração de operações de financiamento absolutamente estruturadas e que foram abortadas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Delcídio Amaral, esta Mesa já lhe concedeu trinta minutos e dará mais dois a fim de que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já concluo, Sr. Presidente.

Anúncios, Sr. Presidente, de grandes jazidas numa grande trapalhada, sem registrar fato relevante para o mercado e sem se ter certeza efetivamente do potencial que se tinha.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com todo o respeito ao Senador Delcídio Amaral, S. Ex^a disse que ia expor três motivos. Creio que V. Ex^a não pode deixar o Líder descer da tribuna sem fazer referência, que sei que vai fazer, aos acontecimentos políticos do momento, em especial à queda do companheiro José Dirceu. Acho que se deve dar mais de dois minutos. É um apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Presidência acata o pedido de V. Ex^a.

Só para fazer um registro, confesso a V. Ex^a que, dentro do tempo solicitado, a Mesa foi bastante flexível. A Presidência garantirá o tempo necessário para que o Plenário possa ouvir o Líder, ainda porque, para mim, é um prazer ouvi-lo.

S. Ex^a terá o tempo necessário, de acordo com os Srs. Senadores.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Entendo que a tolerância

de mais cinco minutos está mais do que suficiente, sob pena de prejuízo aos demais oradores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Dez, quinze, vinte, o que V. Ex^a desejar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu mesmo gostaria de apartear o meu prezado Líder, dizendo que é o mais claro exercício de fogo amigo que já vi neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Mesa agradece a solidariedade dos Srs. Parlamentares, pois, assim, fica livre de um futuro questionamento após o uso da palavra por S. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, para a Oposição, oportunamente, a metade do tempo basta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Darei mais cinco minutos a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Pois não, é o suficiente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, questões de não pagamento levando inclusive a Petrobras a situações de *default*, com reestruturação de algumas áreas. Não são majoritariamente as demais áreas, mas simplesmente o desmonte de áreas que funcionavam muito bem. O desplante de se apresentarem propostas, em algumas reuniões de diretoria, no sentido de cindir a área de exploração e produção do óleo para o gás. Pessoas contratadas caroneando, Sr. Presidente, o pessoal de carreira da companhia, sem entenderem como funciona uma corporação como a Petrobras. Em algumas situações, em flagrante desrespeito a muitas pessoas que, com suor e lágrimas, construíram a maior empresa brasileira.

Sr. Presidente, para concluir e antes de conceder a palavra aos Senadores Tião Viana e Mão Santa, faço um registro. O Presidente Lula, hoje, mostra claramente o desejo de mudanças. O Presidente Lula precisa olhar com carinho a necessidade de mudanças na diretoria da Petrobras. Não falo em todas as diretorias, porque a Petrobras tem muitos diretores absolutamente sérios. O Presidente José Eduardo Dutra é um homem sério, mas precisa olhar algumas áreas com mais atenção para lhes dar efetividade e para fazer com que correspondam, realmente, àquilo que se projetou para a companhia; para que algumas áreas não criem confusões corporativas numa companhia tão séria como a Petrobras; e que algumas áreas da Petrobras deixem de fabricar dossiês sistemáticos contra pessoas da casa, contra pessoas que já foram da casa e até contra Parlamentares.

O que aconteceu hoje é, como disse o Senador Tião Viana, um reflexo sublime do fogo amigo. No momento em que tenho uma responsabilidade extraordinária de conduzir a Presidência da CPMI, talvez, mais importante do Congresso Nacional, recebo, como lealdade e como respeito à minha pessoa, uma matéria como esta. Por isso, Senador Tião Viana, precisamos fazer uma avaliação clara do nosso comportamento. O maior adversário do PT não é a Oposição. O maior adversário do PT somos nós mesmos, alguns companheiros que nos acusam injustamente, que querem colocar nas manchetes homens dignos, homens de fé, que têm uma folha de serviços prestados ao País. Esses “bacanas” que plantam dossiês sistemáticos em revistas e jornais nunca saíram de São Paulo.

Tenho uma história de vida, de trabalho, de empenho, três malárias nas costas, já vivi na Amazônia, no Sul do País e também no exterior e trabalhei em empresas multinacionais. Tenho uma vida ilibada e não aceito, Sr. Presidente, num momento como o de hoje, uma molecagem como essa. E essa molecagem tem nome e sobrenome: chama-se Ildo Sauer. Eu espero que a lucidez do Presidente Lula neutralize esse elemento absolutamente nocivo à vida da Petrobras e à vida do Governo.

Meu caro Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu nobre Senador Delcídio, uso a palavra apenas para expressar a minha absoluta solidariedade. V. Ex^a é um dos quadros políticos do Partido dos Trabalhadores que mais têm nos honrado em sua trajetória de homem público. Fez parte do Governo Fernando Henrique com honradez, numa atividade técnica de Estado. Conhecemos a sua trajetória, como conhecemos a do ex-Senador José Eduardo Dutra, que hoje nos honra na presidência da Petrobras. Tenho certeza de que ele será o primeiro a tomar medidas administrativas que permitam a correção dessa injustiça velada contra V. Ex^a. Todos os Senadores que se envolveram com o problema do apagão sabiam da previsão de crise energética. Como V. Ex^a disse, em 1996, já havia um diagnóstico instalado, havia uma previsão. Então, vejo esse ataque, sim, como pleno exercício do fogo amigo, é o verdadeiro fogo amigo. V. Ex^a não é merecedor desse ataque. Apegue-se à força do Regimento, de sua biografia e de sua atividade parlamentar que V. Ex^a passará por essa crise. Depois de um discurso tão completo, sugiro a V. Ex^a que responda com flores aos espinhos que atiraram contra V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Tião Viana.

Meu caro Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio, venho aqui externar o meu repúdio ao pejorativo que querem dar à CPI que V. Ex^a preside: chapa branca. Querem dizer que é atrelada e subserviente ao Governo. V. Ex^a é maior. O branco de V. Ex^a é o branco que está na bandeira no qual está escrito “Ordem e Progresso”, é o branco das nossas estrelas – aliás, é mais do que as estrelas, porque as estrelas brilham somente à noite, e V. Ex^a brilha de dia e de noite e tem a nossa admiração. Tanto é verdade que, outro dia, quando técnicos do Piauí vieram buscar informações sobre gasodutos, e eu lhes disse que os levaria à pessoa que melhor poderia orientá-los de forma a permitir que esse benefício chegasse ao Piauí. Levei os técnicos e engenheiros ao gabinete de V. Ex^a. Quero traduzir aqui o respeito e a gratidão do povo do Piauí por sua presença no mundo político. V. Ex^a, aliás, lembra Alberto Silva, que diz sempre que é um engenheiro político, um engenheiro de construção. O País está certo de que V. Ex^a será o grande engenheiro político que vai dar a essa CPI a construção da busca da verdade que o povo quer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Meu caro Senador Alberto Silva, ouço V. Ex^a e, em seguida, os Senadores Agripino e Heráclito.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, com a licença do nosso Presidente porque o tempo já vai longe, V. Ex^a acaba de dizer o que não precisava dizer. Conheci melhor V. Ex^a nesta legislatura, mas o conheci quando era Ministro, sei de sua história e de seu trabalho. E todos nós, engenheiros deste País – aqui falo como um engenheiro político –, trazemos a nossa solidariedade a V. Ex^a, nesta Casa e fora dela. V. Ex^a tem uma história. Nosso companheiro Tião Viana disse-lhe que mandasse flores. Sim, Senador Delcídio, V. Ex^a está muito acima do que estão escrevendo contra V. Ex^a e, por isso, tem a nossa solidariedade. Aqui o estou conhecendo de perto e já tive oportunidade de saber como V. Ex^a age: homem sério, capaz de construir e nunca de destruir. V. Ex^a, na presidência dessa CPI, vai dar ao Brasil exatamente o que o País espera de um homem sério, justo e honesto, como é V. Ex^a. Receba a nossa solidariedade neste momento em que faz esse discurso.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Alberto Silva. Muito me honram os pronunciamentos de V. Ex^a, do Senador Mão Santa e do Senador Tião Viana.

Passo a palavra ao Senador Agripino Maia.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Delcídio, V. Ex^a estava chegando ao plenário quando eu estava falando sobre uma fotografia que era encimada por uma manchete. Não li essa manchete, porque só costumo comentar coisas em que acredito. Como não acredito na manchete que lhe traz acusações frontais, nem ao menos a comentei. Comentei a fotografia que me causou estranheza e sobre a qual V. Ex^a já se manifestou. Quero apresentar a V. Ex^a o meu desagravo, porque não é o juízo que faço do comportamento de V. Ex^a, uma pessoa cordata, de comportamento sério e que está sendo atingida. V. Ex^a reage com procedimento indignação. V. Ex^a está sendo atingido por fogo amigo, por pessoas ligadas ao seu Partido que desejam desestabilizá-lo. Com que objetivo? O de tirar a credibilidade do presidente da comissão parlamentar de inquérito? É isso o que um petista quer para outro petista? Pelo amor de Deus! V. Ex^a tem a minha indignação e a minha solidariedade à sua indignação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Agripino.

Senador Heráclito Fortes, ouço V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Delcídio Amaral, quando V. Ex^a foi investido presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, aqui da tribuna do plenário dei pêsames a V. Ex^a: no sentido figurado, porque sabia que V. Ex^a iria ser vítima de campanhas como essa. É apenas o começo, prepare o couro! Pense no couro do jacaré pantaneiro, resista porque vem mais pancada por aí. Estranhamente, é tudo fogo amigo. Quero dar o testemunho de fato que ocorreu há cerca de dois meses – V. Ex^a sabe disso, embora nunca tenhamos falado sobre o assunto. Houve, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, a votação do Sr. José Fantini – V. Ex^a estava lá lutando pela aprovação do nome desse cidadão, funcionário da Petrobras que pagou um preço por um fato com o qual ele nada tinha a ver, ele foi vítima de um episódio. A coisa mais fácil quando esses fatos acontecem é encontrar culpados. Ouvi seus próprios companheiros jogarem a culpa sobre V. Ex^a. Passados alguns dias, fui convidado pela Ministra Dilma Rousseff a ir a seu gabinete tratar de outro assunto. Numa conver-

sa franca, disse à Ministra – depois, inclusive, ela me agradeceu – que ficasse inteiramente tranqüila, porque o Senador Delcídio era vítima daquele episódio, havia lutado até a última hora, não fora avisado de que teria dificuldades com antecedência. Quando foi avisado, estavam faltando apenas dez minutos para o fim da votação. Foi uma arapuca em que jogaram V. Ex^a. Portanto, V. Ex^a se prepare, porque tem sido vítima e continuará sendo vítima da inveja dentro do seu Partido, entre os seus companheiros. Evidentemente, terá da Oposição – e isso é justo – o embate, terá sempre a discordância, mas não ações dessa natureza. Não fazemos isso. Lamento, porque V. Ex^a não merece esse tipo de campanha que está enfrentando. V. Ex^a faz um discurso corajoso.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Caberá ao Presidente da República tomar uma atitude. Tenho certeza de que, se Sua Excelência não tomar essa atitude, V. Ex^a a tomará. Um dos dois é demais neste Governo: ou é o Sauer, ou é V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero levar o meu abraço a V. Ex^a e lamentar profundamente que isso esteja acontecendo. É grosseiro que uma coisa dessa natureza seja feita a uma pessoa como V. Ex^a, que tem nome, que tem sobrenome, que tem liderança e que podia ser chamado para explicar. Isso não deveria ter sido colocado no jornal dessa maneira. Na verdade, concordo plenamente com o nobre Senador. A inveja machuca. Eu já tinha dito: V. Ex^a está sendo brilhante como Líder e já tem gente de olho em V. Ex^a. Quando V. Ex^a pegou a Presidência da Comissão, eu disse: vai ser pior. Eles querem desestabilizá-lo, para que V. Ex^a fique com uma atuação dúbia na Comissão, mas V. Ex^a deu uma demonstração de coragem, de franqueza, de sensatez nos argumentos. Também concordo com o meu querido Senador, no sentido de que o Presidente Lula terá de analisar essa questão, e não tenho dúvida de que V. Ex^a terá colaboração e solidariedade. Na medida em que prova que a verdade está com V. Ex^a, terá o nosso apoio. É claro que todos queremos a verdade, mas isso não deve atingir, de modo nenhum, a sua firmeza e a sua convicção na condução da importante Comissão que está presidindo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Meu companheiro e amigo, como já posso dizer tendo em vista esses meses em que aqui estamos, Senador Delcídio Amaral, se todo Parlamentar viesse à tribuna e manifestasse, com essa indignação que V. Ex^a demonstrou, o sentimento diante de acusações como essa, o Congresso seria melhor. É uma pena que muitos, quando vêem notícias como essas, sentem-se tão acostumados que nem sofrem, como V. Ex^a demonstrou nessa sua fala. Fico satisfeito com o fato de V. Ex^a ter demonstrado isso, embora, para mim e para quem lhe conhece, isso não seria preciso. É muito bom que a opinião pública veja sua manifestação, mesmo contra uma pessoa que faz parte do Governo, ou, até mais, especialmente por fazer parte do Governo. Já ouvi outras pessoas dizerem ter feito parte do Governo Fernando Henrique como uma acusação. Devo dizer que tenho o maior respeito pela maioria das pessoas que faziam parte do Governo Fernando Henrique. Precisávamos de mais gente com experiência em outros Governos para colaborar com o nosso. Sinto-me muito feliz de ser parte dos seus liderados na minha Bancada. Espero que o Presidente Lula resolva essa situação. Se tiver de escolher, não há a menor dúvida de qual escolha Sua Excelência deve fazer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo posicionamento sempre lúcido e crítico, que vem de um homem público de bem, como é V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Delcídio Amaral, peço-lhe um aparte.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Marcelo Crivella, o Senador Arthur Virgílio falará. Depois, eu lhe concederei o aparte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Senador Delcídio Amaral. V. Ex^a, sim, faz uma denúncia que me estarrece. V. Ex^a disse que a denúncia tem nome e sobrenome: o nome é Ildo, e o sobrenome, Sauer. Portanto, é um diretor que serve ao Governo Lula. E V. Ex^a é operoso Líder do principal Partido da base de apoio ao Presidente no Congresso, o Partido dos Trabalhadores. Vejo que V. Ex^a, com o peso da liderança que exerce, pode tranqüilamente defenestrar o Sr. Ildo Sauer do Governo. E penso que

ele não escolheu o melhor método. Se for ele – e tenho todas as razões para crer em V. Ex^a e, portanto, endossar que foi ele –, escolheu o pior método. Em primeiro lugar, ele poderia ter dito abertamente ao Presidente da Petrobras e ao Presidente Lula – e esse era o dever de lealdade dele: se o senhor fulano de tal é mantido como Líder, saio da Petrobras. O Presidente Lula não o atenderia, e ele, então, poderia dizer à imprensa: saí por isso, isso e mais aquilo. O jogo da plantação de notícia, o jogo da picuinha e da intriga me deixa preocupado. Se for minimamente equilibrado e minimamente normal, este Governo haverá de tomar enérgicas providências nesse episódio aqui relatado por V. Ex^a. Portanto, só reforço aquilo que Heiner dizia da Alemanha, às vésperas da implantação e da consolidação do III Reich: “De noite, quando penso na Alemanha, perco o sono”. De noite, quando penso nos rumos deste Governo, perco o sono também.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, pelas suas palavras.

Concedo o aparte ao Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a tem toda razão. Hoje, nessa República de suspeitos, um parlamentar só pode ser considerado inocente se passar pelo crivo depurador da imprensa, do fogo amigo ou talvez do Roberto Jefferson, que, sem prova, passou a ser o homem que tem a chave na mão e que separa os inocentes dos culpados. V. Ex^a tem toda a razão de estar indignado, e, há poucos dias, também assomei a essa tribuna indignado por isso. Anteontem, encontrei-o, às 22 horas, no elevador, indo para casa preocupado, com seus assessores, levando trabalho, assumindo uma CPI de repercussão nacional. São 180 milhões de brasileiros que esperam a decisão de V. Ex^a. Neste momento tão importante, em que a base do Governo precisa estar unida, temos de sofrer coisas como essa! Sou solidário com V. Ex^a também quando pede providências ao Governo, para hoje. Nós, que somos base do Governo, precisamos, no Senado e na Câmara, agir de maneira rápida, com resposta pontual e eficiente, mas fatal; e o Governo precisa nos apoiar. Senador Delcídio, a sua indignação é a minha indignação, do meu Partido e da base do Governo no Senado Federal. Tem de se tomar providência! Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a! Conte com a nossa solidariedade.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, por essas palavras, que muito me honram.

Sr. Presidente, para encerrar, primeiramente quero deixar claro que trouxe este registro porque, com a lealdade e com o companheirismo que sempre tive e com a coragem que sempre tive, inclusive contrariando meus bons amigos Senadores e Senadoras que me falaram sobre isso, recebo, infelizmente, do meu Partido esse prêmio, esse presente.

Não conheço time que vença partidas em que o zagueiro chuta para dentro do próprio gol ou em que o centro-avante, em vez de partir para a ofensiva, procura prejudicar algum companheiro ou nele encontrar defeito para não tomar alguma decisão. Confesso, Sr. Presidente, que estou cansado desse tipo de coisa.

O que nos enfraquece, Sr. Presidente, são essas posturas de alguns companheiros do PT. Este meu discurso é também em defesa da corporação, porque essas mesmas pessoas têm atacado dirigentes e profissionais de carreira formados pela Petrobras ao longo de 30 anos, os quais não merecem que se levante um “a” com relação à sua idoneidade, honestidade e competência.

Então, o meu lamento e a minha indignação não são apenas em relação ao que foi dito a meu respeito, porque defendo os meus atos. E digo isso, porque, no mercado de energia, de petróleo e gás, na área da infra-estrutura, todos os principais investidores – estatais e privados – sabem quem é o Engenheiro Delcídio do Amaral Gomes, um profissional exemplar. Perdoe-me V. Ex^a, Sr. Presidente, pela falta de modéstia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Para concluir, Sr. Presidente, espero que, em um momento importante como este, eu tenha, pelo menos – não estou generalizando –, solidariedade dos meus companheiros pela responsabilidade e coragem que tive ao assumir a CPMI dos Correios.

Para quem não sabe, estou me expondo à opinião pública tendo uma candidatura ao Governo de Mato Grosso do Sul, mas, para defender o Governo do Presidente Lula, assumi com coragem, determinação e – tenham certeza, Senadores José Agripino e Arthur Virgílio – isenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

BALANÇO DO PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE

R1

Janeiro 2005

INTRODUÇÃO

A crise do setor elétrico em 2001, cujos efeitos se estendem até os dias atuais, embora tenha sido deflagrada pela escassez de chuvas no verão 2000/01, foi causada pela redução dos investimentos do Estado em obras de geração e transmissão e pelas dificuldades para a implantação dos projetos privados desde o início da década de 90, o que resultou em atrasos e cancelamento de obras, levando ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica. A queda no nível dos reservatórios provocada por esse desequilíbrio começou a ser detectada a partir de 1995/96, o que motivou a PETROBRAS a analisar alternativas para o seu suprimento de energia elétrica. Porém, foi a chegada do gás da Bolívia em 1999 e o agravamento da crise que levaram a PETROBRAS a tornar-se o principal ator na termeletricidade. A crise de 2001 poderia ter sido evitada, se o Programa Prioritário de Termeletricidade – PPT tivesse sido implantado, com as premissas do Programa Emergencial, alguns meses mais cedo.

2. DESCASAMENTO ENTRE A OFERTA E A DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA

No Brasil, a demanda por energia elétrica tem um histórico de crescimento contínuo, mesmo nos anos de recessão, e sempre com taxas maiores que a taxa de crescimento do PIB. As principais justificativas para esse comportamento são:

- Aumento extraordinário do número de unidades consumidoras, passando de 6,8 milhões em 1970 para 38,6 milhões em 1999, provocado pela universalização do consumo residencial, representando um acréscimo de 120 milhões de pessoas beneficiadas;
- Aumento de 340% no consumo médio por residência entre 1970 e 1999, provocado tanto pelo aumento da renda *per capita* como pela mudança nos hábitos de consumo;
- Aumento significativo do consumo no setor de comércio e de serviços, pela evolução do setor, com utilização generalizada de ambientes amplos, refrigerados e com iluminação artificial (*Shopping centers*, supermercados, hotéis);
- Aumento do consumo de energia elétrica na indústria, tanto pelo aumento da produção de bens duráveis como pela instalação da indústria eletrointensiva ocorrida na década de 80. Nos últimos anos, com a racionalização do uso da energia o crescimento do consumo industrial tem sido parcialmente sustentado pelas medidas de conservação de energia do setor.

Esse comportamento da demanda não era desconhecido dos órgãos de planejamento do Governo e, portanto, o descasamento entre a oferta e a demanda não pode ser atribuída a erros de planejamento. Porém, o crescimento do PIB abaixo do esperado nas décadas de 80 e 90 ajudou o Governo a justificar adiamentos tanto da construção de novas usinas e linhas de transmissão como nas ampliações das existentes. Além disso, um longo período com chuvas acima da média impediu que os cortes nos investimentos afetassem o abastecimento de energia. Com a continuidade da falta de recursos para investimentos estatais e o baixo incentivo aos investidores privados, o nível de risco do Sistema Interligado foi se elevando paulatinamente. Em 1998 já era claro pelos estudos do próprio Ministério de Minas e Energia que, para o ano de 2001, havia um elevado risco de desabastecimento.

3. ORIGEM DA PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS

Desde 1996, a PETROBRAS vinha estudando a participação na geração termelétrica. Naquela época as motivações da empresa eram:

- Redução de custos de aquisição de energia elétrica e geração de vapor;
- Desenvolver mercado para o gás natural;
- Possibilidade de racionamento de energia elétrica no curto e médio prazos;
- Necessidade de expansão dos sistemas de geração de energia elétrica e de vapor em alguns órgãos operacionais da PETROBRAS.

Destes estudos foram levantadas uma série de oportunidades de investimento em termelétricas, todas de cogeração, tendo sido aprovados entre 1997 e 1998 os seguintes projetos de parceria:

- TERMOBÁHIA - BA - Termelétrica a gás natural de 406MW e 400t/h de vapor;
- CCBS - SP - Termelétrica a gás natural de 369MW e 400t/h de vapor;
- TERMORIO - RJ - Termelétrica a gás natural de 390MW e 400t/h de vapor;
- COFEPAR - PR - Termelétrica consumindo óleo combustível ultraviscoso de 600MW e 150t/h de vapor;
- FAFEN-BA - Termelétrica a gás natural de 50MW e 42t/h de vapor.

Os compromissos de compra de energia elétrica por parte da PETROBRAS, nesses projetos, eram limitados a 450MW, que era o consumo próprio nas instalações terrestres da PETROBRAS. Assim todos estes projetos necessitavam, para a sua viabilização, da venda de parte da energia elétrica para terceiros. A dificuldade da venda desta energia e a necessidade de financiamento foram os principais obstáculos para a implantação dos projetos, impedindo o início das obras.

Com a assinatura dos contratos de suprimento e de transporte de gás natural oriundo da Bolívia, a PETROBRAS assumiu compromissos de *take-or-pay* e *ship-or-pay* significativos. A partir do início da operação do GASBOL, em julho de 1999, estes compromissos passaram a gerar dispêndios irrecuperáveis de cerca de US\$ 300 milhões por ano, situação que à época estava prevista para perdurar até 2009.

A necessidade premente de desenvolver o mercado de gás natural, como uma forma de reduzir os prejuízos nos anos iniciais de operação do GASBOL, aliada à perspectiva de falta de energia elétrica, foi a principal motivação da PETROBRAS para incrementar sua participação na termelétrica.

4. PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE

Desde o final de 1998, a iminência de uma crise de abastecimento era consenso no Setor Elétrico. Em 13/05/99, em reunião realizada no MME, foi considerada prioritária a instalação de termelétricas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco para prevenir o colapso no abastecimento previsto nos estudos do MME. Porém, uma série de fatores impediu a implantação dos projetos, entre os quais se destacavam: a variação mensal do custo do gás natural - dolarizado e com indexação trimestral ao preço do óleo combustível no mercado internacional-, a falta de interesse das concessionárias de energia elétrica em comprar

energia nova, a escassez de turbinas a gás de grande porte e a dificuldade na obtenção dos financiamentos.

Para quebrar este impasse, em maio de 1999, a PETROBRAS, motivada pela redução dos custos operacionais e pela antecipação do consumo do gás natural, aprovou a compra de até 600MW dos projetos CCBS, TERMOBAHIA e TERMORIO, com o objetivo de viabilizar a implantação da primeira fase dos mesmos. Como resultado, foram iniciadas as obras da TERMOBAHIA e da TERMORIO. As obras da CCBS não puderam ser iniciadas devido a dificuldades no licenciamento ambiental.

Em outubro de 1999, o MME, sob a gestão do Senador Rodolpho Tourinho Neto, criou o Comitê de Acompanhamento da Expansão Termelétrica – CAET, que tinha como finalidade o acompanhamento da implantação das usinas termelétricas. O referido comitê era presidido pelo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, com a participação do Secretário de Energia do MME, da ELETROBRAS, da PETROBRAS, da GASPETRO e do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, além da ANEEL e do ONS.

Em dezembro de 1999, o nível dos reservatórios na Região Sudeste atingiu um valor extremamente baixo (18,1%) e as chuvas do verão de 2000 estavam ligeiramente abaixo da média. Com isso a possibilidade de falta de energia elétrica aumentou muito. Em resposta a essa ameaça, em 24/02/2000, o Governo Federal lançou o Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT.

O PPT era um programa constituído de 49 projetos de usinas térmicas com previsão de entrada em operação até o final do ano 2003. Se implantado na totalidade acrescentaria cerca de 15 000 MW ao sistema de geração elétrica do país. Foi estruturado com o objetivo de eliminar os impasses que impediam a viabilidade dos projetos termelétricos. Naquele momento as termelétricas eram a única alternativa possível para que fosse evitada a crise de abastecimento de energia elétrica.

O PPT condicionava que, para a inclusão no programa, as termelétricas deveriam entrar em operação até dezembro de 2003 e conferia a estas usinas as seguintes prerrogativas:

- Garantia de suprimento de gás natural, pelo prazo de até vinte anos, ao preço de US\$ 2,475 / MM BTU, eliminando a indexação pela cesta de óleos;
- Garantia às distribuidoras de energia elétrica do repasse à tarifa dos consumidores cativos dos custos de aquisição de energia das termelétricas, limitada ao Valor Normativo Termelétrico, por um período de até vinte anos;
- Garantia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - de acesso ao Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no Setor Elétrico.

Apesar do esforço do Governo, o problema não foi resolvido, já que o pagamento do gás natural continuou dolarizado e portanto, variando mensalmente, o que era incompatível com os critérios de repasse para a tarifa de energia elétrica. Ou seja, não havia possibilidade legal de que o custo do gás fosse repassado à tarifa de energia elétrica. Desta forma, com exceção da TERMOBAHIA e TERMORIO, nas quais a compra de energia tinha sido assumida pela PETROBRAS, nenhuma obra foi iniciada.

Com a continuidade da crise em julho de 2000, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, em estudo apresentado ao Ministério de Minas e Energia - MME, declarou que: para afastar o risco de racionamento, era necessário aumentar a oferta de energia em 2 500 MW em 2001/02, sendo que, pelo menos 1 500 MW de geração termelétrica deveria estar implantada até o final de 2001.

Diante da gravidade do quadro apresentado, o MME criou um grupo com a participação da ELETROBRAS e da PETROBRAS, com a finalidade de elaborar um Programa Emergencial. Este grupo estabeleceu os seguintes requisitos para que as usinas fossem enquadradas dentro do Programa Emergencial:

- Disponibilidade de gás natural no local da usina;
- Investimento direto pelos proprietários (100% *equity*);
- Licença ambiental obtida antes das obras;
- Turbinas a gás disponíveis e reservadas;
- Início da operação comercial até outubro/01.

Para atender ao prazo do Programa Emergencial, todas as usinas iniciariam a operação em ciclo aberto, isto é, somente com as turbinas a gás operando. A construção da usina seria completada, depois que a mesma já estivesse em operação.

Como a operação em ciclo aberto traria custos maiores de produção de energia elétrica para o operador, o MME concordou que a comercialização dessa energia fosse considerada como necessária para efeito de segurança do Sistema, uma espécie de seguro do Sistema Interligado. Desta forma, estes projetos teriam garantia de compra de 100% da capacidade de produção de energia elétrica para os primeiros dois anos de operação, tempo suficiente para o fechamento do ciclo.

Para a PETROBRAS, o Programa Emergencial era bastante atrativo, pela oportunidade de antecipação da receita proveniente da venda de gás natural para as termelétricas, em quase dois anos.

As termelétricas enquadradas no programa emergencial foram:

UTE's DO PROGRAMA EMERGENCIAL	
Projetos	Potência MW
TERMOBAHIA - BA	187
TERMORIO - RJ	220
IBIRITÉ - MG	150
FAFEN - BA	25
CCBS - SP	160
CORUMBÁ - MS	88
TRÊS LAGOAS - MS	240
REFAP (CANOAS) - RS	160
RIOGEN MERCH (ELETROBOLT) - RJ	380
PUERTO SUÁREZ - BOLÍVIA	88
ARJONA - MS	120
PIRATININGA - SP	200
MACAÉ MERCHANT - SP	700
TOTAL	2.718

Quadro 1 – Termelétricas do Programa Emergencial

Como resultado dos esforços conjuntos do Governo e dos investidores privados, foram implantados 950 MW de termelétricas em 2001 e mais 1.540 MW em 2002, valores bastante próximos das metas requeridas pelo NOS. Porém, este esforço foi em vão, as chuvas muito

abaixo da média aumentaram muito o nível de risco de desabastecimento do Sistema Interligado, principalmente nas Regiões Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste.

5. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (O RACIONAMENTO)

Em 16 de maio de 2001 o baixo nível dos principais reservatórios das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste aumentou o risco de colapso no abastecimento, levando o Governo a decretar o início do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (o racionamento) e criar o Comitê de Gestão da Crise Energética – CGCE, sob a coordenação do Ministro Pedro Parente, com o objetivo de avaliar a extensão da crise e propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda. As perspectivas, na época, eram de uma crise profunda de oferta de energia elétrica, cuja recuperação somente seria possível após um período de três a cinco anos, com a implantação acelerada de novos projetos de geração e de transmissão, além da regularização do regime de chuvas. Porém, o impacto do racionamento sobre a demanda e as chuvas excepcionais permitiram que o racionamento fosse suspenso em 01 de março de 2002.

O CGCE também via as termelétricas como a única alternativa possível para uma saída mais rápida da crise. Para melhorar a confiabilidade no cronograma de construção das usinas do PPT, o CGCE definiu algumas premissas para que uma usina permanecesse no PPT e também criou critérios para que novas usinas fossem incluídas. Desta forma, para que uma usina permanecesse no PPT era necessário:

- Estar autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Ter licença ambiental;
- Estar com as obras iniciadas e não interrompidas;
- Ter firmado contrato de engenharia, projeto e execução - EPC; e
- Ter firmado contrato de fornecimento das unidades geradoras.

Para a inclusão de novas usinas era necessária a participação em um processo seletivo para o qual era requerido:

- Cronograma de implantação da usina, com os respectivos marcos intermediários de execução e com as datas previstas para a operação comercial da usina em seus diversos estágios;
- Autorização da ANEEL para funcionamento;
- Contrato de aquisição das unidades geradoras;
- Licenciamento ambiental;
- Fornecer mensalmente o estágio de andamento da obra;
- Contratos de engenharia, projeto e execução - EPC;
- Declarar a viabilidade financeira do empreendimento;
- Possuir contrato de compra e venda de energia - PPA; e
- Ter firmado contrato de acesso à rede elétrica.

Estas medidas, que passaram a ter acompanhamento sistemático do CGCE fizeram com que a previsão de entrada das usinas fosse mais confiável e ensejaram uma fiscalização mais rigorosa por parte da ANEEL.

Apesar de a crise já ter sido superada, o PPT ainda persiste. As usinas termelétricas que hoje fazem parte do PPT são:

Usina	Situação Atual	Potência Atual MW
ARAUCARIA	em litígio	484
ARJONA	em operação	114
CAMAÇARI	oper/testes	360
CANOAS	em operação	160
CCBS (CUBATAO)	construção	190
ELETROBOLT	em operação	390
FAFEN	em operação	130
FORTALEZA	em operação	347
IBIRITÉ	em operação	240
JUIZ DE FORA	em operação	82
MACAÉ MERCHANT	em operação	970
MPX TERMOCEARA	em operação	220
NORTE FLUMINENSE	em operação	860
PIRATININGA	oper/testes	400
SANTA CRUZ	em operação	320
TERMOAÇU	construção	325
TERMOBAHIA	em operação	186
TERMOPERNAMBUCO	em operação	520
TERMORIO	oper/testes	1.020
TRÊS LAGOAS	em operação	240
URUGUAIANA	em operação	510
Total		8.068

Quadro 2 – Usinas Termelétricas do PPT

Como pode ser visto, o PPT, apesar de todas as dificuldades, conseguiu disponibilizar para o Sistema Interligado 8.000 MW de geração termelétrica.

6. AS USINAS MERCHANT

A PETROBRAS assumiu o compromisso de garantir uma remuneração mínima para as chamadas Usinas Merchant (Macaé, Eletrobolt e Termocará), adotando modelo de parceria público privada, semelhante ao da Lei das PPPs, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, dividindo com os parceiros privados os resultados da comercialização de energia acima da rentabilidade mínima dos projetos. Estas usinas tinham como estratégia inicial de operação a venda da energia exclusivamente no mercado “spot” (MAE). Para que fosse tomada esta decisão, a PETROBRAS, para avaliar o risco envolvido, além de utilizar estudos de órgãos do Governo (ANEEL, ONS, CEPEL), contratou também estudos de universidades (USP, UFRJ) e de consultorias privadas. Todos estes estudos convergiam na previsão de preços altos no MAE por pelo menos três anos. Essa condição tornavaperfeitamente aceitáveis os compromissos contratuais assumidos pela PETROBRAS, quando da assinatura dos contratos com a Macaé Merchant e Eletrobolt.

Cumpra destacar que a instalação das usinas ELETROBOLT e MACAÉ Merchant trariam mais confiabilidade ao suprimento de energia do Rio de Janeiro por estarem situadas no centro de carga do sistema, possibilitando, ainda, a produção adicional de 150.000 barris diários de petróleo na bacia de Campos.

O contrato com a MPX Termoeceará foi assinado em abril de 2002. É importante observar que estudos realizados com utilização do NEWAVE (ELETROBRAS/CEPEL/ONS) indicavam que existia para a usina uma alta probabilidade de despacho nos próximos anos, tendo em vista o nível dos reservatórios, à época ainda não recuperados, e o isolamento do sub-mercado Nordeste. Tais estudos se revelaram acertados, já que no final de 2002 os reservatórios estiveram bem próximos de atingir o nível crítico. No final de 2003, a falta de chuvas obrigou ao despacho das usinas emergenciais e, se houvesse gás natural suficiente, todas as usinas termelétricas a gás natural do Nordeste teriam sido despachadas.

7. CONTRATAÇÃO DA ENERGIA EMERGENCIAL

Em 29 de agosto de 2001, em meio ao racionamento, o Governo criou a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE com o objetivo de contratar, adquirir ou arrendar de usinas térmicas a fim de viabilizar o aumento da capacidade de geração de qualquer fonte em curto prazo. Embora o edital para a contratação das usinas emergenciais tivesse previsão para a utilização de qualquer combustível, entre as usinas a gás natural apenas a Usina Willian Arjona conseguiu ser contratada pela CBEE. O Governo, através da CBEE, contratou 2.123 MW de capacidade; destes, 25 MW estavam disponíveis no final de 2001 e mais 1.804 MW no final de 2002. Quatro usinas, totalizando 294 MW, não chegaram a ser instaladas.

Se a CBEE tivesse contratado as termelétricas a gás em ciclo aberto inclusive as Usinas Merchant, cumprindo o acordo inicial do MME com as usinas, o prejuízo dos investidores (notadamente a PETROBRAS) com a termelétricidade teria sido bastante minimizado e o custo para o consumidor final, pago através do chamado “seguro-apagão,” teria sido bem menor já que o custo de implantação das usinas a gás é muito inferior ao das usinas contratadas pela CBEE.

8. CONSEQUÊNCIAS DO RACIONAMENTO

O racionamento teve como principal impacto a desaceleração da economia, que entrou em recessão, agravando o desemprego e a situação das empresas.

Para o Setor Elétrico, a principal consequência foi a redução de 25% na demanda de energia elétrica, fato inédito na história do país, gerando, de imediato, uma enorme perda de faturamento para as distribuidoras..

Além disso, o extraordinário período de chuvas que ocorreu no verão de 2002 e a confirmação da redução na demanda de energia elétrica acarretaram num excesso de capacidade instalada.

Com isso o preço da energia elétrica no MAE para a Região Sudeste que estava a R\$ 680 /MWh no início do racionamento, caiu em seis meses para R\$ 5 /MWh, preço que permaneceu durante longo tempo, frustrando a expectativa de obtenção de lucro com as térmicas “Merchant” no curto / médio prazo.

Lembramos que o preço do MAE é calculado através de um modelo computacional e o que as principais contribuições para esta queda foram as seguintes mudanças nos dados do programa:

- Redução da demanda após o racionamento, e baixa retomada do crescimento;
- Previsão da implantação de 100% das térmicas do PPT, segundo a revisão pelo CGCE;
- Implantação das Termelétricas Emergenciais da CBEE.

Durante o período de preços altos do “spot” operaram apenas: URUGUAIANA, UTE FAFEN, ARJONA, MACAÉ Merchant e ELETROBOLT.

9. SITUAÇÃO ATUAL DAS TÉRMICAS

As tabelas abaixo apresentam, de forma resumida, a atual situação quanto ao atendimento do mercado consumidor brasileiro pelas usinas térmicas que foram implantadas pela Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras visando atender às determinações do Governo Federal tendo em vista a crise no abastecimento de energia elétrica que já se vislumbrava no início da década de 2000.

Capacidade das Usinas Térmicas da PETROBRÁS (em MW):

SUDESTE	2005
IBIRITERMO	212
TRÊS LAGOAS	218
TERMORIO	202
NORDESTE	
TERMOBAHIA	60
SUL	
CANOAS	148
TOTAL	1449

Contratos Bilaterais (em MW):

REGIÃO	2005
SUDESTE	975
NORDESTE	23
SUL	149
TOTAL	1147

Consumo Interno (em MW):

REGIÃO	2005
SUDESTE	130
NORDESTE	78
SUL	14
TOTAL	221(*)
SALDO	1368

(*) Nota: o consumo interno, após resolvidos os problemas de contratos de conexão com distribuidoras e outros problemas inerentes à nova regulamentação, deverá se situar em torno de 400 MW, principalmente na região Nordeste.

10. CONCLUSÃO

O Programa Prioritário de Termelétrica – PPT já trouxe para o Sistema Interligado aproximadamente 7.200MW de capacidade instalada de termelétricas a gás natural. Como pode ser visto no gráfico abaixo, se esta capacidade tivesse sido implantada com um cronograma um pouco mais acelerado, a crise de energia de 2001 poderia ter sido evitada, impedindo-se com isso a conseqüente redução do PIB (avaliada em 1,5%). Além disso, as termelétricas do PPT ajudaram a desenvolver a infra-estrutura de suprimento de gás natural, o que incentivou a instalação de uma grande quantidade de usinas. Assim, parte dos 1.000MW de usinas fora do PPT, instaladas no período, somente foi viabilizada pela construção dos gasodutos que visavam o atendimento das usinas do PPT.

A necessidade de se dispor de uma capacidade termelétrica adequada num sistema hidrotérmico, consenso entre os técnicos do Setor, foi demonstrada durante a crise de abastecimento do Nordeste do verão de 2003/04. Além do mais, com a retomada do crescimento do País, é importante assegurar que a falta de investimentos em geração não venha a produzir uma nova crise de abastecimento de energia elétrica. Portanto, também é necessário que as regras dos leilões permitam que os projetos termelétricos considerados importantes pelo Planejamento do Setor Elétrico possam ser viabilizados.

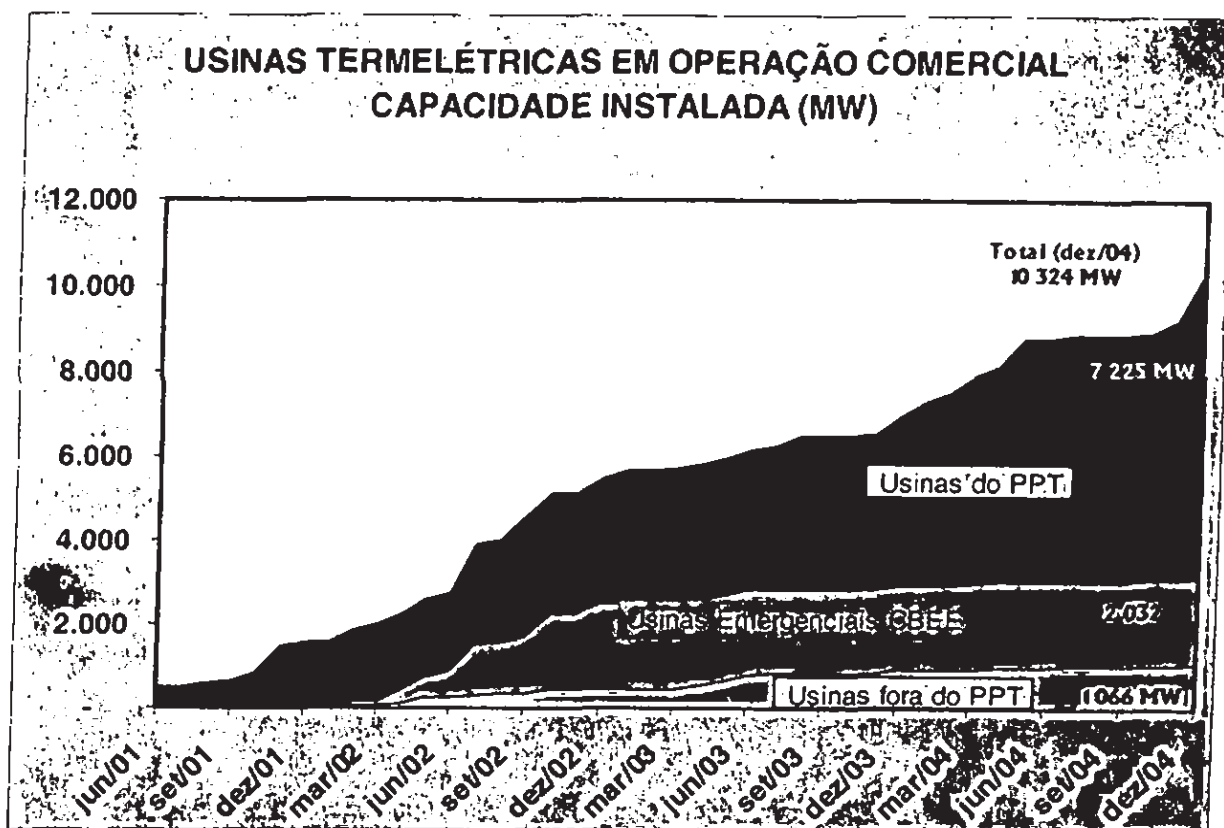


Gráfico 1 – Capacidade termelétrica instalada desde o início do PPT

Resumindo, o PPT trouxe, para o Sistema Interligado, capacidade instalada suficiente para que o país retome o crescimento. Porém, é necessária a adoção de medidas para a viabilização do crescimento sustentado da capacidade instalada, pois a atual folga poderá ser rapidamente consumida com os atuais níveis de crescimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Ex^a será atendido.

Senador Delcídio Amaral, em nome da Mesa Diretora desta Casa, receba V. Ex^a a nossa solidariedade, porque todos que fazemos o Senado Federal sabemos da linha reta e da transparência de V. Ex^a e temos convicção de que este momento de solidariedade é dever de cada um de nós.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como Líder do PSDB, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Tião Viana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO**

DIA 17 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a usou o tempo que quis.

Há uma passagem bíblica que diz: “Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão”. Também as palavras do Senador Alvaro Dias ficarão.

S. Ex^a, como Cristo, falou sob a forma de parábola: “Imaginal Beira-Mar consultor das polícias para combater o narcotráfico”.

Dando sequência aos nossos trabalhos desta sessão de sexta-feira, não deliberativa, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, representante do Estado do Acre pelo Partido dos Trabalhadores, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, mais cinco de prorrogação, pela minha generosidade e a do Sr. Carreiro, que são grandes.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos no meio de uma grave crise política, esta é a constatação de todos que acompanham a vida pública. Hoje, há um duro ataque à imagem dos partidos políticos e do Congresso Nacional, que tenta atingir também o próprio Poder Executivo.

Senador Alberto Silva, na CPI do Collor havia a crise instalada numa porção do Executivo, com o chamado caso PC Farias. A CPI dos Anões atingiu o Congresso Nacional, por intermédio da Comissão de Orçamento. Agora, se atingem três instituições. A resposta, então, deve ser à altura. Este é o meu entendimento.

Tenho absoluta confiança, pela grandeza e autoridade moral, pela responsabilidade e pelo comportamento de estadista do Presidente Lula, de que faremos a travessia desse momento de crise. Também tenho absoluta confiança na responsabilidade dos partidos políticos para que possamos agir com absoluta isenção e autoridade moral para atravessar essa crise.

É verdade que, no meio desse momento político, estabeleceu-se um debate em que está sendo colocada em dúvida a honra do Partido dos Trabalhadores. Isso tem levado o meu Partido a uma profunda reflexão, a uma revisão de todos os seus momentos, do surgimento à evolução histórica. São mais de 25 anos de presença na vida pública nacional. Já falei, na semana passada, do momento em que o Presidente Lula entrou no estádio de São Bernardo do Campo, onde milhares de pessoas esperavam sua chegada, com a presença marcante do movimento estudantil, das organizações camponesas, dos intelectuais, das comunidades de base da Igreja, daqueles que acreditavam num projeto de Nação, na necessária redemocratização do Brasil como um grito de liberdade e na construção de um novo horizonte moral, político e social para o nosso País. E, agora, fomos duramente atingidos.

Há um processo público de linchamento moral do Partido dos Trabalhadores, em função da acusação de um Deputado Federal chamado Roberto Jefferson.

A notícia se tornou muito mais forte do que os fatos. O Ministro José Dirceu foi condenado politicamente sem que tivesse um julgamento isento e sereno. Teve que abdicar do Governo. Em outras crises da vida política nacional, isso também ocorreu. No passado, o meu Partido também participou de erros com atitudes semelhantes, devo reconhecer. Não acho justo, pois nunca tive esse tipo de participação e, agora, precisamos dar uma resposta à altura. A única resposta à altura para este momento da política é o PT ser maior do que a crise. E só há um caminho para isso: o PT deve se mostrar absolutamente desprendido e aberto a toda e qualquer investigação que faça parte de um processo de recuperação da moral pública brasileira, neste momento que estamos atravessando. Não há outro modo.

Tenho ouvido muitas pessoas, assim como todos os Parlamentares, e a imagem que tenho é de que o Sr. Roberto Jefferson está quase virando um herói nacional.

E toda a nossa história? E o Ministro José Dirceu, um homem de 59 anos, que teve a sua vida mostrada para o País? Em 1968, foi preso pela força brutal da ditadura militar, um momento triste e dramático da vida brasileira; passou 11 meses na prisão; teve rasgada a sua nacionalidade, o seu direito de ser brasileiro; foi para o exílio, onde estudou mais, aprendeu mais; voltou para o País clandestinamente; enfrentou todas as dificuldades daqueles que tentaram ocupar o Brasil para consolidar a redemocratização; ajudou, de maneira forte, a colocar a pedra fundamental do surgimento do PT; construiu todas as etapas de ascensão do PT na credibilidade nacional; enfrentou todas as dificuldades; foi reconhecido como Presidente de Honra da União dos Estudantes de São Paulo; atravessou cinco mandatos legitimamente eleito pelo povo de São Paulo; ganhou mais de dois milhões de votos numa eleição para o Governo de São Paulo; e foi decisivo na orientação e coordenação política da eleição do Presidente Lula. Com 59 anos de idade, tendo sofrido tanto em tantas décadas de história e de vida pessoal, tendo partilhado tanto sentimento de responsabilidade com a ética e com a moralidade, como esse homem poderia ter um desvio moral como estão insinuando? Não é possível imaginar isso. Trata-se de um homem que tem sua vida e seus propósitos de cidadão brasileiro e de dirigente político abertos para qualquer observação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos ter muito cuidado neste momento. Traz-me satisfação ver o comportamento do Senador Arthur Virgílio ponderando que o momento exige serenidade e responsabilidade política, sobretudo, para que essa crise não seja

injusta com ninguém. O preço da injustiça para com qualquer pessoa, nesta hora, poderá ser muito alto.

O Ministro José Dirceu saiu da condição de homem mais importante do Governo Lula além do próprio Presidente, embora seja o mais preparado dos quadros do Partido dos Trabalhadores, o melhor de todos nós, e resolveu voltar de peito aberto para a Câmara dos Deputados, reassumindo o seu mandato e enfrentando toda e qualquer dúvida sobre suposto desvio moral que ele e o seu Partido pudessem ter tido.

Estamos prontos para o debate, para a ampla investigação e para que esse caso seja apurado até o fim, doa a quem doer e, como disse o Presidente Lula, para que não fique pedra sobre pedra. Creio que essa é a única maneira de recuperarmos a credibilidade moral e a honra que construímos com tanto sacrifício. Para nós, do PT, nada é mais valioso e sublime, além das responsabilidades de família, de pessoa humana, que a honra que temos. Esse é o nosso grande patrimônio, Senador Delcídio Amaral, construído com muito sacrifício. Rasgá-lo será muito difícil. Se for preciso, iremos para o campo de batalha, dentro dos preceitos da civilidade e da luta política, mas vamos lutar pela nossa honra. Tenho certeza de que esse horizonte será alcançado.

Penso que a vinda do Ministro José Dirceu foi um ato político acertado. Não tínhamos outra forma de defendê-lo, e ele não tinha outra forma melhor de se defender, neste momento, e de tentar proteger quem mais o merece no Brasil, hoje, que é o Presidente Lula, preservando o Governo. Este momento significa a nossa determinação de lutar em campo aberto, onde todos são do mesmo tamanho, dentro do Parlamento brasileiro.

É evidente que outras mudanças no Governo virão logo. O Governo precisa deste momento de readequação, porque o cenário está posto. Não temos nenhuma dificuldade de fazer um quadro comparativo do que foi a política econômica do Presidente Lula, do que foi a pecha de incompetência dele, que mostrou ser muito maior do que isso. É um homem reconhecido no plano internacional. E, como gestor, hoje os indicadores e qualquer estudo comparativo sobre as políticas sociais do Governo do Presidente Lula mostram que seu governo confirmou o crescimento econômico, a estabilidade da moeda, a democracia plena. É um Governo que está pronto a fazer muito mais e trazer muito mais convencimento à sociedade brasileira.

Então, o meu entendimento é o de que a vinda do Ministro José Dirceu representa a chegada de um legítimo companheiro, aquele que, ombro a ombro com o Partido dos Trabalhadores, escreveu 25 anos da história do PT na recuperação da democracia brasileira.

D. Paulo Evaristo Arns disse uma vez em uma palestra no meu Estado: “A ditadura marca a sociedade por, pelo menos, 50 anos após o seu encerramento”. Ainda vivemos este momento no qual a denúncia parece já um traço da cultura brasileira, cresce em progressão geométrica, mas as virtudes andam em passos de cágado, Senador Delcídio, a passos muito lentos. São muito pouco reconhecidas. Vivemos o risco da extinção das virtudes no reconhecimento público se não agirmos com absoluta coragem, transparência e determinação política, que é o que tem motivado a nossa história e o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Tenho certeza de que essa crise será superada por nossa coragem, por nossa responsabilidade política, ética e que será dos outros Partidos nesta hora. Se houver desvio moral, que esse seja apresentado à sociedade, que a justiça se faça presente e que o Parlamento saiba agir de maneira exemplar.

Estou aqui para manifestar e reafirmar a mais absoluta confiança na honra, na dignidade e na responsabilidade política do Ministro José Dirceu. S. Ex^a é muito bem-vindo a esta Casa para nos ajudar e para ser mais um dos coordenadores da nossa atividade política dentro do Parlamento.

Concedo o aparte ao eminente Senador Marcelo Crivella. Depois, ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Tião Viana, V. Ex^a faz um depoimento muito lúcido, hoje, para o Plenário do Senado Federal. Na terça-feira passada, assistimos a um dos mais deprimentes espetáculos da história política da nossa República: um achacador, um manipulador de cargos públicos por interesse próprio, um mascate de partido político, um receptador de dinheiro sujo declarou ter recebido R\$4 milhões, colocou o Conselho de Ética de cócoras, de onde saiu como herói – bandido –, sob os aplausos do seu próprio Partido e de outros. Mas cada um de nós saiu diminuído desse episódio. E V. Ex^a hoje fala do Ministro José Dirceu. Não merecia isso! Não merecia isso mesmo! Volta para a planície, como disse ele, e daqui poderá responder como um homem que não tem o que temer. Parece-me que, no Conselho de Ética, muitos ficaram intimidados pelo medo de serem acusados. Roberto, de repente, passou a ter a chave da inocência e da culpa no País. Para quem desferisse uma acusação, ficaria um gravame. Senador Tião Viana, V. Ex^a mostra a estatura do homem público que é, ao defender de peito aberto seu Ministro, seu Líder e ao prestar-lhe solidariedade. V. Ex^a não só nos motiva a isso, mas também recebe de nós a mesma solidariedade que dá ao seu companheiro. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e já comentarei o seu aparte. Ouço os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon e Heráclito Fortes.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Tião Viana, ilustre companheiro do PT, muito pertinente é o discurso de V. Ex^a e, mais do que nunca, os registros que faz em relação ao nosso querido Ministro José Dirceu. A história do Ministro José Dirceu se confunde com a história do nosso Partido, na defesa da ética, na luta pela democracia, por tudo aquilo que ele defendeu e sonhou ao longo dos 59 anos de vida. Quero dizer, meu caro Senador Tião Viana, que não tenho dúvida de que o Governo vai ganhar muito com a vinda do Ministro José Dirceu para a Câmara dos Deputados. Tenho absoluta convicção de que ele fará um trabalho político exemplar, com competência, determinação e fé no Brasil. Como homem de bem que é, tomou essa decisão corajosa e firme de se defender na Casa que ele conhece muito bem, na Câmara dos Deputados, a Casa do povo, para mostrar a lisura, honestidade, decência e história. Não tenho dúvida nenhuma, meu caro Senador Tião Viana, de que ele será importante em todo esse desafio que temos pela frente, neste momento, como V. Ex^a disse com absoluta lucidez, difícil que o País hoje enfrenta, com a responsabilidade que temos na CPI dos Correios. Há necessidade de isenção, de equilíbrio, de diálogo com a Oposição, para que apresentemos à opinião pública um trabalho eficiente, que mostre as irregularidades, que apure com rigor, cortando na carne – como o Presidente Lula disse –, mas que também apresente propostas, porque uma CPI não é só para punir. Por meio dela, práticas administrativas governamentais e das empresas estatais podem ser melhoradas. Tenho absoluta certeza de que iremos fazer isso. Temos um objetivo bem claro, que é a CPI dos Correios. Quero, mais uma vez, registrar que uma coisa são os Correios, outra coisa, aproveitando este aparte que V. Ex^a me dá, é a CPI do Mensalão. Quero esclarecer que o trabalho da Comissão será centrado nessa questão dos Correios, porque não existe nenhuma evidência, até o momento e até fruto daquilo que foi analisado, qualquer ligação com a outra CPI. Senador Tião Viana, quero mais uma vez registrar o homem público que V. Ex^a é: equilibrado, firme, coerente e, acima de tudo, um Senador que honra o nosso Partido, com a sua dignidade, fé, luta e história, não só pelo seu Estado do Acre, mas pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Tião Viana, fique tranqüilo quanto ao tempo de V. Ex^a, porque já o proroguei por mais cinco minutos, em respeito ao conteúdo de seu pronunciamento e à grandeza que V. Ex^a representa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa, digno Presidente.

Ouçó, com prazer, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Tião Viana, como sou o próximo orador inscrito e vou falar exatamente sobre essa matéria, quero apenas dizer o seguinte: V. Ex^a honra esta Casa e o seu Partido com seu pronunciamento. Que bom ouvir um pronunciamento como o de V. Ex^a! Há uma semana, V. Ex^a fez um pronunciamento chamando a atenção do Governo, dizendo que ele devia agir, tomar providências, fazer algo concreto e positivo para sair desse impasse. Hoje, V. Ex^a tem todo o direito de dizer que está tranqüilo com as decisões que o Governo está tomando. Também acho que V. Ex^a tem toda razão. É para se estar tranqüilo, porque o Governo começou a agir. Que bom que V. Ex^a possa ser um dos nomes que o Presidente pode chamar, na hora de reconstruir o seu Partido e o seu Governo, para, participando ou não do Governo, ser um dos conselheiros que possam dizer a ele o que V. Ex^a está dizendo aqui, como amigo, como companheiro, como alguém que deseja, realmente, que seu Partido e seu Governo sejam grandes. Vou para a tribuna, mas faço este aparte na obrigação de dizer que V. Ex^a está somando muito nesta manhã para todos nós.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Ouçó, com prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tião Viana, em primeiro lugar, quero registrar a profunda frustração da Oposição nesta Casa. Já estamos há dois anos e seis meses e não conseguimos criar nenhuma crise para o Governo de V. Ex^a. Veja quanta frustração! O Governo de V. Ex^a se encarrega de todas. Quando imaginávamos que o fogo tinha abrandado, vem agora essa envolvendo a maior estatal do Brasil, cujo Diretor atinge, de maneira desleal, um colega, companheiro de partido, que é o Líder e que, neste momento, está pisando em ovos, como Presidente de uma CPI importante e complicada. Uma coisa o Governo precisa ter na cabeça: esta CPI não é do Presidente, não é do Relator; ela é do Brasil. Tenho recebido telefonemas do Piauí, de pessoas me contando, estarrecidas, que, nas cidades do interior, o carteiro chega para entregar a correspondência e passa dez minutos falando mal do Partido de V. Ex^a, mostrando a frustração, ou falando mal do político. Esses são os grandes divulgadores do escândalo. A capilaridade dos Correios e Telégrafos, Senador Delcídio Amaral, é gigantesca. Então, quem pisar em falso nessa CPI vai pagar um preço altíssimo. Acho muito engraçado quando vejo as pessoas cantarem de galo como uma grande vitória o fato de terem aliado a Oposição do comando da CPI. Quem ri

por último ri melhor, é só esperar. Senador Tião Viana, ouvi, como sempre faço, com muita atenção, o aparte do nosso querido “condutor de almas”, o pastor Crivella. Compreendi a sua ira contra um Deputado que acusou de receptador, o que é justo – não estou entrando no mérito. Mas V. Ex^a é “condutor de almas” e tem de ser justo também. A sua ira deve também voltar-se para os que entregaram o dinheiro. Senador, divida e distribua a sua ira dos dois lados: o que entregou e o que recebeu. Como V. Ex^a é homem que fala em nome de Deus e que está sempre em paz com a consciência, faça esse reparo, porque tenho certeza de que V. Ex^a não está querendo colocar panos quentes naqueles que integram o PT e que foram responsáveis por isso. Nós, Senadores, Parlamentares, estamos sendo vítimas desse episódio. A crise é do Executivo, mas ela está estourando aqui, como essa crise do Senador Delcídio Amaral. O Executivo fabrica crises, e elas estouraram no Parlamento, e nós pagamos perante a opinião pública o preço disso. No mais, quero parabenizar V. Ex^a. O Ministro José Dirceu, na sua posse, tinha 300 pessoas para abraçá-lo, para “puxar o saco”, como se diz na linguagem; na saída, são poucos os que ficam. E V. Ex^a tem o mérito de estar aqui segurando na alça, não digo do caixão, mas pelo menos da saída do Ministro José Dirceu do Palácio. Não vou entrar no mérito da questão, mas, com segurança, eu lhe digo: é mais uma vítima...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –...do fogo amigo do seu Governo o Ministro José Dirceu; não é vítima da Oposição, não. A Oposição critica, porque é legítimo criticar, mas os destruidores foram exatamente os seus colegas, os que se manifestam à socapa, os que se manifestam por meio de documentos e os que se diziam indignados com o superpoder – são os que não tiveram talvez o mesmo acesso, o mesmo prestígio. Senador Tião Viana, não quero avaliar aqui a atuação do Ministro José Dirceu. Certa vez, fui incompreendido pelo meu Partido e pela opinião pública, porque não assinei o pedido de instalação de uma CPI que o envolvia. Não entro no mérito da questão. Mas, com certeza, ele jogou um cesto de pedras para cima, esqueceu-se de sair debaixo, e, agora, elas começam a cair sobre ele. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senadores Heráclito Fortes, Marcelo Crivella, Pedro Simon e Delcídio Amaral, os apartes de V. Ex^{as} engrandecem o meu pronunciamento, e peço que eles sejam transformados em bons conselhos àqueles que possam ter oportunidade de refletir sobre aquilo que foi dito aqui. Ao ouvi-los, vem sempre à minha lembrança o que o Senador

Pedro Simon já me disse pessoalmente e também já externou na tribuna, como cristão convicto e praticante que é: que S. Ex^a é daqueles brasileiros que todos os dias reserva um pouco do seu tempo para pedir a Deus que permita o melhor para o Presidente da República, o melhor para o Presidente Lula, por tudo que ele é, por tudo que representa em sua história e sua vida e por tudo o que o Brasil está precisando.

Não tenho dúvidas de que essa crise nos conduzirá a um vetor, em que nós, sabedores de que a corrupção e o banditismo neste País têm cabelos brancos, estando impregnados nas instituições, sejamos capazes de promover uma limpeza moral e não um linchamento moral do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, do Estado de Alagoas, Líder e fundadora do P-SOL e pré-candidata à Presidência da República. (Pausa.)

A pedido da própria inscrita, colocaremos em seu lugar o Senador Pedro Simon, que falará por cessão do Senador Maguito Vilela.

Desnecessário é dizer que o Senador Pedro Simon não representa só o Rio Grande do Sul, mas a própria grandeza do Estado dos gaúchos e também a grandeza e virtude do PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que V. Ex^a esteja presidindo esta importante e muito significativa sessão. Que, com sua grandeza de espírito, V. Ex^a, que tem feito pronunciamentos profundos neste cenário, possa nos orientar e nos coordenar no que pensar neste momento!

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, gostei muito do discurso do nobre companheiro que saiu nesse momento da tribuna. O nobre Senador do Acre foi muito firme. Repete, com as conseqüências, o pronunciamento que fez uma semana atrás. Há uma semana, S. Ex^a alertava o Governo, dizendo que, na sua opinião, o Governo deveria fazer uma profunda reformulação e que os Ministros deveriam colocar os cargos à disposição, para que o Presidente pudesse ter ampla liberdade para enfrentar as horas que está vivendo.

Hoje, S. Ex^a vem felicitar o Governo e dizer – faz isso com muita categoria – que o Governo e o PT estão preparados para enfrentar a hora que estamos vivendo. Que bom! Que bom que isso esteja acontecendo!

Venho aqui com um profundo sentimento de respeito, primeiro, ao querido Chefe da Casa Civil. Falei várias vezes, desta tribuna, que eu achava que ele deveria sair, mas sempre fiz questão de salientar o meu respeito pelo Presidente da Casa Civil. Eu não via e nunca vi nada que atinja a sua dignidade, honorabili-

dade, capacidade. Não, não vi nada a esse respeito. Quem tem de sair por isso é o Ministro da Previdência. Ainda não saiu e está na hora de sair, senão, daqui a pouco, o Tribunal o condena e é o Tribunal que vai demiti-lo.

Está na hora de demitir o Presidente do Banco Central, que está sendo processado. Nunca vi, na História da Humanidade, um presidente do Banco Central ser investigado. As contas estão abertas no Supremo Tribunal Federal. Já era hora de sair.

Mas o Ministro José Dirceu realmente tem condições especiais: a sua vida, a sua biografia, a sua história, desde o tempo da UNE. Fui presidente da junta da UNE e respeito os jovens que por lá passaram, principalmente a sua geração, que sofreu, tombou e lutou contra a ditadura. Lutou como estudante, lutou como líder, teve de ir para o exílio, voltou, mudou inclusive a sua face, lutou na guerrilha, até que se organizou a democracia e organizou o seu Partido. E foi braço direito de Lula na construção do PT e no Governo.

Não se podem atirar pedras e, de repente, disse bem V. Ex^a, jogar às trapas um homem como esse, porque ele prestou e está prestando serviços.

Mas a vida é muito triste. A vida é cruel. Se olharmos a história, vamos ver gente que até hoje não se sabe por que chegou tão alto, uma vez que não tinha biografia, não tinha história para ser presidente, como um Collor de Melo. E vamos ver gente com uma biografia fantástica, como o Dr. Ulysses, como Teotonio Vilela, mas que não teve nenhuma chance. Vamos ver, ainda, o Dr. Tancredo, que teve a chance, mas, na hora de sentar na cadeira, não conseguiu. A vida é assim.

A mim emocionou o discurso que pronunciou o Chefe da Casa Civil, ele mostrou a categoria de um líder. Mostrou ali que a hora não era de esperar. Poderia ter dito: “Vamos nos reunir e decidir que sai esse, sai aquele, sai A, sai B, sai C”. Não fez isso, preferiu sair. Saiu o mais importante, o mais respeitado, o mais significativo, o que nada tinha a dever. Saindo, ele entra: entra na história por sua grandeza – alguns ficam até o fim, chorando, choramingando, pedindo pelo amor de Deus para ficar. Ele sai pela porta da frente. E diz que vem para defender a si, o seu PT e seu governo. Tenho certeza de que muita coisa vai mudar a partir de segunda-feira na Câmara dos Deputados. Que bom que isso aconteça!

O importante nisso, caro Presidente, é analisar a profundidade das coisas. Não podemos ficar nessa crise, querer fazê-la crescer, aumentar, dividir. Temos de entrar nesta crise com o objetivo de encontrar uma saída para ela. E uma coisa somos obrigados a dizer, meu Presidente: o culpado não foi o Fernando Henrique. Acho que Fernando Henrique foi deselegante, não

cumpriu a tradição dos ex-presidentes da República, como Itamar Franco e José Sarney. O ex-Presidente da República deve observar a tradição de manter respeito ao governo que está no poder. Isso é assim nos Estados Unidos: foram cobrar do Presidente Clinton que dissesse palavras pesadas contra o Presidente Bush quando ele invadiu o Iraque, mas ele só respondeu que sabia que o presidente em exercício enfrentava dificuldades e que o respeitava. Não foi o Fernando Henrique nem as palavras dele que fizeram essa crise. Reparem que também não teve origem aqui a crise, não foi a Senadora Heloísa Helena, expulsa do PT, a culpada por essa crise. Não vejo nada que ela tenha feito que possa ter ocasionado isso.

Perdoem-me a sinceridade, mas há certas coisas que não consigo entender. Em primeiro lugar, temos um Presidente como o Lula. Não vou repetir aqui sua história, sua biografia, não vou repetir aqui a história do homem que veio do nada; que veio da miséria, da fome; que é um sobrevivente que tinha de morrer antes de completar dois anos de idade; o pai abandona a mulher e seus filhos, que vêm para São Paulo num pau-de-arara e são jogados naquela selva de miséria onde um mata o outro. Lula consegue vencer, faz um curso de mecânico, perde um dedo, entra num sindicato, vai à luta e consegue fazer uma greve sindical que empolga o País, cria um partido – o único partido de trabalhadores no mundo – e se elege depois de três derrotas. É um grande homem. Mas não existe um grande homem sozinho, mesmo sendo ele um herói, um cara que tem toda a capacidade, toda a credibilidade, toda a possibilidade de avançar. Lula não é Deus. Lula foi longe, longe, longe, e o mundo o respeita.

Cá entre nós, o Lula não é um tocador de obras, isso é simples. Pode-se dizer o que quiser do governador de Brasília, mas ele é um tocador de obras. Pode-se falar o que quiserem de Mário Covas, prefeito e governador, mas ele era um tocador de obras. O Lula não é. Ele é um homem de idéias, de pensamentos, de debater, de andar pelo mundo. Perdoem-me, mas faltou ao PT entender que um homem com a grandeza do Lula deveria estar em um pedestal para falar, para discutir, para debater e tinha de ter uma equipe embaixo dele para tocar obras. Até agora, não tem. Era para ser o Chefe da Casa Civil – pelo menos, quando criaram o Ministro das Relações Políticas, disseram que o Ministro das Relações Políticas ficaria no relacionamento político e o Chefe da Casa Civil seria o tocador de obras, seria o coordenador do Governo, seria o super secretário. Isso não aconteceu, na verdade, não aconteceu.

Então, esta hora deve ser aproveitada para isto: primeiro, a moral. Olhem como o PT errou. O PT tinha

de ser um partido que não se deixasse atingir por calúnia. Diante de uma acusação, deveriam dizer: “Nós sabemos que é calúnia. Afasta para ver e depois ele volta”.

Essa história, por exemplo, de o Presidente dizer que ainda não vai julgar... Primeiro, não julgava por manchete. Tudo bem. Mas o Procurador da República denuncia o Ministro da Previdência, o Supremo Tribunal aceita, o relator aceita: ele tem de ser afastado, porque o normal é que uma pessoa que esteja sendo acusada no Supremo Tribunal Federal não ocupe cargo, porque pode usá-lo para dificultar as investigações. Ele pode estar usando o cargo em que está para que as pessoas em volta dele não saiam para falar contra ele.

Nós temos um presidente de Banco Central que é ministro – é o primeiro presidente do Banco Central que é ministro. Ele está sendo processado no Supremo Tribunal, e as suas contas, a sua biografia, as suas contas bancárias, o seu sigilo fiscal, o seu sigilo telefônico estão sendo visados no Supremo. E esse homem é o presidente do Banco Central... Não é nem licenciado! Então eu digo aqui...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um minutinho só, já lhe concederei o aparte.

José Dirceu saiu num gesto de grandeza pois, se quisesse, poderia ter até ficado. O Governo agora tem de fazer uma limpeza, cortar na carne. E para cortar na carne, não precisa esperar a CPI, não precisa esperar a condenação do Supremo. Sou muito sincero: precisam sair o Ministro da Previdência, que é do meu partido, e o presidente do Banco Central. Eles tem de ser afastados, pelo menos afastados temporariamente, enquanto durar o processo.

O PT tem por obrigação iniciar uma nova caminhada, restabelecer que o PT é o partido da ética e da seriedade, como ele era na oposição, quando ele atirava pedras – foi o melhor atirador de pedras da história da humanidade o PT na oposição. Ele agora deve zelar, zelar para valer por seu nome e por sua honra.

O PT deve buscar agora escolher ministros que realmente queiram e tenham condições de fazer. Escolheu o Tarso Genro, um grande ministro; escolheu o ministro da Agricultura, um grande ministro; escolheu o Ministro das Relações Exteriores, um grande ministro; escolheu o Ministro da Exportação, um grande ministro; escolheu Patrus Ananias, um grande ministro. Mas há alguns que... Não dá. Se não dá, tira. O Dr. Lula, meu querido amigo Lula, não pode ter ministro porque é amigo. Essa tese que se espalhou pelo Brasil de que ele não tem coragem de mexer com amigo tem de ser derrubada. Presidente da República não tem amigo,

não tem companheiro, não tem colega. O que vale é o interesse da República, doa a quem doer.

Se tiver de afastar, que afaste, e essa é a última chance, Sr. Presidente. Falo com a autoridade de quem viu e sofreu. Fui 1^o vice-presidente e secretário-geral e, a quatro mãos, toquei dez anos com o Dr. Ulysses o MDB. Nas horas dramáticas estava lá o MDB à frente da sociedade brasileira, levando-a contra tudo e contra todos a estabelecer a democracia, e derrubando os militares sem nenhum golpe, sem nenhum tiro.

O Dr. Ulysses foi um herói. O MDB foi um Partido fantástico. Ninguém mais deve estar na História do Brasil, no futuro, como o nosso MDB. Fizemos um papel excepcional. Na Constituinte, elegemos dois terços na Câmara e dois terços no Senado, e todos os governadores, à exceção de Sergipe, que não era do PMDB, mas do PFL, teve o apoio do PMDB.

O Brasil todo estava do nosso lado. O MDB era o Brasil. Mas não se deu conta. Chegou no Governo, morre o Dr. Tancredo e pagamos a conta. Sarney, que não era nosso, era o Presidente da Arena, que precisamos para fazer maioria no Colégio, assume. Penso que agiu com dignidade e respeito. Tenho o maior carinho pelo Presidente Sarney. S. Ex^a foi uma vítima da fatalidade.

Mas o MDB não teve competência nem de ficar no Governo e fechar do seu lado, nem de sair e fazer a sua vida. E fruto desse vai não vai, desse disse não disse, o Dr. Ulysses, herói da pátria, termina com meia dúzia de votos na eleição. E um Collor, que nem sabia quem era, nem de onde vinha, nem o que queria, terminou elegendo-se Presidente da República.

Esse exemplo deve servir para o PT, porque o patrimônio do PT não são os votos que o Lula fez, isso é passado. O patrimônio do PT é a credibilidade, a seriedade, a honorabilidade que tinha, tem, mas está em jogo, está em xeque. Ou diz que tem e se mantém, ou não tem e era uma vez. É isso o que o Governo tem que fazer.

Lamento profundamente a saída do Fonteles. Acho que é o melhor nome na História deste País, hoje. Mas reconheço que a escolha do seu substituto, Antonio Fernando, é um grande nome. Conheço o Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, um homem da mesma equipe que o Fonteles, e representa uma garantia de que será bem representado. Mas daria um conselho ao Lula: pega esse Fonteles e leve para dentro do Palácio. Fazer, por exemplo, o que fez o Itamar Franco, criou uma comissão ligada a ele composta de elementos da sociedade, para receber qualquer dúvida, qualquer interrogação, e fazer a fiscalização do seu Governo e levar diretamente ao Presidente. Acho que

se ele fizesse isso, e colocasse o Fonteles, estaria resolvendo o primeiro problema, que é o da seriedade.

O outro, por amor de Deus, meu grande amigo Lula, não vá agora atrás de alguns líderes do partido A, do partido B, do partido C, que se querem apresentar para salvar a pátria com nomes predeterminados. Ele tem que escolher os melhores; o Lula, neste momento, tem que escolher o que tem de melhor, de mais capaz, de mais competente, que resolva os problemas e, principalmente, se há uma “vírgula” de dúvida com relação a seu passado não pode colocar. Daria este conselho ao Lula: que ele arrume agora uma equipe que faça neste um ano e oito meses o que ele não fez até aqui. Isso é bom para nós, é bom para o Brasil.

É bom para todos nós que ele faça um grande governo. É muito melhor que a próxima eleição tenha o Lula de candidato, o PSDB com o seu candidato, que tenha a Heloísa Helena de candidata, que o PMDB tenha um candidato, mas que estejamos debatendo grandes teses para o Brasil, grandes propostas para o Brasil, do que estarmos enlameados. Quer dizer, o PSDB contando as coisas que aconteceram no Governo do Lula e o PT contando as coisas que aconteceram no Governo do PSDB. E nós todos no chão, sem autoridade para nos levantarmos.

Temos dois caminhos e a verdade é esta: o Lula se reconfortando, o Lula crescendo, o Lula fazendo um grande governo, não significa dizer que ele ganha, mas que é bom para o Brasil. E é bom para o Brasil no sentido de que nos compenetrems, pois está na hora de debatermos uma grande tese para a sociedade brasileira.

A Heloísa vai ter condições de discutir? O que ela diverge do PT? Nas grandes teses? Não, eu divirjo do PT, porque, quando eu era do PT, defendia isso, mais isso, mais isso, e o PT fez aquilo, mais aquilo, mais aquilo. Não vamos baixar a lama, vamos ficar nas teses! Vamos ver o que o PSDB vai dizer. Olha, o Fernando Henrique fez isso e o PT não fez. Enfim, vamos discutir. Vamos fazer uma tese construtiva na hora da eleição e não uma tese destrutiva, que, parece, querem alguns que aconteça.

Dou aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o Brasil está ouvindo. Ninguém fala melhor do que V. Ex^a. Esse negócio de dizer que Cícero foi o maior orador, isso lá para os romanos e porque V. Ex^a não tinha nascido. Mas quero dizer: V. Ex^a é bíblico, é franciscano. Está escrito, Senadora Heloísa Helena, quem planta colhe. Lula plantou a sua vida, a sua bibliografia, colheu a Presidência, mas ele plantou a mais desgraçada equipe administrativa na História deste País. Aumentou de 16, num ato tresloucado, para 38. O melhor

de ser Oposição, Tião Viana, é porque não sei nem o nome desses; são tão incompetentes, tão incapazes e nenhum brasileiro sabe o nome de meia dúzia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até porque são muitos, são 34.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, quem planta colhe. Eu aqui, com lealdade, e fui na busca da esperança – onde houver desespero, busque a esperança. Votei em Lula, Heloísa Helena. Não fomos ouvidos pelo núcleo duro. Tião Viana nos ouvia, mas de pouca influência. Eu levei aquele que ajudei a fazer, até levar o PT ao Piauí. Se arrependimento matasse, eu estaria aqui estirado, morto. Mas levei também, atentai bem, ao Líder Mercadante naqueles banquetes, useiros e vezeiros, dessa mordomia tresloucada. A do Fernando Henrique era moderada. Essa é cantada. Levei o nome de V. Ex^a para representar a grandeza do nosso Partido, as virtudes, a honestidade e a seriedade. Aí, foi a diferença. O nome de V. Ex^a foi vetado pelo núcleo duro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A mágoa de V. Ex^a é compreensível. Não há dúvida de que, no momento em que Lula chegou na Presidência... Fui um dos que falou pessoalmente com ele: “Presidente, o senhor está no ponto mais alto em que um homem público chegou no Brasil, o senhor não tem compromisso com ninguém. Graças a Deus, o senhor não fez acordo com empresários, não fez acordo com banco nem com multinacional. O senhor pode fazer o governo que quiser”. Hoje, neste Brasil, todo mundo é PT. Fala-se com os empresários, todo mundo só fala em PT; fala-se com os homens das universidades, intelectuais, todo mundo é PT. Escolha o melhor para aquela posição. Ele me traz 19 que perderam as eleições no Governo do Estado. Isso não é argumento para fazer um governo. Pode até ter homem de muita capacidade, mas não é argumento para pegar 19 e colocar no Governo, não era isso que ele deveria ter feito. Aí começou: para colocar esses 19, ele tinha que aumentar para 34. O Collor que era o Collor baixou para sete. O Fernando Henrique já fez muita coisa: elevou para 19. Estamos com 34. V. Ex^a tem razão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Trinta e oito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso porque não se fala no Ministro do Exército, no Ministro da Guerra, no Ministro da Marinha, no Chefe da Casa Militar, no homem do SNI, que, nos outros Governos, eram Ministros, tinham cargo de Ministro embora não fossem chamados de Ministro, porque é um cargo muito alto; então, eles ficavam na posição deles. Mas V. Ex^a tem razão: isso é uma coisa que o Presidente deve ver. Agora é a hora de ele fazer aquilo que não fez quando assumiu: um governo de gabarito, sério, apresentando

uma, duas, três, quatro, cinco, seis propostas. Isso é o que vamos fazer e tocar para frente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, não é novidade para V. Ex^a que sou seu fã de carteirinha, desde minha chegada a esta Casa. Apreendi muito com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que nós dois tivemos a sorte muito grande de conviver com Teotônio, Ulysses, Tancredo, Arraes. V. Ex^a era ainda um gurizinho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Apreendi muito. Nessa época, mensalão, conchavo, acordos dessa natureza, nem pensar! E isso me marcou muito. Talvez o patrimônio que carrego na vida pública seja exatamente esse exemplo que aprendi, quando cheguei aqui, com esse grupo que V. Ex^a acaba de citar e mais alguns que deixamos de nomear, como Renato Archer e outros. Era um grupo grande. Mas fiquei muito feliz em ouvi-lo falar sobre um dos caminhos para a saída do Presidente Lula, que é exatamente a reforma do Ministério, colocando pessoas de qualificação na sua equipe. E pelo visto o Presidente está bem intencionado. O jornal **Correio Braziliense**, de hoje, em matéria assinada por Eumano Silva, Rudolfo Lago e Denise Rothenburg, intitulada “De Volta ao Congresso” fala do desejo de mudança do Presidente, de retirar alguns Ministros e diz: “Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, é um nome que Lula gostaria de ver no seu Ministério”. Fico feliz porque, diante de tudo o que foi dito, V. Ex^a não poderá rejeitar uma convocação para servir não ao Governo Lula mas ao Governo do Brasil. Tenho certeza de que, se isso vier a acontecer, pelo menos na sua área de atuação, V. Ex^a fará uma limpeza em regra. Essa figura das eminências pardas, dos arrecadadores, dos tesoureiros que não ocupam função mas que têm sala ao lado, que mandam e falam em nome do Governo, não terá vez. Talvez seja esse um dos caminhos do Presidente Lula. Não sei se é especulação do jornal ou se essa conversa já anda nos bastidores, mas, de qualquer maneira, não para mim mas para todo o Brasil, é um alento, um conforto e uma tranquilidade, pois, se isso vier a acontecer, finalmente, o Presidente Lula vai começar a se aliar a homens de bem. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero dizer que, antes de Sua Excelência assumir o governo houve uma sondagem nesse sentido, e eu, com toda a sinceridade, disse não porque criaria

um problema muito grande com o PT do Rio Grande do Sul, e eu não tinha obrigação de criar um problema desse. Hoje, é a mesma coisa. Eu posso e quero ajudar, mas sou daqueles que pode ajudar nesta tribuna, debatendo, discutindo, analisando, sendo convocado para reuniões de colaboração. Mas não posso assumir um Ministério – não fui convidado nem sondado, isso é notícia que não tem significado –, porque diriam que “o Dr. Pedro Simon ficou três anos falando na tribuna para terminar ganhando o Ministério, que era o que ele queria”. Como V. Ex^a sabe, não aceitei ser Ministro do Governo Itamar Franco porque coordenei a CPI, lutei na CPI, cassamos o mandato do Presidente, e eu não queria que colocassem na minha biografia: lutou para cassar o mandato e, depois, pegou um Ministério. Assim foi feito com o Dr. Getúlio, quando o levaram ao suicídio. O pessoal da UDN, que fez a banda de música, que matou o Dr. Getúlio, foi para o Ministério.

Então, a maneira de ajudar é a que estou fazendo. E o Lula sabe que estou fazendo de coração, que estou torcendo e que quero que ele faça um bom Governo. Se depender de mim, estarei, nesta tribuna, ajudando para que ele o faça.

O ato de ontem foi muito importante; um ato de grandeza. Depois do discurso do Deputado, que olhou para as câmaras de televisão apontando e dizendo que ele, o Zé, tinha que sair para não levar gente justa com ele, e ele sair é um gesto de humildade, um gesto de grandeza. O normal seria dizer: “Vamos esperar para sair todo mundo junto. Vamos esperar para que esqueçam esse discurso”. Mas ele saiu em 48 horas. Isso é gesto de grandeza, que merece ser respeitado. Isso é gesto de quem tem espírito público. Isso não é gesto daquele que teria toda a condição de dizer: “Presidente, agora, não. Depois que ele fez isso, vamos esperar uns dias”. Não. Foi o primeiro que fez e o primeiro que saiu. Começou bem.

Que o Presidente Lula entenda que deve escolher um grande Governo, mas que fique bem claro o que digo: o Lula é um homem excepcional, que tem mil qualidades. Não é à toa que é uma liderança que o mundo olha com expectativa, mas o Lula não é um tocador de obras. Ele tem que ter uma equipe que coordene essa ação e execute esses planos do Governo. Até aqui não teve. Era para ser o Chefe da Casa Civil, que não fez. Isto ele terá que fazer: reunir uma equipe que tocará as obras, porque, caso contrário, tudo ficará igual. Que Deus ilumine o Lula e o PT!

Para completar, apenas digo: está na hora de o PT e o PSDB transferirem sua sede nacional para Brasília e realizarem suas reuniões nacionais em Brasília. Chega de serem partidos paulistas. PT é só São Paulo; PSDB é só São Paulo. Nós, do PMDB, fizemos nos-

sas reuniões em Brasília. O PFL faz suas reuniões em Brasília. Lugar de fazer reunião nacional é em Brasília e não em São Paulo. Está na hora de o PSDB e o PT fazerem as suas reuniões nacionais aqui, na Capital.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PL, e, a seguir, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço apenas uma rápida comunicação de interesse não apenas do meu Partido, mas também do Congresso Nacional.

Hoje, à noite, viajarei para o Arizona, onde hoje estão presos muitos brasileiros. No ano passado, tive oportunidade de visitar e trazer mil brasileiros que estavam presos, por imigração ilegal, nos Estados Unidos. Este ano, o número surpreendeu a todos: de outubro a maio deste ano, 18 mil brasileiros – não mais os mil do ano passado – foram presos por imigração ilegal para os Estados Unidos. De 18 mil, 2 mil são meninos e meninas abaixo dos 18 anos de idade. Um horror! Uma loucura!

Mas ainda há centenas de crianças de colo, mesmo porque os coiotes dizem às pessoas humildes, sobretudo as do Leste de Minas, que, se a mãe levar o filho, vai contar com a compaixão das autoridades americanas que vão permitir que elas permaneçam no País. Não é verdade. Pelo contrário, a mãe fica presa num presídio e a criança vai para outro, causando um drama ainda maior para essa criança que, depois de atravessar o rio Grande, de andar horas pelo deserto durante à noite, é presa por uma patrulha de fronteira, que eles chamam **border patrol**, que é horrível, feita realmente para pegar pessoas que estão invadindo o país. Isso causa um trauma sem precedentes e que vai marcar essa criança, seguramente, pelo resto da vida.

Sr. Presidente, faço essa comunicação de que viajarei hoje e que volto na semana que vem. Como acredito que o Congresso fará uma autoconvocação para esse recesso de meio de ano, aguardarei essa oportunidade para apresentar o relatório dessa viagem.

Quero também dizer a V. Exª que o Governo americano se dispôs, novamente, a colocar aviões à disposição para que esses milhares de brasileiros possam ser repatriados.

Fica aqui, Sr. Presidente, esta comunicação, a tristeza e também o alerta. E agora que perdemos um quadro extraordinário no Governo, que era o Ministro José Dirceu, que exatamente se contrapunha a essa política monetária extremamente contorcionista de fazer superávit primário e pagar juros tão altos à elite brasileira, não sei o que será. Estamos com um déficit de empregos de 26 milhões e temos, a cada dia, mais brasileiros fugindo do País para tentar uma vida melhor, para tentar sobreviver nos Estados Unidos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª e à Senadora Heloísa Helena pela gentileza de ter-me cedido o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Marcelo Crivella, encaminharei o pronunciamento de V. Exª ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e julgo da maior oportunidade que o Sr. Ministro das Relações Exteriores possa vir àquela Comissão tratar de uma matéria tão relevante.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vários Parlamentares, de alguma forma, comentaram, cada um de acordo com suas convicções e interpretação do momento – Senador Tião Viana, Senador Pedro Simon –, o assunto que está, sem dúvida, rebuscando mentes e corações no Brasil todo, que, ontem, culminou com a saída do Ministro José Dirceu, um fato extremamente importante.

Acompanhei pela imprensa as formulações dos articulistas e os comentários feitos, inclusive por petistas, e uma das frases que está colocada hoje num dos jornais de grande circulação é que o Ministro José Dirceu foi vítima do seu próprio veneno. Isso teria sido dito por alguns petistas.

Muitas pessoas, Senador Heráclito Fortes, do Brasil todo, quando me encontram, sempre perguntam se eu estou comemorando todas essas denúncias de corrupção e se estou comemorando a queda do Ministro José Dirceu. As pessoas citam comentários sórdidos, frios e intolerantes que ele fazia contra mim no processo de expulsão. Essas pessoas, Senador Tião Viana, lembram mais do que eu própria. Comentam a fala dele no programa “Bom Dia Brasil”, no “Jornal Nacional”. Um jornalista comenta o que ele, na surdina, falou, até de forma vulgar e sórdida, contra mim, desde a minha vida política até a minha vida pessoal, coisas que nem eu conseguia identificar se verdade era.

O Ministro José Dirceu, enquanto fui militante do PT, sempre foi para mim – claro que Lula era a maior liderança popular da América Latina, e continua sendo,

e tinha todo aquele misto da subjetividade conosco, porque um operário, retirante nordestino, filho do povo, que, pelas mãos e vontade bela e legítima do povo, chegou pela primeira vez a ocupar a maior instância de decisão política do País, que é o Palácio do Planalto – e para os militantes do Partido, o mais preparado quadro partidário. O mais preparado quadro partidário sempre foi o Ministro José Dirceu. E quando eu era militante, ele nunca foi comigo o que muitas pessoas consideram, uma pessoa fria e intolerante. Muito pelo contrário, sempre foi um grande companheiro. Eu até reconheço que, durante o processo de coligação com o PL, ele fez um esforço grande para tentar retirar o caso de Alagoas, porque sabia que eu não aceitaria, de nenhuma forma, a aliança com o PL. Até reconheço que ele fez muitos esforços.

Por isso, para mim, era extremamente complicado ver a transformação do grande companheiro, que não era frio comigo, pelo contrário, me saudava com entusiasmo onde eu estivesse, em uma pessoa intolerante e implacável quando precisou servir ao rei, servir a Lula. Embora eu reconheça em Lula a mais brilhante personalidade que o movimento sindical já fez, a maior liderança popular da América Latina, nunca compartilhei da concepção elitista e preconceituosa de que Lula é um fraco, um pau-mandado, que os outros mandam e por ele fazem. Nunca compartilhei dessa visão. E claro que essa análise minha serve para o bem e para o mal.

E José Dirceu sempre foi... Do Lula, eu não tenho dúvida, ele reproduz aquele conhecido estratagema do 'mel na boca e bílis no coração'. É capaz de lhe abraçar e sorrir pela frente e entregar um punhal para que algum outro lhe apunhale pelas costas. O Ministro José Dirceu é diferente, ele é o inimigo sem máscara, é o inimigo que olha nos seus olhos e diz: "Eu vou lhe aniquilar." E você, por sua vez, olha nos olhos dele e diz: "Eu vou resistir e tentar lhe aniquilar também." Ele sempre foi assim.

É por isso que eu sempre digo que ou todos são inocentes ou todos são responsáveis pelos mesmos crimes contra a administração pública. Eu não consigo acreditar que o Ministro José Dirceu desse algum passo – nem o Tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio – sem a concordância, sem a autorização, sem o conhecimento do Presidente Lula. Eu acho isso impossível e talvez a Comissão Parlamentar de Inquérito me diga o contrário e eu terei a obrigação de vir a esta tribuna para dizer que errei, especulei, analisei de forma indevida.

Ao ouvir, ontem, o pronunciamento do Ministro José Dirceu, do 'samurai' José Dirceu, e ele falava sobre a mãe dele, mandando um recado carinhoso à mãe, dizendo que a mãe estava muito preocupada;

imediatamente, a minha mãe me ligou, perguntando por que ele não pensou na mãe da Heloísa quando agiu com tanta intolerância, truculência e, sob o comando do Presidente Lula, me expulsou e promoveu um dos momentos de maior dor da vida minha, da Luciana, do Babá e do João Fontes. E eu observava a expressão do 'samurai'. Samurai, todos sabem como eu gosto do mundo oriental, vem de saburai, que significa 'servir ao senhor'.

E o 'samurai' José Dirceu, quando teve sua honra atingida e portanto a honra do seu mestre, o Presidente Lula, atingida também, tinha duas opções: o haraquiri, que, como sabem todos, significa o samurai empunhando sua espada, cortando o seu ventre e se suicidando, ou se transformar num ronin, que é o samurai errante, o samurai sem mestre e sem honra, que sai por aí afora para tentar resgatar a sua honra ou para tentar vingar o seu mestre. E foi exatamente isso que vi ontem no Ministro José Dirceu, promovendo, em concordância com o Presidente Lula e com a cúpula palaciana do PT, tal qual o samurai que tem duas alternativas, ou o haraquiri ou se transformar num ronin. Portanto, o guerreiro brilhante, implacável, corajoso, combativo, mas que se transforma num ronin, um samurai sem honra e sem mestre.

E eu me lembrava, com muita precisão, da forma como ele se estava conduzindo, ajudando o Governo Lula a patrocinar uma manobra extremamente inteligente.

Essa manobra do Governo foi muito inteligente: retira-se o Ministro José Dirceu, que é o foco das gravíssimas denúncias de corrupção, para se tentar esvaziar a crise, ludibriando a opinião pública, impedindo o aprofundamento das investigações, resguardando, de forma intocável, o Presidente Lula. Foi exatamente isso que aconteceu. Numa manobra muito inteligente, esvaziou-se o foco das denúncias graves de corrupção, que supostamente seria o Ministro José Dirceu. No entanto, não tenho dúvida de que ele nada faria sem a concordância, o conhecimento e a autorização do Presidente Lula.

A única dúvida que fica é se essa manobra inteligente de tentar esvaziar a crise, retirando o Ministro José Dirceu, foco das denúncias de corrupção, significa oxigênio suficiente para o Governo atravessar o nevoeiro das denúncias de crimes contra a Administração Pública e se isso não pode significar, também, tornar-se ainda mais refém do Senado, da Câmara e dos delinqüentes de luxo fisiológicos, que até querem que haja fragilidade no Governo para continuarem parasitando e privatizando a máquina pública, o aparelho de Estado.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer essas brevíssimas colocações, diante dessa manobra inteligente do Governo, que tenta obter oxigênio para ludibriar a opinião pública, retirando o Ministro para, supostamente, esvaziar o foco das graves denúncias de corrupção que pesam contra o Governo.

Espero, sinceramente, que esta Casa seja capaz de dar continuidade à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Várias pessoas telefonam-me, mandam *e-mail*, ligam para o 0800 gratuito do Senado, dizendo, a todo tempo, que a CPMI é “chapa branca” que não vai acontecer nada. É claro que a CPMI tem uma classificação “chapa branca”, pois são da Maioria os cargos de Presidente, de Vice-Presidente e de Relator, mas ainda continuo acreditando que este Congresso, tão desmoralizado perante a opinião pública, será capaz de aprofundar as investigações na CPI e apresentar à opinião pública os delinquentes de luxo que parasitam o aparato público, o aparelho de Estado, para que possamos aprimorar essa tão desavergonhada e combatida democracia representativa.

Portanto, é só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que representa o PFL do Piauí. S. Ex^a terá dez minutos regimentais e mais cinco de prorrogação.

Evidentemente, sendo V. Ex^a do Piauí, jamais vou cortar a sua voz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é sem nenhum motivo que o Governo chama esta sexta-feira de “muro das lamentações”, de “sexta-feira ingrata” ou de outros adjetivos.

Até há pouco tempo, as sextas-feiras, no Senado, eram dias de descanso; não havia número em plenário, o que aliviava não só os Senadores, como os jornalistas e também os funcionários da Casa.

As sextas-feiras, neste Governo, passaram a ser dias de vigília cívica, mas o Governo, muito ocupado, com algumas exceções como o Senador Tião Viana, não aparece aqui. São compromissos internacionais, ministeriais, inaugurações, visitas, mas a atividade parlamentar, a defesa do Governo é muito pouca. Raramente vêm aqui. Alguns são escalados e ficam aqui cabisbaixos.

Lembro-me da altivez, da autoridade com que o mesmo Partido, quando era Oposição, defendia suas teses, suas causas, atacava os corruptos e as corrupções. Eram verdadeiros paladinos da moralidade, que achavam ser monopólio exclusivo de uma rara espécie. Tudo caiu por terra.

Se nós, Senador Tião Viana, tivéssemos prestado atenção de como começou a mudar o Governo Lula, perceberíamos uma semelhança grande com o Presidente Collor, em dimensões diferentes, até pela origem de um e outro.

No dia da eleição do Presidente Lula, durante a comemoração na Avenida Paulista, o líder petista saiu da sua casa de origem humilde, numa cidade de trabalhadores, não no carro de costume, mas num helicóptero inglês, emprestado pela Rolls-Royce. Aquilo foi noticiado como uma coisa natural pelos seus assessores e assecclas, como uma grande conquista. O Brasil todo estava anestesiado e não percebeu o fato. De lá, ele saiu e ocupou, numa mesma tarde, dois hotéis próximos à Avenida Paulista, pertencentes a multinacionais: o Intercontinental e o Meliá. A 100m de distância, Senadora Heloísa Helena, passando por uma crise financeira fantástica, o Hotel Maksoud, de origem brasileira, foi desprezado.

O Collor fez parecido. Saiu num jatinho, com poucos amigos, e foi para as Seychelles. Evidentemente, as proporções de um fato e de outro não se comparam, mas um homem refinado, acostumado com tudo de bom e de melhor na vida, viajar para as Seychelles num jatinho tem a mesma dimensão que um trabalhador, um torneiro mecânico, sair da sua casa, no bairro em que viveu durante os momentos mais bonitos de sua vida, entrar num helicóptero e se dirigir para a Paulicéia Desvairada. Aquilo, para mim, foi a simbologia da despedida de Lula da classe trabalhadora.

Os fatos que vêm ocorrendo mostram que alguns conseguiram blindar o Presidente. O Presidente não consegue mais, como antigamente, respirar o ar comum dos mortais. Não o permitem.

Eu já disse aqui, e repito, que o conterrâneo do Senador Marco Maciel, Agamenon Magalhães, dizia que o homem público deveria dormir com um alfinete na cabeceira da sua cama ou no criado-mudo, para, de manhã, ao acordar, dar uma espetada no corpo e perceber que a dor que sentia era igual a de todos. Portanto, eram iguais. Infelizmente, os homens públicos se esquecem disso.

Senadora Heloísa Helena, Senador Mão Santa, não queiram sentir nem avaliar a minha frustração por estar nesta Oposição. Oh, Oposição incompetente! Oh, Oposição sem criação! Oh, Oposição sem imaginação! Passaram-se dois anos e seis meses, e não consegui-

mos criar uma crise para esse Governo, pois ele toma conta de todas. O Governo não dá espaço. Por mais tentativas que façamos, não conseguimos.

Hoje, estourou um fato que penso seja mais grave do que o jornal **O Estado de S. Paulo** anuncia: a denúncia contra o Sr. Delcídio Amaral.

Vamos admitir que seja verdade que S. Ex^a deu prejuízo. Por que o Sr. Sauer não o denunciou no começo? Não o denunciou há um mês? Não o denunciou anteriormente? Faz essa denúncia dois dias depois de o Sr. Delcídio ser anunciado Presidente da CPI? E nós todos, aqui no plenário, sabemos que o Sr. Delcídio aceitou na marra essa presidência, e a aceitou como um presente de grego, sabendo que os que maquinaram a sua indicação o fizeram exatamente com a intenção de queimá-lo. É o fogo amigo palaciano. Lá no Piauí, temos uma expressão que diz que, em determinados casos, é melhor levar um bode amarrado para dentro d'água do que um cidadão assumir certas circunstâncias. O Senador Delcídio foi, com a mesma má vontade do bode, entrar em água. V. Ex^a é nordestina e sabe que o bode pula, o bode estrebucha. E, para nós, a primeira esperança de chuva é quando o bode começa a sair do relento, sair do tempo e se agasalhar em alguma coisa. Nunca vi uma incompatibilidade tão grande como entre o bode e a água. O Senador Delcídio foi nessas circunstâncias.

Aliás, o fogo amigo tem sido uma constante no Governo. A vítima agora é o maior de todos, o Ministro José Dirceu. V. Ex^a falou em samurai, não entendi bem, mas sei que V. Ex^a é inteligente. Parece que essas inspirações orientais, essas coisas que estão vindo muito de longe, estão exatamente maquinando algumas coisas.

Senadora Heloísa Helena, Senador Mão Santa, V. Ex^{as} tiveram a curiosidade de observar no cenário da saída do Ministro José Dirceu – todos imaginávamos que fosse de pranto, aquele grande guerreiro, aquele grande combatente, para quem faziam fila na hora de recebê-lo – o ar de alívio, de alegria, nos sorrisos marotos de seus colegas? Revejam isso, vale a pena. A televisão está mostrando constantemente. Uns mais, outros menos, ninguém conseguia esconder o sorriso de alegria e satisfação. É triste, mas é verdade.

Acho que o Presidente Lula ou se liberta dessa camarilha que o cerca ou vai jogar por terra toda sua história e toda sua trajetória. Observo, algumas vezes, Senadora Heloísa Helena, quando este plenário está calmo, que alguns companheiros nossos fazem os discursos mais despropositais, defendendo a figura de quem não está sendo acusado, que é o Presidente, jogando para ele o foco de uma questão que

nunca, nem de longe, se pensou em colocar em Sua Excelência.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, cheguei a esta Casa, primeiro na Câmara e agora aqui, muito novo e aprendi um bocado. Esta é uma academia de aprendizagem fantástica e, graças a Deus, entrei numa escola boa, convivendo com grandes figuras. Mas tenho comigo um sentimento. Existe no ar, nunca foi escrito, nunca foi colocado no papel, como aquele dicionário do correto, mas existe na mente de todos nós a existência de um manual de como não repetir erros, porque, se formos examinar as últimas crises que o Brasil viveu, vamos ver que, da primeira até a de agora, são repetições de erros.

Collor foi vítima dos próprios erros. Mas, antes de qualquer dos desacertos virem à tona, de maneira preconceituosa, criou-se a República das Alagoas. Estigmatizaram o Estado, o que deixou seus conterrâneos inteiramente indignados, porque, de uma maneira preconceituosa, começaram a enxovalhar o próprio Estado. Depois, os fatos vieram.

O Governo atual tem uma República gravíssima, que é a República da Previ. Anote o que estou dizendo, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, essa história da Previ não está bem contada. O Sr. Sérgio Ricardo Rosa precisa prestar esclarecimento da sua atuação. Estão blindando o homem.

A finada Previ, que foi criada por decreto-lei e derrotada nesta Casa, voltando, pelo menos provisoriamente, a funcionar a SPC, é presidida por ele, que tem um passado recente de assessoria e sociedade com o Ministro Gushiken.

O Ministro Gushiken tem todo o direito de gostar dessa matéria. Admiro-o, fui Deputado com ele e vi a sua atuação na CPI dos Fundos de Pensões, envolvendo o Banco do Brasil. Mas então assumo o Ministério da Previdência! Não coloque um órgão paralelo dentro do Palácio do Planalto, indicando o Presidente, manobrando e manipulando essa área, que é sensível. Digo isso porque, em determinado momento da minha vida, fui superintendente de um fundo de pensão, exatamente dos Correios e Telégrafos, onde passei de um ano e meio a dois anos. Assumi numa época difícil, em que todos os escândalos remanescentes do Governo Collor estavam para ser consertados. Não se respeitava limite de aplicação, não se respeitava uma série de parâmetros exigidos pela legislação. Mas a SPC fiscalizava. Quando não tinha quadros próprios, requisitava do Banco Central e do Banco do Brasil pessoas experientes e mandava apurar. Mandaram para cá a medida provisória criando 600 ou 700 cargos. Criaram a estrutura de uma agência reguladora, só que o Presidente era indicado pelo Governo. E os

Ministros da Previdência – pelo menos de um eu já ouvi, não me desmente – disse-me que, ao assumir, a recomendação que recebeu foi a de que não mexesse com esse rapaz que está lá, do qual não me lembro o nome agora. Que depois o Presidente Lula não diga que não sabe. Quem está alertando é um Senador da República.

Os funcionários aposentados do Banco do Brasil visitaram vários gabinetes, inclusive o de V. Ex^a, o da Senadora Ana Júlia Carepa e de vários Senadores, Senadora Heloísa Helena, alertando para prejuízos dados nas transações feitas por esse fundo de pensão. Sou irmão de três funcionários do Banco do Brasil – dois morreram e um está vivo. Convivi muito com essa gente, com os servidores do Banco do Brasil. Quando cheguei em Brasília, ainda solteiro, os três moravam na 204, na Asa Sul, e essa convivência fraterna se estende até hoje. Toda vez que o alarme anuncia, sou visitado por ele, procurado, insiste tão desesperado. As correspondências que chegam não são poucas, algumas pedem a blindagem da origem da informação com medo de represália.

É preciso que se verifique realmente o que está acontecendo. E aí não cabe a mim. Na hora em que eu tiver denúncias concretas, venho aqui e as faço sem nenhum constrangimento. Os indícios são muitos. É preciso que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva volte os olhos para esse fato.

E quero até fazer justiça. As informações que me chegaram eram de que, no momento final, nos últimos meses, o Ministro José Dirceu já se atritava com o Ministro Gushiken exatamente por fatos que lhe chegavam ao conhecimento e que o alertavam. É um fato que merece, Senadora Heloísa Helena, uma reflexão do Governo. Porque, afinal de contas, estão em jogo a aposentadoria e a estabilidade de milhões de brasileiros. São vários os fundos, as denúncias estão aí, as providências não são tomadas. Não é brincadeira.

O Presidente disse, com muita firmeza, que iria cortar na própria carne. Que ponha em prática esse fato. Já encontrou o primeiro problema: quis cortar na carne, mas sentiu que o Delúbio é osso, que o Sílvio Pereira é osso, e já fica mais difícil. Parece que apareceu uma serra chamada Karina, porque para osso só serra ou serrote. Vamos ser se isso chega a algum lugar.

Digo isso com o respeito que tenho ao Presidente da República, para alertá-lo, mesmo que não seja nada. Apure, mande examinar. Conforme denúncias dos funcionários, as decisões são tomadas sem ouvir o conselho, sem o Banco do Brasil se manifestar. O que acontece? A Previ é maior que o Banco do Brasil.

Há uma denúncia deles sobre o encontro de contas havido entre um fundo e o Banco do Brasil, que

gerou um prejuízo de dez milhões, e ninguém apura. Um senhor chamado Valdir Camilo, que representa os funcionários denunciou – foi ao Presidente do Banco do Brasil de nome Maranhão –, e nada aconteceu.

Senadora Heloísa Helena, duas matérias sobre o assunto foram censuradas na mídia. A última foi do **Correio Braziliense** e, depois de reclamações feitas aqui, a correção foi feita e a publicação foi feita uma semana depois, quando não mais havia nenhum sentido o efeito da notícia. Essa é uma coisa esquisita.

Dessa forma, lamentando não poder criar e ver a minha Oposição criar crise para o Governo, peço, agora, pelo amor de Deus, que não procurem criar, porque o Governo já tem as suas, em número suficiente. Creio que quanto menos se criar crise agora, melhor, porque os companheiros do Presidente Lula se encarregarão.

Minha última palavra é de tranquilidade ao Brasil com relação à CPI dos Correios, da qual faço parte. Essa CPI não é minha, nem do Senado; essa CPI é do Brasil. Temos que respeitar os funcionários dos Correios, principalmente, os carteiros, que enfrentam chuvas, mordidas de cães e tantas intempéries. Os Correios, durante dez anos, foram considerados um dos três mais eficientes do mundo. Sua qualidade caiu recentemente, mas não se pode perder, de maneira tão grave e tão grande, essa eficiência.

Em homenagem àqueles carteiros, que, com suas roupas amarelas, de bicicleta, a pé, a cavalo, onde quer que cheguem, fazem chegar as correspondências, essas com os mais diversos objetivos, devemos honrar essa CPI. Em homenagem ao trabalhador brasileiro, beneficiado com a eficiência dessa empresa, precisamos dar toda a atenção a essa CPI. Por conta disso e pela capilaridade dessa instituição centenária, toda a Nação brasileira está de olho em nós. Não podemos permitir que a CPI não tenha fim, acabe em pizza ou não convença no seu desfecho.

Portanto, confiante de que, na terça-feira, teremos o início da CPI, sem nenhum objetivo de procrastinação, sem nenhum objetivo que não seja o da apuração, despeço-me de todos, nesta sexta-feira, na certeza de que, se o Governo não criar outra crise, vamos ter uma semana, pelo menos, tranqüila, que será a semana que vem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P – SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.
(Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P – SOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que reassume nesta data o mandato de Senador pela representação do Estado do Maranhão, o Sr. Mauro Fecury, Primeiro Suplente da Senadora Roseana Sarney, em virtude de licença concedida à titular.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que em decorrência da licença da Senadora Roseana Sarney, estou reassumindo nesta data a representação do Estado do Maranhão.

Atenciosas saudações. – **Mauro Fecury**

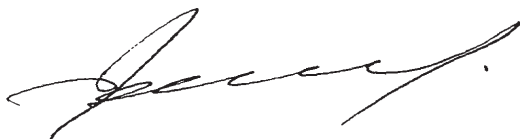
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Maranhão adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB

Nome Parlamentar: **Mauro Fecury**

Sala das Sessões, –



A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P – SOL – AL) – Com a palavra o Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª., Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, Srªs e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, graças a Deus chegamos a sexta-feira. Foi uma semana de muito vai-e-vem, em que o País parou para ouvir, lá na Casa vizinha, a Câmara dos Deputados, na Comissão de Ética, o Deputado Roberto Jefferson, que fez um rosário de acusações a Parlamentares, ao Poder Executivo, a ministros, diretores de autarquias. Enfim, fez uma denúncia que gerou uma CPI, a CPI Mista dos Correios. Vem a CPI do Mensalão e, no próximo dia 22, Senadora Heloísa Helena, parece-me

que o Supremo colocará em pauta a decisão do caso Waldomiro. Quatro ou cinco ministros já se pronunciaram e votaram a favor de que o Presidente desta Casa indique os nomes da CPI do Waldomiro.

Então, é bom que o País todo e toda a população brasileira se coloquem de alerta, porque vem aí mais uma CPI. Na realidade, é isso o que deseja o povo brasileiro. O povo brasileiro quer que se passem a limpo todas as denúncias do Deputado Roberto Jefferson. É uma surpresa para muitos. Tive oportunidade de, no dia seguinte e até o dia de ontem, abrir alguns sites deste País, que repetiram com muita frequência uma consulta ao povo brasileiro, e as declarações ou as acusações, seja como for, do Deputado Roberto Jefferson convenceram 70% da população brasileira. Isso deixa o nosso Poder, o Poder Legislativo em uma situação que deve ser bem analisada e estudada por todos nós.

Repito que temos uma oportunidade única de nos recuperarmos perante a opinião pública. E a única forma de fazê-lo, Senadores Mão Santa e Arthur Virgílio, Srªs e Srs. Senadores, é se apurarmos tudo: pessoas que foram citadas, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, outras denúncias que começam a chegar e, acima de tudo, o DNA que V. Exª há pouco traçava, Senadora Heloísa Helena, da CPI, batizada CPI Chapa Branca. Realmente ela tem esse DNA, porque tem a maioria do Governo, o Presidente do PT, o Vice-Presidente do PMDB, o Relator do PMDB, e a maioria é da Base aliada que defende o Governo do PT, o Governo de Lula.

Pois bem; eu sou daqueles que entendem que o maior presidente e o maior relator é a sociedade, é o povo brasileiro. Na hora em que a CPMI começar realmente a trabalhar, que os fatos forem surgindo, com o apoio da imprensa – tenho certeza disso, porque em todos os tempos tivemos esse apoio e agora teremos novamente –, aí sim, teremos a força do povo brasileiro, da sociedade, como aconteceu no passado. Tenho certeza de que acontecerá isso se os fatos denunciados se concretizarem. A partir daí, não tenho a menor dúvida, vamos conseguir apurar, melhorar e recuperar o Poder Legislativo. O caminho é só esse e mais nenhum. Com a ajuda de Deus, espero que isso aconteça.

Senadora, na época em que eu era Líder da Minoria, que está se transformando em maioria agora – e lembro do Senador Mão Santa nesta tribuna –, recordo-me do início tumultuado do Governo Lula em relação a V. Exª. E ainda ontem eu ouvi umas palavras aqui do Líder do Governo em relação à nossa estimada amiga, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que foi brutalmente expulsa de seu partido, e S. Exª a estava

defendendo, estava achando que era leninismo, era não sei o quê, não sei o quê lá mais, esquecendo-se de que o partido de S. Ex^a, até com o apoio dele e de muitos outros, havia expulsado V. Ex^a do PT, Senadora Heloísa Helena. É aquela história do PT: o discurso é um, a prática é outra. Mais uma vez isso se comprovou aqui neste plenário.

Fui solidário a V. Ex^a, fui solidário à Senadora Patrícia e serei solidário a qualquer parlamentar, porque se trata de uma violência expulsar alguém de um partido por uma questão ideológica; expulsar alguém que assume a verdade acima de tudo. E V. Ex^a tinha razão: o Brasil hoje sabe disso, principalmente o seu querido Estado de Alagoas.

Quando Líder, eu gostava de, na sexta-feira, fazer um pequeno apanhado das manchetes dos jornais de maior circulação. Hoje farei isso novamente. Contudo, para surpresa minha, como eram mais de vinte manchetes, tive de selecionar algumas para que houvesse tempo de lê-las.

Vejam V. Ex^{as} o que se registra hoje na nossa imprensa nacional.

Correio Braziliense, manchete principal: “A queda”.

Para não ficar num mesmo periódico, vamos ao **Jornal do Brasil**: “A queda do primeiro ministro”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu concederei depois...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentai bem: tem de ser agora, na queda.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É na queda?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O repórter se inspirou num filme, um sucesso, que está passando agora: sobre a queda de Hitler.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem.

Então, vou repetir: **Correio Braziliense**: “A Queda”; **Jornal do Brasil**: “A queda do primeiro ministro”; **Jornal do Commercio**, lá do nosso Pernambuco: “Cai Dirceu”. Está aqui, na seqüência: “A Queda”, “A queda do primeiro ministro”, “Cai Dirceu”.

Folha de S. Paulo: “Mensalão derruba José Dirceu”.

O Brasil está nos ouvindo e vendo por meio da Rádio e da nossa Televisão: são manchetes dos jornais de hoje.

Estado de S. Paulo: “Sob suspeita, Dirceu cai e deflagra ampla reforma ministerial”.

Em **O Globo**, lá no Panorama Político, a colunista Tereza Cruvinel diz “Dirceu vai à guerra” e faz o seguin-

te comentário: “Deixar o governo Lula, projeto de sua vida nos últimos 25 anos, foi uma decisão dramática para José Dirceu, que já havia chegado perto dela no caso Waldomiro”. Quer dizer, reincidente.

Depois dessa, vem uma outra manchete de **O Globo**: “Dirceu: ‘Lula, eu só errei numa coisa: deveria ter saído no caso Waldomiro’”. Aqui é réu confesso. É o próprio José Dirceu dizendo. Estou exatamente transmitindo e comunicando essas palavras a quem não teve oportunidade de ler essa manchete, principalmente lá no nosso Nordeste, em cidadezinhas pequenas, onde os grandes jornais não chegam – mas a **TV Senado** chega lá!

Outra manchete de **O Globo**: “Não me envergonho de nada”, frase de José Dirceu. Eu não sei como é esse “não me envergonho de nada”. Aliás, acho que não deve se envergonhar mesmo. Quem está envergonhado é o povo brasileiro, é o partido dele, são aqueles companheiros que acreditavam nele. Ele, tenho certeza de que não está.

Mas vejam o que vem depois do “Não me envergonho de nada”, outra manchete do mesmo jornal: “Vou continuar governando o Brasil como deputado”. Quer dizer, governou como ministro e agora vai governar como deputado. É bom que o Deputado José Dirceu entenda que são 513 deputados – ele e mais 512. Agora, para que ele possa governar a partir da Câmara, terá de se explicar ao Poder Legislativo, como Deputado. Ele terá de ir ao Conselho de Ética, da mesma forma como foi o Deputado Roberto Jefferson. Existem vários suspeitos, várias acusações. Tudo isso deverá ser defendido e provado por José Dirceu.

Vem a **Folha de S. Paulo** de novo e diz: “Dirceu cai vítima de seu próprio veneno”. Ora, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a conhece muito bem esse veneno não é? V. Ex^a andou por perto desse veneno na época em que era do PT.

O SR. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com soro antiofídico...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Graças a Deus, é o soro!

Diz a **Folha de S. Paulo**: “Dirceu cai vítima de seu próprio veneno”. Por quê? Porque se afastou dos companheiros, se isolou, com um projeto político pessoal, e assim por diante.

Vem o jornal **O Estado de S. Paulo** de novo. Diz a colunista Dora Kramer: “Atirando da planície”. Lá no meio, ela faz uma ressalva interessante: “José Dirceu sai tarde demais, com a majestade perdida e a reputação”. Está aqui, Dora Kramer, que todos os brasileiros gostam de ler: “José Dirceu sai tarde demais, com a majestade perdida e a reputação”. Estou lendo, estou

vendo aqui matérias em todos os jornais deste País, do Nordeste ao Sul do Brasil.

O jornal **O Estado de S. Paulo**: “Crise no Governo Lula. Volta para a Câmara é ato de humildade, diz Mercadante”. Que ato de humildade, hein? Se o cidadão é Deputado Federal e se licencia para ser ministro, ao sair do Ministério, como disse aqui Dora Kramer, com a majestade perdida e a reputação, ele volta a ser Deputado Federal. Que humildade? Se ele pensa em humildade mesmo, que renuncie a seu mandato de Deputado Federal e volte, com humildade, a ser um cidadão comum. Aí sim seria humildade. Não, mas ele precisa do mandato para se defender.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nobre Senador Efraim Morais, permita-me interrompê-lo – V. Ex^a, terá todo o tempo necessário, bem como o Senador Mão Santa e o Senador Arthur Virgílio – apenas para prorrogar a sessão por mais meia hora a fim de que todos possam falar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a e vou diminuir as manchetes.

Veja V. Ex^a, a seguinte manchete – depois dessa volta humildemente – do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Dirceu deve ser chamado a depor no caso Jefferson”. Não é só no caso Jefferson, vai ter que depor na CPI dos Correios e vai ter que depor na CPI do Waldomiro, que, tenho certeza, está chegando.

Aqui temos um artigo, cuja manchete dá para ler muito bem, desse extraordinário colunista Clóvis Rossi. Eu já o citei, aqui, neste meu mandato, por várias vezes, pela sua independência, pela sua transparência. Ele faz um alerta: “Sai Dirceu, entra PMDB, crise fica”. Isso porque não adianta sair Dirceu e alguns companheiros do PT e entrar o PMDB com mais dois ou três Ministros, tomando conta de alguns Ministérios. Não interessa. Eu sei que o PMDB tem uma grande Bancada na Câmara e tem a maior Bancada nesta Casa. Mas eu repito: nós temos o Presidente da CPI, nós temos a maioria da CPI, nós temos o Relator da CPI, Senador Arthur Virgílio, porque o Presidente da CPI, o Relator da CPI e a maioria da CPI, tudo isso é igual a povo brasileiro, à sociedade brasileira. E quando a sociedade quer, quando o povo deseja se apura tudo nesta Casa, faz-se tudo no Poder Legislativo, no Poder Executivo, até porque quem coloca e quem tira Presidente, quem coloca e quem tira Deputado e Senador é o eleitor, é o povo brasileiro.

Pois bem, então, como diria o Senador Mão Santa, atentai bem a imprensa e o povo brasileiro para esta manchete: “Sai Dirceu, entra PMDB, crise fica”. Vamos esperar pela reforma que se diz que vai acontecer na próxima semana.

Outra matéria que está tocando fundo a sociedade brasileira e a classe política é a manchete da **Folha de S. Paulo**, que diz: “Indicados do PT demitidos voltam a cargos nos Correios”. Senadores e Senadoras, esses companheiros que foram demitidos dos Correios estão sendo fiscalizados. Está sendo feita uma auditoria, a CPI vai chegar lá, mas, com uma pressa enorme do Governo, pessoas do PT demitidas voltam aos cargos nos Correios. A CPI não começou, não se teve ainda o primeiro depoimento na CPI dos Correios e os companheiros já estão voltando. Paciência!

Bom, só tem mais duas manchetes, Senadora, e acho que esta é a mais grave de todas. Está aqui no jornal **O Estado de S. Paulo**, o Estadão, a maior manchete, com letras garrafais. Diz aqui, Senador Mão Santa: “Denúncia aponta para contas do PT em Miami”. Vou repetir: “Denúncia aponta para contas do PT em Miami”.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Efraim.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Deixe-me terminar as manchetes, pois só tem mais uma.

Então, veja bem. A Deputada Denise Frossard diz ter ouvido histórias sobre mala preta do PT. É uma ex-juíza, hoje Deputada pelo PPS do Rio de Janeiro, que gera esta manchete: “Denúncia aponta para contas do PT em Miami”. Aqui não teve nenhuma manchete que foi feita por mim, pela Oposição ou por V. Ex^a, Senador Mão Santa, que é do PMDB de Ulysses Guimarães.

A última, é do **Correio Braziliense**: “Um substituto para Meirelles”. É o que vínhamos dizendo há tempo: é melhor o Presidente Lula afastar o José Dirceu, afastar outros companheiros do seu Partido, de outras legendas, inclusive o Meirelles, antes que o Supremo mande afastar. É isso o que o Brasil está esperando, é isso o que deseja o povo brasileiro.

Essas são algumas manchetes que estamos lendo para o povo, trazendo ao conhecimento daqueles irmãos que não têm oportunidade de receber **O Globo**, a **Folha de S. Paulo**, o **Jornal do Commercio**, **O Estadão**, o **Correio Braziliense**, o **Jornal do Brasil**, a imprensa em geral.

Escuto, V. Ex^a, Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Senadora Heloísa Helena não gosta de mordomia. A mordomia de S. Ex^a é zero. Vejo-a num carinho e tal. Mas eu gosto, moderada. Eu e o Fernando Henrique Cardoso – ele era Presidente, eu Governador –, gostamos de uma mordomia moderada. Senador Arthur Virgílio, não sei a sua, ainda não analisei muito bem, mas a da Senadora Heloísa Helena sou testemunha, porque somos vizinhos, é mordomia zero. Eu não, como Fernando

Henrique, gosto de uma mordomia moderada. Mas o PT, pelo que tenho observado, outro dia fui a uma viagem, é uma mordomia deslumbrada. Estão encantados! Então, essa conta em Miami tem que ser averiguada, porque eles estão deslumbrados. Miami é sinônimo de mordomia, de Disney World, de Key West. Então, isso tem que ser averiguado. Penso que vou pedir uma CPI da mordomia deslumbrada do PT.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem.

Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, meus caros Senadores, diante de todas essas manchetes e da saída do Ministro braço direito do Presidente Lula, do ‘Primeiro-Ministro’, da queda do Deputado José Dirceu, vou encerrar deixando bem claro e para a tranquilidade da sociedade brasileira que não vamos parar por aí não. Isso não resolveu nada! O brasileiro não quer saber quem está sendo demitido ou foi demitido por estar sob suspeita. É obrigação do Governo tomar essas atitudes. E aquela história se o ministro pediu, renunciou ou se renunciaram ou lhe tiraram, não se sabe. A realidade é que estão sob suspeita ele e outros. Tenho certeza de que o Presidente Lula não vai acatar muito os meus conselhos, mas sugiro a Sua Excelência que faça com todos aqueles que estão sob suspeita em seu Governo o que fez com o José Dirceu: exonerasse, demitisse, para que se possa apurar realmente os escândalos que envolvem o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Não paramos por aí. Vamos continuar, porque esse é um desejo do povo brasileiro. Vamos seguir esse rumo. Temos um rumo e é reto: é aquilo que deseja o povo brasileiro.

Vamos pedir a Deus que tenhamos uma semana mais produtiva. Essa crise só teve um lado positivo, que foi o Procon, aliás, o Copom; não, foi o Procon mesmo, pois foi a força do povo que exigiu que não subissem os juros. Então, o Copom funcionou de acordo com o Procon. O povo contestou, gritou, cobrou, e, com medo da crise, o Governo disse: vamos dar uma enganada, depois a gente volta. Espero que isso não seja verdade.

Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, tenham um bom fim de semana! Até a próxima segunda-feira, quando voltaremos para conversar, mais uma vez, com o povo brasileiro, fazendo a nossa missão de minoria e de Oposição: uma oposição responsável que busca resultados e que, acima de tudo, como deseja o povo, fiscaliza o Governo e procura passar a limpo o que acontece neste momento no nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Efraim Moraes.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Arthur Virgílio, pelo tempo que ambos entenderem necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão de sexta-feira, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação, o que vou falar, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a não viu – pode ter lido –, pois é muito novinha, tem uns 40 anos. Mas o Senador Efraim Moraes, com esses cabelos brancos, deve ter ouvido isso, assim como o Senador Arthur Virgílio, que também deve ter ouvido de seu pai, que participou dos fatos que vou relatar.

Senadora Heloísa Helena, tínhamos esperança, quando à época de Getúlio, dizia-se: “O Petróleo é nosso”. Essa frase é de 1953, de 1954. V. Ex^a não tinha nascido, Senadora, mas, estudiosa que é, conhece uma das campanhas mais bonitas deste País.

Houve a campanha dos gaúchos, a Farroupilha, que antecedeu a República. Era uma esperança para a libertação e foi sufocada.

Houve outras campanhas civilistas de Rui Barbosa, mas V. Ex^a presenciou as Diretas Já. Essa campanha do “O Petróleo é Nosso” foi, em todo o País, a salvação. Isso se deu em 1954, há mais de meio século. Sei que a Petrobras não é nossa, é da sem-vergonhice, é do descaramento.

Senadora Heloísa Helena, que petróleo é nosso?

Sebastião Nery, um dos mais inteligentes jornalistas deste País, eleito em Pernambuco, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, escreveu o artigo “PT e Gás”, em que diz: “Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, em 1995, o gás custava R\$4,80. Hoje, no Nordeste, é quase R\$40,00”.

Atentai bem! Essa velocidade no aumento do preço, ó Lula, deu-se no reinado do PT. Senadora Heloísa Helena, ouço a voz rouca da rua. Ontem, o povo mesmo – gosto do povo –, diante desses trágicos acontecimentos, disse: “Senador Mão Santa, PT é Partido Trágico, da tragédia!”

Parece até que tenho prevenção contra José, Zé, São José, embora eu seja Francisco. De jeito nenhum! Não tenho nada contra o Zé, o Zé Maligno. Sou a favor do Brasil, do povo do Brasil. Hoje, entra aqui outro Zé: Zé Eduardo Dutra. O Antonio Carlos Magalhães aqui veio, Senador Arthur Virgílio, e o batizou. Com a sua vida, a sua história e o seu poder, batizou o Zé Eduardo de Zé do Forró – e ele o é.

A Petrobras fugiu do seu sentido: do pensamento de Getúlio; da campanha “o petróleo é nosso”; do sentimento dos brasileiros; do sentimento de Arthur Virgílio,

o pai, que lutou, e do filho, que está aqui; do sentimento de Heloísa Helena, que viu isso na história, que não assistiu à luta, porque é novinha, é muito jovem. Senadora Heloísa Helena, que campanha bonita!

Mas quero dizer que isso é ridículo. Sou muito prático. Cirurgião é um homem prático. Juscelino era como nós, cirurgião, prefeitinho, foi médico de Santa Casa, Governador de Estado, sorridente, alegre, mas trabalhador. Até cassado ele foi. Mas é assim, sofrido.

Então, quero dizer que sou muito prático. A esse negócio de dinheiro, não dou muito valor. Existem outros valores: a fé, o amor, o estudo, o trabalho e o povo. Senadora Heloísa Helena, eu mensuro as coisas. Senador Efraim Moraes, nós aqui fizemos campanha todos juntos. A Senadora Heloísa Helena não a fez recentemente. O Senador Arthur Virgílio a fez.

Tenho um Tracker, aquele carrinho, um Jeep pequeno. Parece com o seu, Senadora Heloísa Helena; é só um pouquinho maior. E mensuro de forma muito simples: R\$50,00 enchia o tanque do Tracker, na campanha. Fui para a minha Parnaíba, no Tracker – gosto de ir com ele –, e coloquei R\$50,00 de combustível. Senador Arthur Virgílio, deu um terço do tanque. E nossa campanha foi outro dia!

Sou prático, então meço R\$50,00. Aí fui refletir. De repente, eu estava no Parlatino, na Venezuela de Chávez. Perguntei: quanto é para encher o tanque? Responderam-me que era R\$5,00. Lá a corrida de carro parece com a de um mototáxi do meu Piauí, de tão barata que é: R\$3,00, R\$4,00, R\$5,00.

Confesso – o povo do Piauí me conhece – que gosto de uma mordomia moderada. Ontem mesmo, fui com o PT, com o Senador Paulo Paim, defender o Quilombo. É a maior imoralidade, a maior vergonha! Não sei em que país estamos! É o Rio Grande do Sul, da Farroupilha, de Anita Garibaldi, de Bento Gonçalves, de Alberto Pasqualini, de Getúlio, de Brizola, de João Goulart, de Pedro Simon, de Paulo Paim! É uma vergonha! A área não dá meio hectare; são pouco mais de 4,5 mil metros quadrados. Um Quilombo sendo despejado! Que injustiça é essa!

Castro Alves dizia: ó Deus, onde estás que não vês tamanha vergonha e injustiça? Senador Arthur Virgílio, são três governos: federal, estadual e municipal. Por menos de meio hectare, despejaram-se os pobres negros que construíram esta Pátria e que lá estão há quase um século. Isso é uma vergonha!

Digo isso, porque fui prefeitinho, governei o Piauí e nunca permiti que isso acontecesse. E essa será a maior vergonha e desonra para o bravo povo do Rio Grande do Sul. Que justiça é essa? Não é justiça não! Justiça, Senadora Heloísa Helena, é aquela de Cristo: “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.”

A terra é de quem nela nasce, nela trabalha e nela mora. É uma família Silva.

E fomos lá fazer uma audiência. Nós, que somos católicos, sabemos que o grande mistério é o dogma da Trindade, três pessoas em uma só. Que se unam, esse Presidente aí – que está traindo o nosso Nordeste, a nossa sensibilidade –, o Governador, que é do nosso Partido, e o Prefeito.

Existem leis. Fui Prefeitinho e sei disto, Lula: qualquer Poder pode fazer um decreto de desapropriação, e eu fiz muito, para fim social. Aquilo é simbólico. É um quilombo, onde vivem famílias negras. Existe em todo o País.

E o nosso Zumbi, das suas terras, Senadora Heloísa Helena...permitir isso é uma vergonha.

Três pessoas em uma só: Pai, Filho e Espírito Santo. Juntem-se esse Presidente, o Governador e o Prefeito em uma só direção: a justiça que o povo quer.

E a nossa Petrobras? A Ministra fala em desmatamento na Amazônia, em Mato Grosso. E é o Nordeste que está sendo desmatado. Quero denunciar à Ministra, que vocês conhecem, eu só conheço alguns Ministros, porque são 40, com quem nunca me encontrei. Pior é desmatar o Nordeste e está sendo desmatado. Por que, Senador Arthur Virgílio?

Porque, lá, o gás custa R\$40,00, Senador Efraim Moraes. E o nosso homem honrado, o nosso caboclo tem que comer, e comida quente. O Lula não disse que não se deve comer frio? Então, lá ele precisa de carvão e está tirando madeira porque não tem dinheiro para comprar gás. Essa é a verdade, Senador Arthur Virgílio.

Se há desmatamento na Amazônia, no Nordeste é pior, porque há pouca. Estão desmatando para fazer carvão. Enquanto, na Venezuela, o botijão de gás custa R\$10,00, no Nordeste custa R\$40,00. Por quê? Porque o Zé do forró, o PT, o Partido da Tragédia, desviou o sentido.

Senador Arthur Virgílio, atentai bem: quando Getúlio deu início a esse sonho – e a Senadora Heloísa Helena ainda não havia nascido –, o imposto sobre a gasolina era de 4,8%. Os dados estão aqui. Hoje o imposto é de 59,2%. Motorista, quanto você está botando no tanque de gasolina? Eu só boto R\$50,00, mas para facilitar o entendimento, vamos supor R\$100,00. Desses R\$100,00, R\$59,20 são dados para o Governo.

Além disso, Senador Efraim Moraes, há o gasto com publicidade. Que propaganda, Zé do forró, a Petrobras precisa fazer? De produto bom não se faz propaganda. Sou médico e sei que apenas no início se faz propaganda do produto. Mas, depois que ele se consagra, Senadora Heloísa Helena, procura-se amostra grátis e não tem mais. Quem precisa do me-

dicamento é o médico para curar e o doente para se recuperar. Para que propaganda?

Observem o que gasta de propaganda essa Petrobras. E para quê? Vão fazer propaganda de oxigênio, de água? A gasolina, o gás, o óleo diesel, isso tudo encarece. A gasolina brasileira é a mais cara do mundo.

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Ex^a não gosta; o Arthur Virgílio ainda não sei, não fiz um análise; sei que Fernando Henrique gosta, e eu gosto, moderadamente. A Heloísa Helena, zero. Mas, na classificação, existe agora uma mordomia deslumbrada, a do PT. Está todo mundo deslumbrado. Ainda vou classificar.

Estive lá na Venezuela do Chávez e, como gosto de mordomia moderada, o povo me conhece – vou já sair para comer na casa do Heráclito, é bom... Então, Senador Arthur Virgílio, quando terminou esse Congresso, fui passear na ilha da Venezuela. Apareceu um brasileiro, e pedi para arrumar um táxi para as 4h, depois que eu e Adalgisa almoçássemos e repousássemos.

Andei na ilha da Venezuela. O passeio começou às 4h; o motorista recordava a história da ilha, da política, dava uma de *paparazzi*, e voltamos ao hotel quase às 21h. Quando fui pagar, R\$30,00, porque o combustível é barato.

Presidente Lula, se baixar o preço do combustível, a gasolina, o petróleo, o gás, você está ajudando a todos os brasileiros e brasileiras, principalmente os mais pobres.

Está no jornal, a Petrobras está nessa farra de distribuição de dinheiro para projetos – e não sou contra a arte e cultura. Mas o nosso Governo, Senador Arthur Virgílio, é estruturado: tem o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. É uma farra, uma simpatia, com o dinheiro alheio.

Eu faria só uma indagação ao Presidente Lula. Parece-me que, ontem, o Espírito Santo baixou e ele tomou essa decisão de limpar o núcleo duro, de arejar, de oxigenar. Vamos aguardar. O dólar chegou a quase R\$4,00. Atentai bem, Lula, medite, reflita. Tem que pensar. “Penso, logo existo”, dizia o filósofo. Pare para pensar. Não vai na onda desse Goebbels Duda Mendonça, que não dá. Mentira, mentira, mentira não se torna nunca verdade. A verdade é a verdadeira, é aquela, Heloísa Helena, que Cristo falava sozinho e ainda hoje chega: “De verdade em verdade eu vos digo...”

Gosto de uma mordomia moderada. Na posse do PT, eu antevi que não ia dar certo no meu Estado, e fui com a minha Adalgisinha, caladamente, a Miami, onde o PT abriu conta. Fui a Disney World. O dólar estava a quase R\$4,00. Vamos ser práticos, eu sou um homem comum. Tudo era caro. Nós fazíamos apenas

uma refeição e, graças a Deus, como o sanduíche era grande, eu dividia com Adalgisa e economizava.

Senador Arthur Virgílio, o dólar não baixou de R\$4,00? Dizem que nós ainda importamos petróleo, mas, alguma vez, baixou o preço da gasolina, do óleo diesel ou do gás de cozinha?

O Lula criou ou Fome Zero. Lula, a primeira coisa é gás para que o povo possa cozinhar e comer. O povo tem gás para dois dias na semana e para os outros cinco, não. Está caro no Nordeste, lá o botijão custa R\$40,00. O salário mínimo atual é R\$300,00, mas o povo gasta quase 15% com o gás.

Senadora Heloísa Helena, a sua colega Senadora que é também Ministra precisa saber que estão desmatando o Nordeste. Lá, o nosso pobre desmata para fazer carvão. Talvez o Senador Arthur Virgílio não saiba o que é isso, mas eles pegam os gravetos e vão queimá-los enterrados, para não ter combustão. É assim que eles conseguem se alimentar.

Para justificar tudo isso, eu queria apenas dizer que – atentai bem – o imposto era de 4,8%, na época de Getúlio; agora, é de 59,2%.

Em 1953, apenas o Imposto Único incidia sobre o preço da gasolina. A alíquota era de 4,8% do valor de revenda. Agora, está aí essa situação. Eu iria adiante: nos Estados Unidos, o litro da gasolina em dólar é US\$0.47; aqui, é US\$0.70. A renda deles é muito maior. Lá, um operário ganha US\$8.00 por hora. Como trabalha dez horas por dia, ele ganha US\$80.00. É o que o brasileiro ganha por mês, mas, lá, a gasolina custa praticamente a metade.

Como é isso? E dizem que somos quase auto-suficientes, mas em farra, em convênios, em contratos para promoção pessoal dos políticos do PT. Essa é a vergonha.

Vamos colocar essa farra em zero, na Petrobras, e diminuir o preço do combustível, Lula. Aí, estará dividido igualmente entre os brasileiros, baixando o custo de vida e proporcionando ao povo a oportunidade de comer quente, porque ele está comendo frio, ou então com carvão, desmatando.

Essas são as nossas palavras.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Senador, prorrogo a sessão por meia hora, para que V. Ex^a e o Senador Arthur Virgílio falem pelo tempo que julgarem necessário. Pode continuar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois continuemos:

O preço da gasolina na bomba, em março de 2004, no Rio de Janeiro, era de R\$1,95 (...) – paga-se mais de R\$1,00 de imposto, muito mais da metade, aproximadamente 60%. Nos Estados Unidos, Capiberibe, somadas todas as taxas, o percentual é de 26% .

Lá, há governo, progresso e oferecem-se segurança de retorno, educação e saúde.

Além disso, eles falam, Senador Arthur Virgílio, em lucro. A Petrobras teve lucro, lucro! Lucro com essa farra de gastos, não é? São pródigos em gastos desnecessários e não naquilo que é fundamental.

Dizem que a empresa ganhou, no último ano, mais de dez bilhões. Eu quero saber o que o povo ganhou. O povo!

Agora a Petrobras faz caridade com o chapéu dos outros. O povo não come, compra o gás, a gasolina e o óleo diesel mais caros do mundo, e os “bonitinhos” do PT (Partido da Tragédia) fazem filantropia.

Esse é um discurso de Antonio Carlos Magalhães. Foi ele quem inventou esse negócio de forró. O apelido de “Zé do Forró” não é meu, é do Senador Antonio Carlos Magalhães. A manchete era: “Petrobras financia forró petista na Bahia” e ele indagava como estaria Sergipe.

Recebi agora, Heloísa Helena, “A Festa Junina do Governo”. Já houve a festa de Santo Antônio, haverá a festa de São João e há uma modinha que já está sendo cantada.

Terminarei nossa festa com ela, porque muito mais que a oratória, as palavras, Senador Arthur Virgílio, a musicalidade comunica. Tanto é verdade, Senadora Heloísa Helena, que Salomão usava os Cânticos, os Salmos, cuja comunicação chega até hoje.

Estão cantando “A Festa Junina do Governo”, do PT, Partido da Tragédia:

Tem pamonha, quentão
e tapioca!
Bolo de coco, de fubá,
de amendoim!
Tem canjica, capeta e cocada!
Batata-doce, arroz-doce e pudim!
Nossa festa tem comida
o mês inteiro!
Aqui ninguém passa fome não!
Melhor que tudo isso:
tem dinheiro!
Porque junho é o mês
do mensalão!
Olha a propina!!!
É mentira!!!
Ó o mensalão!!!
Né comigo não!!!
Mão na cintura!!!
Tira a assinatura!!!
Tá todo mundo aí???
Olha a CPI!!!!

Essa é a crítica que nasce do povo do Brasil, porque a destinação de um povo são o trabalho, a riqueza e a felicidade.

As minhas palavras são no sentido de que o Divino Espírito Santo pouse em Lula, ilumine-o e transforme-o, para voltarmos a ter esperança.

Já falava o Apóstolo Paulo de três valores que Heloísa Helena sabe de cor: o amor, a fé e a esperança. E dizia Francisco, o santo: onde houver desespero, a esperança.

Essas são as minhas palavras para que o Presidente da República, com o seu PT, Partido da Tragédia, não tire a esperança de melhores dias do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pelo tempo que entender necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do PFL, Senador José Agripino, fez, hoje, uma referência muito sensata ao início desacertado dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a corrupção no Governo Lula, envolvendo, possivelmente, setores do Parlamento brasileiro.

O Líder pefelista abriu o jornal **O Estado de S. Paulo** e mostrou uma foto do Presidente, Senador Delcídio Amaral, do Relator da CPI, ilustre Deputado paranaense, de uma vice-Líder do Governo na Casa e dos técnicos de assessoria da Direção da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Dizia o Senador José Agripino – é claro que o PSDB endossa esse ponto de vista e parece-me que as pessoas de bom senso o farão também – que era um começo ruim, porque passava a impressão de vinculação, do tipo “Nós, do Governo, reunidos para traçar estratégia”, quando é fundamental que essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, até para não perder a credibilidade e chegar a algum lugar, deve procurar refletir a ansiedade da Nação por respostas efetivas e não fictícias em relação às denúncias que estão avassalando a consciência dos brasileiros.

No atropelo de anteontem e ontem, deixei de registrar da tribuna a repercussão, captada pela mídia que a Radiobrás envia para os Srs. Senadores, da eleição de dois membros do Governo para dirigir a CPMI.

Sr^a Presidenta, todos os jornais captados pela mídia da Radiobrás – com exceção de um jornal que cuida, basicamente, de Economia e, portanto, dos reflexos na política, a partir da economia, que é o **Valor Econômico**, e de um jornal do Rio de Janeiro, **O Dia**, que, na primeira página, cuidou do escândalo mas

não fez referência à expressão que agora vou citar -, de Pernambuco, da Bahia, o **Zero Hora**, que, me pareceu, com o mais agudo editorial, das dezenas de editoriais que foram publicados nos principais órgãos da imprensa brasileira, mencionaram as palavras “CPI chapa branca”, “Governo tenta controlar a CPMI”, “PT comandando a CPI”, ou algo parecido. Ou seja, o trabalho da Direção da CPI tem que ser o mais rigorosamente próximo da verdade, para que não desabe o descrédito, porque, se isso acontecer, será pior. Para a Nação, sem dúvida, um grande prejuízo. Ela quer a verdade. Para a Oposição, extremamente desagradável, porque será obrigada a adotar outras atitudes. Pior para o Governo. O grande perdedor de uma investigação deturpada haveria de ser o Governo, porque as cobranças estão sendo cada vez mais fortes na direção do Governo do Presidente Lula da Silva.

Digo isso porque a repercussão da CPI mostrou que o Governo perdeu uma batalha de opinião pública. Tentar passar como vitória o que na verdade foi uma vitória de Pirro, o Governo não conseguiu. Conseguiu passar a idéia da vitória de Pirro, aquela que não vale a pena.

Mais ainda, chamo a atenção para a desarticulação grave. Quero fazer um pronunciamento grave, um pronunciamento sóbrio. A desarticulação, que começa a intranquilizar todos nós no Parlamento, intranquiliza também a sociedade brasileira.

O Governo pode, eventualmente, dizer que uma rebelião no Plenário da Câmara, votos contra o Governo, e o Governo, não contando com isso, pode dizer que isso aí não depende dele, não depende do talento ou da falta de talento de seus articuladores. A mesma coisa no Senado. Afinal de contas, o Governo não elegeu os Senadores nem os Deputados; cada um se elegeu pelas articulações próprias. Mas o Governo pinçou do Plenário do Senado e do Plenário da Câmara 19 pessoas, Senadora Heloísa Helena, para o representarem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. As Oposições, 13 pessoas.

O Governo escolheu a dedo 19 pessoas e as colocou para atuarem na CPMI. Na primeira votação, os 19 do Governo caíram 17 e os 13 da Oposição viraram 15. Indago se isso é ou não é falta de controle, se isso é ou não é falta de pulso e de comando sobre uma situação que se está transformando em crise extremamente grave. Crise grave porque vimos, no episódio Collor, o Parlamento, de camarote, a cavaleiro, intervindo sobre o desdobramento da crise. Não estava em xeque naquele momento a autoridade do Parlamento. Vimos o episódio dos Anões do Orçamento, com o trauma da suspeição sobre 10 ou 12 pessoas, que foram cassadas, alguns foram absolvidos, envol-

vendo, quem sabe, 20 Parlamentares. Foi um escândalo, algo extremamente grave. Vimos o Executivo, a cavaleiro, observando a cena do Parlamento. Desta vez, estamos vendo uma crise do Executivo com reflexos muito profundos, marcados pelas acusações a três partidos políticos da Base de Sustentação ao Governo e, portanto, teoricamente, colocando sob suspeita mais de 100 Parlamentares federais, algo que é complicado e grave do ponto de vista da matemática; algo que é complicado e grave do ponto de vista de um Congresso, que não tem como não dar as satisfações todas à opinião pública; algo que é extremamente grave e delicado do ponto de vista de um Governo que, até pela sua própria sobrevivência, precisará mesmo tomar atitudes. Jamais vi um Governo que acionasse tão mal ou até que não acionasse os seus mecanismos de sobrevivência.

Digo a V. Ex^a, Sr^a Presidente, que os acontecimentos de ontem, a mim, provocaram sensações diversas, porque pude analisá-los ou, pelo menos, receber o primeiro impacto deles, olhando para mim mesmo – para dentro da minha alma, para dentro da minha vida pública – como alguém que tem obrigações a cumprir como homem público.

Então, o homem público que sou diz sobre a demissão do Sr. Ministro José Dirceu que ela era inevitável, chegou atrasada. Deveria ter vindo há mais de um ano, quando explodiu o escândalo Waldomiro Diniz.

Desta tribuna, dezenas de Senadores já se manifestaram quanto a não ser o Ministério mais o lugar adequado para a permanência do Sr. Ministro José Dirceu.

O homem público que sou, Líder de um partido de Oposição, insiste em que temos dois vieses para percorrer nessa luta pela apuração dos fatos. O primeiro viés, que interessa muito de perto à Nação, é darmos uma grande e cabal resposta às inquietações que pesam hoje sobre o segmento político como um todo. O Congresso está com a sua credibilidade no chão. O Governo está com a sua credibilidade no chão. O Presidente Lula está ameaçando jogar fora o patrimônio que construiu ao longo de uma vida de 60 anos de idade. O Partido dos Trabalhadores está em xeque. Uma história bonita de 23 anos de idade não deveria estar sendo arriscada em dois anos e meio de ação de governo. O homem público que sou diz que é preciso defender esta instituição secular que é o Congresso brasileiro. E só se defende o Congresso brasileiro com respostas e não com evasivas, com atitudes e não com meias palavras. Só se defende a saúde da governabilidade sem panos quentes e sim com apuração efetiva dos fatos, com atitudes e não com gestos de propaganda por parte do Presidente da República.

O ser humano que sou, ontem, deixou de lado todas as desavenças até pessoais com o Ministro José Dirceu e se pôs a pensar no fato de que, sendo o Ministro uma pessoa da minha geração e tendo ele trilhado, em algum momento, caminhos, de certa forma, afins com os meus; em outros momentos, não... A partir da redemocratização, felizmente, cada um pôde, sobretudo, tomar o seu próprio caminho. Era possível já aqueles que lutaram contra a ditadura se dividirem, porque a democracia nos sugere isso. Não tem que se trabalhar frente ampla, frente única. Se temos a democracia, esta é exatamente para os segmentos da sociedade exporem as suas divergências muito claramente. Mas dizia que, por mais divergências que tenha tido com a linha adotada pelo Ministro José Dirceu ao longo até do período da ditadura, uma visão, a meu ver, demasiadamente radical, às vezes, sectária do processo de enfrentamento da ditadura, mas eu dizia que foi ele um líder de sua geração, alguém que sonhou os seus sonhos e tinha o direito de sonhá-los, alguém que tinha até o dever de lutar pela realização dos seus sonhos. Chega ao poder e de maneira retumbante, porque foi o principal articulador de um Partido que ele havia sobremaneira ajudado a construir, o PT. Chega com legitimidade, força, para ser não um Ministro a mais, mas para ser o Ministro do Governo Lula. Chega para ser o grande articulador político de um projeto que, não tenho dúvida, ele e o Presidente Lula, supunham de efetivas mudanças no País.

Não me alegrei, não me contentei, não me dei por feliz com esse desfecho, não sei se momentâneo ou se é para sempre a duração desse crepúsculo. Pessoalmente, não me contentei, como adversário, porque estava muito acostumado a enfrentar o Ministro todo-poderoso. Não enfrento ex-Ministros. Não me contentei como alguém que supunha a intensidade dos sonhos que devam ter sido sonhados pelo Ministro José Dirceu, porque eu dizia para mim mesmo: afinal de contas, a tentativa terminou sendo desvirtuada e não foi o final brilhante que imagino que muitos dos que têm idade assemelhadas às nossas pudessem supor e desejar.

O Ministro alega que vem para o Congresso, e virá dentro da diretriz que melhor lhe aprouver. Não estou aqui para me imiscuir em questões internas ao Partido dos Trabalhadores. Estou para dizer que a adversidade logo, logo retornará.

Recebo o Ministro, sem prejulgamentos, no Congresso Nacional, de volta, como seu adversário. Estou inteiramente a sua disposição para tocarmos a luta; ele na sua trincheira, eu, na minha.

Afastando essa digressão sobre a questão pessoal, concentro-me nesse momento grave de crise, que, se Deus quiser, não se transformará em crise institucional.

Digo isso, Senadora Heloísa Helena, porque me criei num ambiente de contestação à ditadura militar e tenho raízes familiares. Meu pai foi Líder do Governo João Goulart no Senado, durante todo o tempo em que durou aquele Governo, acumulando com a Liderança do PTB da outra tradição, o Partido Trabalhista Brasileiro de Vargas.

Meu pai foi o primeiro Líder de oposição à ditadura militar. Portanto, aprendi que nunca fez bem à minha saúde pessoal e política nem fez bem à saúde política e de qualquer sorte da minha família a figura do golpe. Nunca fez bem. Nunca estivemos do lado dos que, no golpe, mandam prender. Nosso lado sempre foi dos que o golpe mandava prender.

Portanto, não brinco com a questão institucional. O meu ambiente é o da luta democrática, da efervescência da troca de idéias, mas, sob a égide de uma Constituição que jurei e juro respeitar, procurando mudá-la, atualizá-la e adequá-la aos tempos que surgem, mas não à idéia do clima de vivandeira, a idéia do clima de inquietação... Louvo termos hoje as Forças Armadas que não se manifestam, a não ser internamente – o cidadão tem o direito de fazer isso. Não se vê mais militar da ativa fazendo manifestações, até porque, em obediência à hierarquia e ao espírito das Forças Armadas, o ambiente é de absoluta normalidade democrática. Coloco-me e sei que essa é a posição do meu Partido, a posição de cobrarmos com clareza, com isenção e com força a apuração de todas as responsabilidades, isentando inocentes, indicando culpados, mas sem a preocupação de insuflarmos a crise, de querermos crescer na crise, de querermos fazer da crise um trampolim para nossas supostas aspirações de poder. Jamais me beneficiou crise, que pode desembocar no imponderável e jamais beneficiaria algum democrata neste País. Pode servir a aventureiros, e meu Partido não é de aventureiros. Pode servir a populistas, e meu Partido não é de populistas. Digo que esta crise assume proporções preocupantes.

Ainda há pouco, apartando o Senador Delcídio Amaral – eu citava Heiner, escritor alemão tão festejado. Às vésperas de o III Reich se consolidar, ele dizia: “Quando de noite penso na Alemanha, eu perco o sono”. Tenho perdido o sono pensando no Brasil do Presidente Lula da Silva. Corrupção por todos os lados, e ninguém esperava essa licenciosidade por parte de um governo dirigido pelo Partido dos Trabalhadores. Desacerto administrativo, incapacidades, falta de autoridade. O Presidente não está exercendo

seu comando sobre a Nação. Às vezes, demonstra um certo autoritarismo, uma certa impaciência com a crítica, mas não está sendo forte para comandar uma Nação que precisa de alguém forte para comandá-la, sobretudo porque, infelizmente, a meu ver, vivemos sob um sistema presidencialista.

O Presidente precisa perceber que seu papel é fundamental para que não fiquem dúvidas. Precisa mostrar que seu Governo, Sua Excelência principalmente, não tem rabo preso com quem quer que seja. Precisa mostrar que está mesmo disposto a ver todos os escaninhos das denúncias nas repartições públicas abertos, para que se possa fazer um julgamento muito preciso, passando o País a limpo.

Ainda há pouco, o Senador Delcídio Amaral – já concedo o aparte ao Senador Mão Santa –, Líder do PT e Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, dizia aqui que a denúncia sobre ele, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje, tem nome e sobrenome: Ildo Sauer, professor e diretor da Petrobras, homem muito festejado. Eu era Líder do Governo Fernando Henrique e me lembro que não havia um só evento do PT discutindo privatizações, sobretudo do setor energético, em que a palavra do Sr. Pinguelli Rosa não fosse convocada pelo PT e que o Sr. Ildo Sauer não fosse chamado a opinar.

Hoje, o Senador Delcídio Amaral disse para todos da imprensa, ali fora, e para mim pessoalmente, que o Sr. Ildo Sauer é um intrigante, forjador de dossiês e que não teria respeitabilidade pessoal. Eu disse para o Senador Delcídio Amaral que me espanto com esse tipo de comportamento, porque o Sr. Ildo Sauer poderia ter dito ao Presidente da Petrobras, que por sua vez teria de ter dito ao Presidente da República, da dificuldade que o Sr. Sauer poderia ter de conviver num governo com o Sr. Delcídio Amaral. Poderia dizer: Presidente, leal a Vossa Excelência, agradecido pela oportunidade de trabalhar para o País, eu, Ildo Sauer, saio se esse moço ficar.

Não essa coisa da intriga que está mostrando um principado decadente, um reinado decadente, algo de muito podre para tão pouco tempo de governo. Há intriga: nenhum gosta do outro, todos querem o lugar de cada um, todos entendem que é hora de boicotar alguém. A Oposição sente-se desempregada porque não consegue, nem que queira, impor crises a um governo que fabrica crises dentro das suas entranhas. Essas crises nascem dentro das entranhas do Governo.

Senador Mão Santa, já ouvirei V. Ex^a. Esse Governo vai ter de se pronunciar agora, se é que não se pronunciou. Ou demite o Líder, Presidente da CPI, ou demite o Sr. Ildo Sauer. A falta de comando gerará indisciplina em massa, e o fato de estarmos, graças

a Deus, numa democracia, não sugere que partidos devam ser indisciplinados, não sugere que governos devam ser desorganizados, não sugere que devamos ter todos os dias essas demonstrações de quebra de disciplina, de quebra de hierarquia, arrostando e enfrentando a autoridade do Presidente da República.

Estou muito preocupado com isso, porque, de repente, o céu se turvou. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um de seus artigos mensais publicados em dois jornais do País – **O Globo** e **O Estado de S.Paulo** – escreveu uma frase típica de quem viveu oito anos de governo, como ele. Recomendava ao Governo mais cautela, mais previdência, menos ufanismo, menos triunfalismo, dizendo que o quadro internacional não é ruim, que o quadro interno não é desfavorável, que nenhuma crise sistêmica está abalando o País e que não há nenhuma aposta contra a moeda brasileira. Ele dizia, Sr^a Presidente, que, neste mundo de hoje, as crises aparecem quando o céu está mais azul. Quanto mais azul o céu, maior a surpresa que governos e presidentes podem ter diante da crise. E o Governo passado foi obrigado a conviver com sete delas e obrigado a apreender a conviver com a crise durante uma sucessão de crises. E foi forjando sua experiência nos seus erros e nos seus acertos. Este Governo não sabia esta verdade, de que as crises aparecem quando o céu está mais azul, e houve a crise da economia americana na sua aterrissagem, na sua *hard landing*. Não sei nem se será uma *hard landing*. Pode ser uma aterrissagem *soft*, leve. É a crise da economia chinesa, que, em algum momento vai ter que se ajustar, cambialmente, por exemplo; o recrudescimento da crise na Argentina, ao contrário, pois a Argentina hoje está vivendo um momento não sei se de definitiva saída – não sinto que seja assim –, mas de algum alívio. Voltou a ser um grande comprador dos produtos brasileiros, que havia deixado de ser no segundo Governo do Presidente Fernando Henrique. Não sei.

A crise não é de fora para dentro. É uma crise das empresas brasileiras? Não. É uma crise da sociedade brasileira? Não. É uma crise do Governo, marcada por denúncias fundas, fortes, graves, de corrupção; é uma crise marcada por uma relação promíscua entre o Executivo e o Legislativo, ameaçando a estabilidade de dois poderes; é uma crise que a todos nos desmoraliza, Senador Mão Santa, e que tem de ser resolvida e decidida a partir do bom-senso, da firmeza de caráter e de gestos a favor do país.

Ouçó, com prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, hoje o País deve ter gratidão a V. Ex^a pelo seu comportamento. Entendamos o *to be or not to be* dessa

questão, o ser ou não ser. Só há Governo e Oposição. V. Ex^a cumpre seu papel. Não há democracia sem isto: os três Poderes, por inspiração de Montesquieu, um freando o outro. V. Ex^a tem dado esse freio, o que também cabe a nós, que estamos na Oposição. Estamos na nossa trincheira: a Senadora Heloísa Helena, na Presidência; V. Ex^a, na tribuna; e eu, no plenário. Mas o que povo nenhum, em regime algum, pode viver é a esperança. O Apóstolo Paulo disse: amor, fé, esperança. E, hoje, na democracia, a esperança é a alternância de poder. Essa alternância é uma conquista, está dentro da democracia. A própria Senadora Heloísa Helena propõe isso; S. Ex^a é essa esperança de alternância, na Oposição, oferecendo um novo Partido e seu nome à Presidência. E V. Ex^a tem dado essa confiança ao País, essa esperança, pela autoridade com que tem feito uma oposição preparada, consciente, correta. Nunca vi V. Ex^a dizer “Fora, Lula” – aí, sim, estaria tudo acabado. Não, V. Ex^a está pregando a essência da democracia, uma Oposição forte, que ainda dá ao povo esperança na alternância de poder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela fraternidade com que sempre se dirige a este seu companheiro e admirador.

Procuro marchar para o encerramento, Sr^a Presidente, dizendo que a cena de ontem, do Palácio do Planalto, que seria – e foi apresentada assim – de despedida do Ministro José Dirceu – que retornaria para assumir seu mandato, conquistado nas urnas de São Paulo, primeiro me causou um grande impacto. Praticamente os Ministros todos, um deles, uma figura que sempre respeitei e com quem sempre lidei muito bem, um deles com um risinho no canto da boca. Atrás, não entendi: um risinho meio alvar, atoleimado; quero creditar que não por satisfação pelo episódio, mas talvez pelo impacto emocional do momento. Estranho, aquilo ali dava para tudo, até para chorar – e alguns choraram –, mas, para rir, não. Posso estar enganado, podia ser algum cacoete.

O que me preocupou naquele evento – fui Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; vivi, digamos assim, o peso daquela liturgia do poder, algumas coisas que podem acontecer, não no Congresso, mas no Palácio, porque é outra a cultura – é que percebi, naquela despedida, uma cena inusitada: o Ministro José Dirceu não me dava a impressão de ser um Ministro demissionário, mas, sim, um presidente renunciante. Para mim, aquilo teve um forte simbolismo; foi carregado de marcas, de símbolos fortes. Todo o Ministério, diretrizes, enfim, aquilo me deixou com alguma pulga atrás da orelha.

Olhei a figura do Presidente Lula, onde estava Sua Excelência. A pergunta era: cabia, ou não, o Presidente Lula ali? Mas, no Palácio, não caber o Presidente? Uma festa no PT, quem sabe? Não é razão para festa, mas uma reunião no PT quem sabe coubesse? Ali, no Palácio, onde já trabalhei, parece-me que não cabia. Parece-me que se mostrava algo que pode ser parte da explicação psicológica que buscamos para essa crise de poder, de legitimidade, de autoridade.

No mais, digo da minha preocupação e do meu compromisso com meu País. Cada um haverá de contribuir para a solução dessa crise da melhor maneira. O PSDB saberá fazer do seu jeito o seu papel. O PSDB será inflexível nas apurações e procurará ser justo o tempo inteiro. O PSDB tem compromisso com as instituições democráticas brasileiras; não tem o compromisso de apadrinhar quem se tenha envolvido em ações malfeitas. O PSDB tem compromisso com a estabilidade da democracia, e isso é inarredável. O PSDB tem, por outro lado, a plena consciência de que está integrado a instituições que não podem silenciar neste momento, e uma delas é o Congresso Nacional.

O Ministro José Dirceu haverá de fazer a sua parte. O Presidente Lula que faça a sua. Que cada um cumpra com o seu dever. É a sensação mais nítida que me vem à cabeça. Que cada um cumpra estritamente com seu dever. Que cada um dê o melhor de si. Que cada um faça a sua parte. Que cada um seja o mais generoso que conseguir. Que cada um seja o mais bravo possível, usando a mistura da sua inteligência com a sua bravura, a favor do País. O Brasil, a depender de mim, terá rotina de governos que se sucederão uns aos outros, em eleição, e com a faixa presidencial passada de um Presidente para outro, em praça pública, como aconteceu de Itamar para Fernando Henrique Cardoso, como aconteceu de Fernando Henrique para Lula. Não importa se gosta, se não gosta, se está satisfeito ou não: é dever de um Presidente governar do primeiro ao último dia do seu governo e passar a faixa presidencial para quem venceu as eleições. Esse é um dever e ninguém pode fugir dele, se porventura investido na Presidência da República.

Não cabem mais aquelas molecagens do passado. Não cabem aquelas fragilidades, coisas do tipo Figueiredo não gosta de Sarney, então sai pela porta dos fundos. Não cabem mais situações, por exemplo, como o Senador Silvestre Péricles de Góes Monteiro* Governador de Alagoas, espalhando fezes pelo palácio do governo, para não homenagear o eleito pelo povo, o depois Senador Arnon de Mello*. Não cabe mais isso. É dever de um Presidente governar do primeiro dia, já nas festividades, até o último minuto, na entrega da faixa presidencial. Isso significa que o Presidente deve

ser o principal guardião da legalidade. Deve ser ele o principal zelador da governabilidade. Cabe aos demais segmentos dar o seu quinhão de contribuição. Mas o peso da governabilidade recai sobre as costas do Presidente da República no presidencialismo.

Se o regime fosse o parlamentarismo, Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr. Senador Mão Santa, teríamos uma solução simples. O Brasil não está – sou parlamentarista e respeito quem não é – pronto para o parlamentarismo, até porque seu povo não o deseja, e eu, como parlamentarista, não prego esse regime como solução do tipo que é remendo para crises que possam estar ocorrendo. O parlamentarismo tem de vir, ou não, de acordo com a maturação histórica do povo brasileiro.

Mas, se fosse uma crise no parlamentarismo, o Presidente da República estaria às voltas com as suas obrigações de Chefe de Estado, com a orientação da política externa, e o Primeiro-Ministro teria caído. Com a sua queda, o parlamento seria dissolvido, e haveria uma nova eleição para todos nós. Nós iríamos para uma eleição. E veja, Sr^a Presidente, como o parlamentarismo poderia oferecer uma saída sábia (cassa, não cassa, vai cassar trinta, vai cassar dez, não vai cassar nenhum, vai cassar cem, não sei): uma convocação de eleição para daqui a dois meses daria ao povo oportunidade de cassar todos esses que supostamente não mereceriam retornar ao Parlamento, por estarem crivados de desconfiança no campo ético. Poderíamos rapidamente resolver essa questão. Um novo ministério entraria, sangue novo, compromissos com a democracia renovados, compromissos com a ética por exigência do próprio povo, a figura do gastador de campanha eleitoral, das campanhas muito caras, esse também seria apenado, porque cada dissolução de gabinete – e pode acontecer uma agora e outra daqui a quatro anos, mas também daqui a três meses. E eles perceberiam que, no parlamentarismo, não valeria a pena gastar tanto dinheiro assim, para se eleger. Mas, não, estamos sob a égide do presidencialismo, que deploro mas aceito e cabe ao Presidente exercer a liderança, e a liderança é dele, não é do Sr. Duda Mendonça, Senador Mão Santa; a liderança é dele, não é do ex-Ministro José Dirceu, Sr^a Presidente; a liderança é do Presidente, não é minha, a liderança não é do meu partido, a liderança não é de ninguém do PT, a liderança não é de nenhum segmento da sociedade, a liderança não está em o Presidente encher o seu Ministério de medalhões, está em encher o seu Ministério de pessoas corretas, pessoas competentes, ele comandando essas pessoas, ele articulando essas pessoas, ele dizendo a essas pessoas qual é o caminho pelo qual ele pretende fazer o Brasil trilhar, para dar

satisfação a 53 milhões de pessoas que o colocaram, tão cheias de esperanças, no Palácio do Planalto.

Portanto, se eu pudesse hoje dirigir algum tipo de prece em favor de alguém, orar, me dirigir a Deus pedindo por alguém, eu pediria pela lucidez do Presidente Lula, eu pediria para que o Presidente Lula olhasse para dentro do seu coração, sinceramente para dentro do seu coração, sem dichotes, sem risos de meia boca, aquele riso em que metade está preocupado com a crise e outra metade finge que sorri, sem isso. O Presidente Lula precisa olhar de frente para si próprio, olhar de frente para a Nação, o Presidente Lula precisa prezar e preservar a bela biografia que fez tantos de nós discordarmos dele, passarmos a vida toda entre alianças e entre discordâncias, mas admirando a figura do Presidente Lula, respeitando a sua integridade, respeitando toda a sua trajetória de vida, tudo que passou, tudo que sofreu, tudo que viveu.

Está nas suas mãos, Presidente, neste momento, até salvar o seu Partido, que não é o mais importante para o País, mas está nas suas mãos, Presidente, tomar uma atitude pelo Brasil, uma atitude que, ao mesmo tempo – isso também não é o mais importante – resgatará a sua biografia. Mas, sobretudo, Presidente Lula, pense no País. O País não pode, por falta de liderança de sua parte, interromper essa série que já se vem tornando bonita na história brasileira, essa série de presidentes que começam o seu mandato no primeiro dia, terminam no último dia, e terminam no último dia cumprindo com o seu dever, com erros e acertos, e passam a faixa para o próximo Presidente da República, diante do povo. Isso acontecendo durante 50, 100 anos, é que vai criar a cultura de que o Brasil é uma democracia inarredável. Isso é que vai criar a cultura de que o Brasil é um país de regras fixas, não é um país aberto para aventureirismos e para experiências que se podem casar com o caos.

Portanto, se eu tenho o dever – e o faço por dever – de criticar e fiscalizar o Presidente Lula, eu diria que, talvez, em nenhuma das vezes em me tenha dirigido a S. Ex^a da tribuna possa ter usado de tanta boa-fé e de tanta sinceridade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arhur Virgílio.

Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Lucia Vânia e Teotonio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “*Degradação política*”, de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicado no jornal Folha de São Paulo do último dia 21 de maio do corrente.

Marcado pelo desajuste administrativo de um governo incompetente, o panorama atual da política brasileira tem se caracterizado por escândalos de corrupção e um descompasso total entre ações do Executivo e do Legislativo.

O autor afirma que a estabilidade econômica, baseada exclusivamente por uma ortodoxia extremada do Banco Central, pode ser atingida duramente pela atual desordem política do governo: “Ocorre que, em alguns momentos, a crise política transborda e contamina a economia. Quando, e se, isso acontecer, será rápido e fulminante.”

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Também ocupo a tribuna, Sr. Presidente, neste momento para comentar o artigo intitulado “*Fadiga dos metais*” de autoria do ex-Ministro do STF Mauricio Cor-

reia, publicado no jornal Correio Braziliense do último dia 22 de maio do corrente.

O artigo comenta as tentativas do governo de impedir a instalação da CPI destinada à apuração de atos de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Aponta também o erro político da base do governo no Senado Federal em rejeitar o nome do consagrado jurista Alexandre de Moraes, indicado pela Câmara dos Deputados, para fazer parte do Conselho Nacional de Justiça.

O autor alerta para a desordem política e fadiga administrativa do atual governo e que a sua apatia pode comprometer a estabilidade das instituições democráticas do país.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Degradação política

BRASÍLIA - Os acontecimentos no Congresso desde o caso Waldomiro, há mais de um ano, indicam uma degradação crescente nas relações políticas entre o Palácio do Planalto e o Poder Legislativo. Ainda é impossível enxergar onde dará esse acelerado processo de falta de respeito mútuo. Coisa boa é que não será.

Com menos de dois anos e meio de mandato, Lula tem dois cadáveres insepultos entre seus 36 ministros (Romero Jucá e Henrique Meirelles), duas CPLs explosivas na bica para serem instaladas (a dos Correios e a dos Bingos, que trará Waldomiro Diniz para a ribalta) e uma base de apoio que assina pedidos de investigação contra si própria.

O esfacelamento do nível de debate dentro do Congresso pode ser medido pela insignificância de certos personagens em cargos relevantes. Fora do mundinho da política, poucos sabem dizer, por exemplo, o nome dos líderes de partidos como PMDB e PL na Câmara. São os famosos José Borba (PR) e Sandro Mabel (GO), respecti-

vamente. Muitos dos 513 deputados se transformaram em radicais livres que não atendem a nenhum tipo de orientação.

Num café da manhã com Lula no Palácio do Planalto, no meio da semana, alguns líderes partidários levantavam-se da mesa para atender chamadas telefônicas em seus celulares. Mais do que uma falta de respeito, um sinal da sem-cerimônia com que as instituições da República se relacionam nestes tempos estranhos.

É certo que a economia do país continua em um nível de estabilidade ainda incomparável com épocas passadas —apesar da ortodoxia extremada do BC. Tem sido comum no Brasil a economia sustentar a política. A regra é quase planetária. O bordão “é a economia, estúpido” propagou-se dos EUA para o mundo.

Ocorre que, em alguns momentos, a crise política transborda e contamina a economia. Quando, e se, isso acontecer, será rápido e fulminante.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

OPINIÃO

Fadiga dos metais

MAURÍCIO CORRÊA*Advogado*

Na última semana foi completada a coleta de assinaturas, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para a instalação da comissão parlamentar de inquérito destinada à apuração de atos de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A reprodução da gravação feita por um empresário com o então chefe de Contratação e Administração de Material do órgão — este indicado por parlamentares da base de apoio do governo, conforme publicado pelo *Correio Braziliense* na edição de 19 passado — traz ingredientes e particularidades que demandam severa e inadiável apuração. Na Câmara, 222 deputados subscreveram o documento, e no Senado Federal, 44, o que ultrapassa de sobra o quorum constitucional exigido de um terço dos parlamentares de ambas as casas, conforme estabelece o § 3º do artigo 58 da Constituição Federal.

Se não ocorrer o refluxo de assinaturas por pressão do governo, como já se verificou em hipóteses parecidas, e o quorum atingido para a abertura não cair, estar-se-á diante da primeira CPI a ser instaurada na vigência do mandato do atual presidente da República. Lembre-se que, embora perfeito o número constitucional de subscrições, é possível que tudo volte à estaca zero, como se deu, por exemplo, com o requerimento de assinaturas para a abertura da CPI que visava à apuração das circunstâncias, até agora não bem esclarecidas, do assassinato do prefeito Celso Daniel, de Santo André, SP.

O que seria inimaginável aconteceu também nesta semana no Senado. Depois da aprovação do nome do jurista Alexandre de Moraes, secretário de Cidadania e Justiça do Estado de São Paulo, vitorioso na Câmara dos Deputados por 183 votos contra 154 dados ao secretário de Assuntos da Reforma

do Poder Judiciário, órgão do governo federal, o nome do aprovado foi ali rejeitado. Obedecendo-se a que critério? Sem dúvida, a simples questiúnculas políticas. Ora, derrotar o candidato do governo por alguém ligado ao PSDB e que serve ao governo tucano de São Paulo é demais, pensaram.

A atribuição do Senado que se limita exclusivamente à avaliação técnica da existência ou não dos pressupostos para o preenchimento da vaga reservada pela Emenda Constitucional 45 à Câmara dos Deputados jamais poderia ter qualquer sentido de vinda, desbordando-se para atitudes dessa natureza, que demonstram vilania e pequenez. Pena é que o CNJ vai se privar da participação de nome tão qualificado e competente. Além de uma clara desconsideração à Câmara, não me parece que o Senado tenha sido feliz ao recusar o nome do professor, respeitado e admirado em todos os meios acadêmicos e judiciários do país.

Há um bordão nos meios parlamentares que diz que se sabe como começa uma CPI, mas não se sabe como acaba. O atual contexto político é conturbado e preocupante. As relações entre a comunidade política e o Planalto estão cada vez mais se definindo. A operação montada pela Polícia Federal para adiantar-se às ações da CPI tem o nítido propósito de esvaziar suas ações e desmoralizá-la. Apressando-se às investigações, espera o governo que possam surgir fatos que frustrariam o início das atividades do órgão.

Para atingir essa meta, o importante é procrastinar a leitura em plenário dos requerimentos e valer-se de outros expedientes eticamente não muito recomendáveis, se é que se pode falar em ética política quando se trata, nesse terreno, das constantes atitudes do presidente da República. Mais ainda, depois que o seu imaculado partido até antes de sua posse, negando todas as pregações de vinte anos pós-fundação, admitiu fazer parcerias políticas não

muito ortodoxas em sintonia com a linha de conduta que preconizava para o Brasil.

Tal é a situação de risco que corre o governo que já no começo do próximo ano, se chegar até lá, porque lhe faltam alternativas, deverá tentar remodelar a estrutura que lhe dá apoio nos meios parlamentares, na busca de recuperar o prejuízo sofrido, com alterações a serem feitas com o ingresso de novos atores para atuar nessa frente. Já imagino quais seriam os personagens que poderão compor esse núcleo que já se prepara para um choque de ações. 2006 será o ano das eleições e o presidente, se já não pensava efetivamente em administrar o país, agora que sua obsessão é a reeleição, aí é que não faz mais nada.

O grande problema é saber até quando continuará com esse estilo pachorrento de total letargia e de congênita indecisão no comando dos deveres funcionais de chefe da Nação, mantendo pessoas em altos cargos, que há muito deveriam ter sido exoneradas ou pelo menos afastadas, até que as acusações contra elas — que até agora, como se sabe, são graves — sejam devidamente esclarecidas. Essa providência seria o mínimo que o povo brasileiro aguardaria de seu presidente. Mas dele, infelizmente, não se pode esperar mais nada. A não ser contabilizar apoios para a reeleição.

Como é sabido, os aviões têm idade-limite para voar pelo desgaste natural dos metais de que se compõe sua fuselagem. É o que se chama de fadiga dos metais. Tantas são as trapalhadas do governo, tamanha é a sua indolência, indecisão, inapetência, e carência de aptidão nas relações da administração do cotidiano da vida política, que não é exagero afirmar que também ele está a padecer do mesmo mal.

Esperava-se que esse cansaço viesse a demorar mais. A incompetência, entretanto, é tão explícita que, precocemente, a mesma doença atacou os humanos que habitam o Palácio do Planalto. É a fadiga dos metais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O ridículo e os escroques”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** na sua edição de 20 de maio do corrente.

O artigo diz respeito aos comentários dados Senador Aloizio Mercadante, no qual afirma que a crise política enfrentada atualmente pelo país é na verdade uma tentativa das elites de desestabilizar o governo do presidente Lula.

O autor enfatiza que essa indagação foi duramente criticada por seu companheiro de partido Delcídio Amaral, e ainda acrescenta que “o grande erro do partido, que é também uma espécie de corrupção, é ter cometido fraude eleitoral”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Outro assunto que me reporto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é que venho cerrar fileiras com milhares de farmacêuticos, sobre quem o Estado brasileiro resolveu, há bem pouco, descarregar um pacote de medidas intimidativas. Para os profissionais da área, trata-se simplesmente da proibição terminal da manipulação de determinados medicamentos, se estes coincidirem na forma e na concentração com aqueles já produzidos pela indústria.

Sem dúvida, tais medidas visam apenas ao impedimento do exercício profissional da categoria diretamente relacionada à farmácia de manipulação, pela qual, de acordo com uma imagem bastante difundida no País, a população brasileira menos privilegiada nutre uma incomensurável simpatia. Mais que isso, na linguagem dos próprios profissionais, eles representam, junto ao povo, parcela diferenciada em consciência e qualificação na saúde pública.

De forma sintética, o documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que é denominado “Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em Farmácias”, consiste em estabelecer novas regras e restrições à prática da manipulação farmacêutica. Seguindo literalmente o texto, “trata-se de fixar os requisitos mínimos exigidos para a avaliação farmacêutica da prescrição, manipulação, fracionamento, conservação, transporte, dispensação de preparações magistrais e oficinais, alopáticas e ou homeopáticas e de outros produtos de interesse da saúde.”

Não sem razão, a Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais protesta, com muita indignação, contra as iniciativas reguladoras descabidas da Anvisa. Tal será o caso, por exemplo, com a proibição da manipulação da isotretinoína, substância essencial ao tratamento de pele, por meio da qual inúmeros farmacêuticos brasileiros confeccionam seus produtos.

Isso, naturalmente, implicará uma redução drástica do espaço econômico das farmácias no mercado

dos produtos de beleza. A bem da verdade, segundo especialistas econômicos, para a farmácia, o ramo dos cosméticos equivale, *grosso modo*, ao próspero mercado dos celulares no meio da indústria telefônica.

Sr. Presidente, o expediente da “consulta pública” a que a Anvisa, hoje, recorre para legitimar a imposição de regras draconianas aos farmacêuticos não pode carregar outro significado senão aquele comum aos poderosos de plantão, para quem a vitrine democrática serve mais como um cosmético engabelador que um transparente recurso para a visibilidade política. Na verdade, desprovido de uma discussão mais ampla e verdadeiramente democrática, o Estado brasileiro promove, no lugar, um jogo de cena autoritário, descendo goela abaixo tudo o que despoticamente determina.

Após o lançamento da tal “consulta pública”, a necessidade de se resguardar dos “avanços” normativos impostos à profissão pela Anvisa tem sido a tônica invariável das discussões entre os farmacêuticos brasileiros. Indignados com a proibição sobre a manipulação, não se conformam com as aberrações encerradas nas demais medidas, como aquela que proíbe qualquer propaganda de produtos, mesmo de cosméticos, junto à classe médica e à própria população.

Consequência imediata desses atos governamentais será, inevitavelmente, a liquidação da visita médica pelo farmacêutico e de tudo o mais que dela se pressupõe. Isso implicaria, entre outras coisas, o banimento da integração multiprofissional, a partir da qual melhores condições de vida poderiam ser oferecidas ao cliente/paciente, o ápice do chamado “triângulo da saúde”.

Restou ao farmacêutico, portanto, apenas a produção de associações medicamentosas, e, mesmo assim, desde que o profissional que as prescrever justifique tal manipulação e desde que a indústria não as produza. Vale frisar que, até bem pouco tempo atrás, era uma prática comum que, no Brasil, farmácias legalmente estabelecidas manipulassem medicamentos liberados junto a médicos, a outros profissionais da saúde e à própria população.

Em outras palavras, para o profissional de farmácia, a suspensão do ofício da manipulação de medicamentos significará a brutal extinção da categoria. Na sequência do cinismo, o Estado faz vistas grossas diante do descalabro em que se converteu o alastramento das tais casas de “produtos naturais”. Até onde se sabe, não há qualquer política por parte da Anvisa que restrinja as atividades dessas casas, tampouco medidas que lhes possam cobrar exigências mínimas de funcionamento dentro das regras da saúde pública brasileira.

Em suma, o retorno ao tempo do “farmacêutico balconista” nada mais será que a consagração do retrocesso na saúde pública, privilegiando os gigantes laboratórios farmacológicos, que já controlam quase todo o mercado mundial. Enquanto à indústria se concedem benefícios os mais variados, ao profissional da farmácia reservam-lhes as mais severas e injustas restrições de trabalho.

Ora, se, de fato, os farmacêuticos são os responsáveis pelo estado deplorável da saúde pública brasileira atual, que isso, então, seja denunciado de forma categórica, aberta e fundamentada em evidências inequívocas. Caso contrário, não se pode tolerar tão aviltante golpe do Estado brasileiro contra uma classe profissional já tão massacrada pelas condições estreitas de trabalho.

De todo modo, para encerrar, Senhor Presidente, manifesto apoio ao pleito dos farmacêuticos, na direção da busca de um diálogo mais democrático com os dirigentes da Anvisa. Nesse sentido, graças à sensatez da Agência, soube que o prazo da “consulta pública” foi ampliado para mais noventa dias a partir de 20 de junho. Que isso, por fim, sinalize para uma convergência mais harmoniosa entre os diversos interesses envolvidos na questão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 4 de junho do corrente, de autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira.

No seu artigo, o Deputado descreve o que via na foto do jantar oferecido pelo Deputado Roberto Jeffer-

son, ao presidente Lula, em seu apartamento em Brasília: “Se fosse escolher um bom cenário para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambigüidade. De um lado, o corpo arredo; de outro, aquela frase: ‘Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson’”

Segue, em seu lúcido artigo, dizendo que após algumas semanas, foi amplamente noticiado que “Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente”. Lula talvez não imaginasse as conseqüências do jantar.

Finalizando seu artigo, o Deputado Fernando Gabeira conclui: “Levarei muitos anos para justificar a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

O ridículo e os escroques

SÃO PAULO - O problema de que padece o governo do PT não é apenas de desarticulação política. É também, e principalmente, de incompetência pura e simples.

Em meio à catarata de exemplos que poderiam ser invocados para provar a hipótese, a mais recente vem da boca de Aloizio Mercadante, o líder do governo no Senado, para quem a crise é uma tentativa da elite de desestabilizar o governo Lula.

Tão ridículo, mas tão ridículo, que coube a outro petista ilustre, o senador Delcídio Amaral (MS), tentar acordar seu colega: “Ô, Mercadante, a elite somos nós”, disse Amaral, segundo o “Painel” desta Folha.

Para ganhar lugar no panteão mundial de tolices, Mercadante poderia ter acrescentado que a conspiração que só ele vê está sendo financiada pelos grandes banqueiros, insatisfeitos com o maná do céu que é para eles o governo do PT.

Como se sabe, grandes banqueiros são do andar de baixo, jamais da elite (pelo menos deve ser essa a visão do agudo analista Mercadante).

Com analistas desse calibre, o governo só pode afundar mais e mais na, digamos, desarticulação. Mas, feita essa observação indispensável, convém deixar claro que o PT não é nem remotamente o único culpado pela desagregação política visível a olho nu.

O grande erro do partido, que é também uma espécie de corrupção, é ter cometido fraude eleitoral: vendeu a mudança e está entregando a continuidade. Vendeu a pose de campeão mundial da ética na política e está entregando as mesmas operações-abafa velhas conhecidas.

Mas os outros partidos não têm moral para tirar casquinha em cima dessas grossas ranhuras na antiga vestal da política tupiniquim.

Se fossem sérios, PDT, PL, PMDB e PP teriam, para começar, expulsado os seus deputados estaduais flagrados em extorsão ao governador Ivo Cassol (RO). São escroques, e partido que abriga escroque é cúmplice. Não há duas interpretações nesse ponto.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 4 de junho do corrente, de autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira.

No seu artigo, o deputado descreve o que via na foto do jantar oferecido pelo deputado Roberto Jefferson, ao presidente Lula, em seu apartamento em Brasília: *“Se fosse escolher um bom cenário para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambigüidade. De um lado, o corpo arredio; de outro, aquela frase: ‘Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson’”*.

Segue, em seu lúcido artigo, dizendo que após algumas semanas, foi amplamente noticiado que *“Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente”*. Lula talvez não imaginasse as consequências do jantar.

Finalizando seu artigo, o Deputado Fernando Gabeira conclui: *“Levarei muitos anos para justificar a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar”*.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Outro assunto:

O FUTURO DA AMAZÔNIA É O FUTURO DO BRASIL

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é possível que nunca a Amazônia tenha, como agora, figurado de forma tão intensa no debate, no noticiário e, principalmente, nas nossas apreensões.

Afora as cenas da devastação da floresta, que impressionaram o mundo todo, preocupam-nos muito mais os indicadores das perdas futuras da mata amazônica, pela devastação que segue em ritmo relativamente acelerado.

Leio, a propósito, as duas matérias da seção *Tendências/Debate*, da Folha de S. Paulo, edição do último dia 5, e destaco uma frase:

Se há pouco a Amazônia era o grande ativo nas nossas negociações internacionais, talvez já comece a ser um passivo.

Dizem as duas análises dessa coluna do jornal que *o Governo praticamente ignora, em sua estratégia econômica e social, a existência dos 620 mil km² de área desmatada na Amazônia, 17% do total da Grande Floresta*.

Na mesma análise, que estou incluindo neste pronunciamento, para constar dos Anais, vem à baila o SIVAM/SIPAM e, com ele a crítica de que o sistema ainda não funciona a contento. Mais recentemente, veio a boa notícia, uma das poucas no Governo Lula, de que o importante sistema está prestes a se completar.

Fico com o título do debate da **Folha**:
O futuro da Amazônia é o nosso futuro

Portanto, mais do que preocupação, o Brasil e as autoridades, a sociedade, todo, enfim, devemos ficar alertas. Acender a luz amarela e adotar providências, antes que se concretizem as previsões sombrias sobre a nossa estratégica região Amazônica.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO GABEIRA

De volta ao apartamento de Roberto Jefferson

QUANDO Lula e Roberto Jefferson jantaram juntos, escrevi um relato descrevendo o que via nas fotos. Falei de quase tudo o que as fotos mostravam, a arara de cabeça baixa, as bolsas das mulheres deixadas no sofá.

Lembro-me de que Lula parecia não estar totalmente ali. Havia alguma coisa em sua pose, uma certa recusa, uma dúvida na expressão corporal. Os fatos posteriores arrastaram as hesitações e ele se mostrou solidário com Jefferson quando aconteceu o escândalo.

Se fosse escolher um bom cenário para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambiguidade. De um lado, o corpo arreio; de outro, aquela frase: "Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson".

Isso é muito comum no Lula. Em todos nós, para dizer a verdade. Quando algo hesita no fundo, compensamos com uma frase categórica, algo que esmague verbalmente a dúvida e nos permita a ilusão de liquidar o dilema.

O sentido do jantar era mostrar o quanto Lula confiava em Jefferson, como estavam próximos. Ali, no mesmo lugar, o apartamento de Jefferson, aconteceria o desfecho poucas semanas depois. Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente.

Nesse ponto, a falha do autor. Descrevi o jantar inicial, mencionei a arara, as bolsas; a hesitação corporal de Lula, as aulas de canto de Jefferson, sua interpretação de "Eu Sei que Vou te Amar". Foi como se o jantar se fizesse por si próprio e voasse para a mesa, como um pássaro do certão. Esqueci-me da empregada da casa de Roberto Jefferson.

No segundo ato, ela tem um papel decisivo. Abriu a porta para os dois ministros, que haviam tentado visitar Jefferson duas vezes em vão. Por que abriu se o patrão queria se isolar? Os historiadores do futuro vão desvendar esse detalhe ou, talvez, deixar que mergulhe no limbo como tantos outros.

Aqui em Brasília, todos se apresentam na portaria. Há duas vezes que ouvimos com frequência: a dos vendedores de água mineral e de gás. Pode ser que ela tenha se enganado com isso, talvez, ao ouvir a campanha, tenha usado o olho mágico, que, na verdade, aumenta o ângulo de visão, transformando levemente o rosto.

Com uma visão limitada das faces, pode ter pensado que um ministro fosse o vendedor de gás, e o outro, mais encorpado, de ocúlos e com o rosto redondo, fosse o próprio dono do caminhão. Se viam juntos se houvesse alguma conta atrasada, algo que comprometesse sua administração doméstica. Deve ter aberto a porta simplesmente para que tudo ficasse esclarecido.

As pessoas pensam assim, mas têm sempre os governos a fazerem.

E, entretanto, incorreto concluir que os governos são menos inteligentes do que pessoas isoladas. O diabo com eles é que costumam se meter em situações tão desfeitas no sentido de perderem a margem de manobra, que são condenados a cometer um erro atrás do outro.

Essa ideia não é minha. A primeira vez que tive contato com ela foi nos livros de Isaac Deutscher sobre Trótski. Ele falava das situações históricas nas quais a margem de manobra se estreitava e os dirigentes de um governo, ou mesmo de uma classe social, mergulhavam numa inevitável sequência de erros.

Lula, talvez não, imaginasse as consequências do jantar. Jefferson cantava um amor por toda a vida em cada ausência sua, eu vou chorar, mas cada volta tua há de apagar a dor que a tua ausência me causou. A lua de Brasília e talvez um conhaque os fizessem sentimentais.

Hoje vivemos um clima do tipo Eu Sei o que Vocês Fizeram no Verão Passado. De um lado, acusações; de outro, tentativas de desfazer as pegadas, dissolver pisadas. Para ser franco, entramos num túnel de onde sairemos vivos, mas alguns com cicatrizes em suas biografias.

A esperança dos que hoje se comportam como tropa de choque, que se recusam, ao contrário da empregada de Jefferson, a abrir a porta e a de que o problema seja limitado aos políticos que entregues a si próprios, sem

pre encontrar os caminhos da conciliação.

Eles acham também que a popularidade do Lula é inegociável e que, bem trabalhada pelos marqueteiros, pode suplantar todos esses problemas do Waldomiro ao Jefferson, passando pela incompetência específica em governar.

Essa certeza de que tudo se vende com dinheiro, essa confiança cega em neutralizar a televisão, ampliar a clientela social e simplesmente ignorar os milhares de consciências que assistem a tudo, é um dado novo. Os amigos não estão perdidos simplesmente passaram a acreditar que o bandido vence no final.

Enfrentamos cadeia, tortura e exílio e, de certa forma, sobrevivemos moralmente inteiros. A experiência do poder quebrou: mais nossa vontade do que todos os puxes de arara, os holofotes e o cordão de puxa-sacos nos confundiram mais do que choques elétricos. Amigos que enfrentaram horas de tortura para salvar os outros hoje se dedicam a produzir notinhas, uns contra os outros.

Tudo o que é sólido se desmancha no ar. Há dissoluções mais bonitas, passagens mais perfumadas. Esse episódio, mascarado de ascensão de um trabalhador ao governo, é uma crueldade histórica. Levarei muitos anos para justificar a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar. Ignorantes da tragédia histórica, fomos condenados a farsa.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@redcom.br

O futuro da Amazônia é o nosso futuro

ISRAEL KLABIN, RUBENS RICUPERO, PHILIPPE REICHSTUL, MARIA SILVIA B. MARQUES

OS ÚLTIMOS dados sobre a taxa de desmatamento da Amazônia indicam claramente que o Brasil perderá em curto prazo o grande ativo de que ainda dispõe no mundo globalizado: a maior floresta tropical do planeta.

Por ser um dos grandes ecossistemas do planeta, se não o maior, a Amazônia está diretamente ligada ao problema das mudanças climáticas. A posse desse enorme potencial econômico de uso sustentável de recursos não-madeiráveis e de geração de energias limpas representa uma vantagem, mas também uma responsabilidade e um risco. Não podemos esquecer que os efeitos climáticos da Amazônia são globais e que, em consequência, a preocupação sobre o desmatamento e as mudanças climáticas fazem parte de uma agenda global.

Portanto, se há pouco tempo a Amazônia era o grande ativo nas nossas negociações internacionais, provavelmente já começa a ser um passivo. Alguns pontos sobressaem quanto à necessidade, por parte do governo, de implementação das legislações já existentes:

1) A falta de prioridade efetiva da alocação de recursos e de formação de uma estratégia com relação ao desmatamento da Amazônia. O governo nega que isso seja verdade e sustenta que a simples criação de decretos e leis ou do atual plano contra o desmatamento encerra a garantia de que eles sejam cumpridos. Bastaria o governo se comprometer seriamente com o que ele próprio propõe que a situação seria outra. Sem recursos disponíveis, a declaração de prioridade passa a ser uma mistificação.

2) A falta de uso de ferramentas disponíveis para monitoramento e intervenção em tempo real de ações predatórias. O sistema Sivam/Sipam, que custou ao país quase 3 bilhões de dólares e cuja função fundamental era a produção de um banco de dados com acesso público sobre a realidade socioambiental da Amazônia, encontra-se com a sua ef-

ciência reduzida na formação de políticas públicas nas áreas econômica, social e ambiental. Esse sistema não vem funcionando, seja por motivos políticos, seja por incapacidade técnica.

3) É óbvio que a vocação natural da bacia amazônica em matéria de transporte é hidroviária. A maior parte da depredação de origem humana, nos últimos 30 anos, foi consequência de estratégias de desenvolvimentos errôneas, que deram ênfase à abertura de rodovias e à exploração predatória de recursos naturais. Em torno dessas rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho), formaram-se as

Se há pouco a Amazônia era o grande ativo nas nossas negociações internacionais, talvez já comece a ser um passivo

grandes acumulações de miséria das populações que para lá se dirigiram, com esperança de uma proposta de desenvolvimento que nunca aconteceu. E isso continua agora com o projeto da BR-163, ligando Cuiabá a Santarém.

4) A falta de prioridade quanto ao potencial que representa para o Brasil o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) levou-nos a privilegiar na nossa política externa assuntos de somenos importância. A base da implementação eficiente do TCA passa necessariamente pela formação de uma agenda comum com os outros seis países que compõem a grande Amazônia. O Brasil já sedia a secretaria do TCA; já tem a ferramenta fundamental para um planejamento estratégico conjunto, que é o Sivam/Sipam; já dispõe de tecnologias para formação de políticas socioambientais de desenvolvimento da Amazônia. No entanto, nada disso é utilizado.

5) Vem o governo ignorando, em sua estratégia econômica e social, que já existem 620.000 km² de área desmatada, ou seja, 17% da área de floresta densa da Amazônia Legal brasileira disponíveis para uma verdadeira revolução organizada e eficiente, visando a uma ocupação e reforma agrária que viariam a ser um dos trunfos de um governo consciente e consequente no que tange aos seus projetos de desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Até poucos anos atrás, o Brasil era responsável por uma porcentagem desprezível do total de emissões de gases de efeito estufa do planeta. Porém, nos últimos quatro anos, as emissões brasileiras aumentaram geometricamente, atingindo proporções preocupantes devido às taxas desenfreadas de desmatamento. As consequências disso são de extrema gravidade, não apenas com relação ao impacto ambiental global mas também devido à eventual perda de classificação do Brasil entre países não-Anexo I do Protocolo de Kyoto. Isso quer dizer que o Brasil poderá perder, em pouco tempo, o seu potencial de receber recursos ponderáveis oriundos de créditos de carbono, seja pelo Protocolo de Kyoto ou por qualquer outro instrumento internacional criado para redução das emissões e do efeito estufa.

Como disse José Goldemberg, no ano que vem, possivelmente, ao sermos questionados sobre a problemática da Amazônia, as nossas respostas ainda serão as mesmas e a situação de desmatamento terá proporções ainda maiores.

Israel Klabin, 78, engenheiro, é presidente da FBD (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável). Foi prefeito do Rio de Janeiro de 1979 a 1983. Rubens Ricupero, 66, é membro do conselho da FBD. Foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Collor/Franco). Henri Philippe Reichstul, 51, economista, é membro do conselho da FBD. Foi presidente da Petrobras e secretário-geral do ministério do Planejamento (1985-87). Maria Silvia Bastos Marques, 48, economista, é membro do conselho da FBD. Foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

A corrupção em nossa história

BORIS FAUSTO

A CORRUPÇÃO faz parte de nossa história desde o primeiro momento em que Cabral e seu séquito puseram os pés nas costas da Bahia. Mas levou muito tempo para que ela se tornasse um mal suscetível de ampla indignação social e, ao mesmo tempo, um recurso da luta política.

Se é possível datar fatos dessa natureza, o ano de 1945 é um bom começo. Foi o ano do lançamento da União Democrática Nacional (UDN), que levantou como bandeira, entre outros pontos, a moralização da sociedade e dos costumes políticos.

Na luta que empreendeu para afastar Getúlio do poder, em 1953-1954, a UDN martelou o tema da corrupção, denunciando, por exemplo, favores concedidos pelo Banco do Brasil ao jornalista Samuel Wainer, editor de "Última Hora" — um dos poucos jornais que, não por acaso, faziam a defesa do presidente. Nas semanas que antecederam o suicídio de Getúlio, as acusações ganharam ímpeto. Ele próprio teria dito a conhecida frase de que, sem ser de seu conhecimento, um "mar de lama" invadira o Palácio do Catete.

Mas faltava ao udenismo apoio popular, embora encantasse a classe média letrada. Isso fez com que as denúncias de corrupção pudessem ser convertidas em "moralismo" pelos adversários trabalhistas e fossem vistas pela massa como manobras dos privilegiados contra o homem que representava os interesses dos trabalhadores. Mais ainda, os comunistas do PCB, embora integrados na campanha pela renúncia de Getúlio, viam na bandeira da luta contra a corrupção apenas uma manobra pequeno-burguesa, destinada a desviar as massas do caminho revolucionário.

Quem percebeu que o tema traria altos dividendos políticos, numa versão populista, foi Jânio Quadros. De vasoura em punho, prometeu varrer a corrupção e venceu assim as eleições de outubro de 1960, diante do sóbrio general Lott. Logo depois veio a renúncia, mas isso é outra e desastrosa história.

Após a democratização, pela primeira vez, um partido de esquerda, o PT, assumiu a luta contra a corrupção

O desenvolvimentismo de Juscelino e o populismo radical que Jango acabou por assumir passaram ao largo do combate à corrupção, deixando a denúncia das práticas delituosas, mais uma vez, nas mãos da chamada direita. Quando os militares tomaram o poder, no movimento de março/abril de 1964, a tão alegada necessidade de reprimir duramente comunistas e corruptos atraiu muitos setores da classe média. Por fim, tudo acabou como acabou.

Após a democratização, pela primeira vez, um partido de esquerda — o PT — assumiu como um dos seus temas básicos a luta contra a corrupção. A opção não se impôs da noite para o dia, mas ganhou força, principalmente, sob influência das lideranças de inspiração católica. A "ética na política" se transformou, assim, na irmã das propostas de ruptura do modelo econômico.

Se, internamente, mais do que outra coisa, a ruptura do modelo como passo no rumo do socialismo embalou os corações petistas, na sociedade em geral a valorização da ética ficou em primeiro plano. Mesmo quem estava vacinado contra ilusões revolucionárias reconhecia que o PT era um partido diferente dos demais, por seu maior compromisso ético. O monopólio da virtude, que o partido se atribuía, tinha muito de arrogante, mas minimizava-se esse aspecto em nome de uma qualidade maior.

Passados quase dois anos e meio do governo Lula, a bandeira petista da ética na política esfrangalhou-se. Os fatos mostram que não foi o governo em si que

caiu. Basta lembrar o caso triste e escabroso do assassinato do prefeito Celso Daniel, ainda objeto de tantas dúvidas; as alianças sem princípios com partidos e personagens turvos; o caso abafado envolvendo Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu; o recente escândalo dos Correios que, mais uma vez, o governo e o PT querem abafar, impedindo a instalação da CPI ou cortando-lhes as asas.

Tudo isso vem provocando o desalento e as críticas de vários petistas ou ex-petistas, embora o chamado realismo da direção partidária e de muitos setores, que se beneficiaram com a chegada ao poder, olhe para a oposição interna como quem olha para crianças embaldadas em sonhos.

Ao mesmo tempo, o tema da denúncia de práticas condenáveis, sob diferentes aspectos, indo da crítica ao nepotismo à corrupção sem disfarces, ganhou definitivamente a opinião pública. Vejam, por exemplo, os números da recente pesquisa CNT/Sensus, apontando a corrupção como o maior motivo para não ter orgulho do Brasil, superando até a violência. Ainda, o fato de que 86% das pessoas entrevistadas, que dizem ter conhecimento do caso, apóiam a formação da CPI dos Correios.

Por ora, o tema da luta contra a corrupção está mais nas mãos da sociedade do que dos partidos, respeitadas as vozes partidárias sérias que existem — e não são tão poucas assim. Mas sociedade e política são vasos comunicantes e a opinião pública, assim como os movimentos sociais, não podem enfrentar isoladamente um problema histórico tão enraizado e com tantas facetas. Para finalizar, nesse campo, como em tantos outros, a prática indica que caminhar passo a passo, com medidas concretas, vale mais do que mil slogans.

Boris Fausto, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional) da USP. É autor de, entre outras obras, "A Revolução de 30" (ICJ das Letras).

...eua, oratig@uol.com.br

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Sair da crise”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 5 de junho do corrente.

No referido artigo, o ex-Presidente trata de sua preocupação quanto a incapacidade de sair da crise política que os atuais detentores do poder vêm demonstrando, e que continuando assim, acabarão por tornar sistêmica o que é uma crise conjuntural.

Apona ainda, em suas palavras que: “Dada a dificuldade de deter a crise por meios que são, na verdade, a causa da própria crise (ameaças, nomeações, pressões,

culpabilização permanente do governo anterior e assim por diante), quem sabe fosse o caso de pedir ao governo que escolhesse um caminho de maior grandeza e, se por aí vier, encontrar o respaldo da própria oposição.”

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sair da crise

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo e ex-presidente da República

Há algumas semanas, numa entrevista a uma revista econômica, fiz referência aos riscos de se aprofundar o descolamento entre o sistema político e a sociedade. Não tinha em mente a conjuntura, mas uma tendência que, aliás, não se vê só no Brasil. A democracia representativa encontra-se em questão em muitas “sociedades de massa”. O fenômeno é geral (basta ver os índices de absenteísmo eleitoral nos países em que o voto não é obrigatório), mas é mais visível nas sociedades de massas em que há muitos pobres. Nessas, a melhoria do grau de instrução e o desejo de usufruir os bens que o sistema econômico oferece aumentam a pressão, mais do que justa, dos mais pobres por um melhor lugar ao sol. Dei o exemplo da Venezuela para mostrar como, pouco a pouco, o desgaste do sistema político pode erodir a democracia. Lá, o desapontamento com os governos constitucionais do tempo da Ação Democrática e da Democracia Cristã veio a se tornar insuportável durante o governo de um homem honrado, Rafael Caldeira, antecessor de Hugo Chávez.

Houve quem tomasse minha observação como crítica abrasadora ao governo atual. A alguns que dele participam ocorreu o disparate de dizer que minhas observações eram fruto da inveja pelos feitos que supostamente caracterizariam o governo Lula. Era só o que faltava.

Não estou torcendo pelo “quanto pior melhor”. Sei separar os interesses do país dos partidários e não confundo estado com partido. Falava de uma tendência. Preocupa-me a incapacidade

de sair da crise política que os atuais detentores do poder vêm demonstrando. A continuar assim, acabarão por tornar sistêmica o que é uma crise conjuntural.

Dada a dificuldade de deter a crise pelos meios que são, na verdade, a causa da própria crise (ameaças, nomeações, pressões, culpabilização permanente do governo anterior e assim por diante), quem sabe fosse o caso de pedir ao governo que escolhesse um caminho de maior grandeza e, se por aí vier, encontrar o respaldo da própria oposição.

Explico melhor o que tenho em mente. Durante o ano de 2003 os partidos que haviam perdido as eleições votaram as medidas que o novo governo enviou ao Congresso, surpresos com a guinada do governo Lula, que assumiu como suas bandeiras que o PT até então combatera (responsabilidade fiscal, demonstrada pelos superávits primários, manutenção dos contratos e até um pouco das reformas que tanto combateram). Não faltou mesmo uma palavra de apoio à responsabilidade da nova equipe econômica, quando o “fogo amigo” ameaçava desestabilizá-la. Qual foi, entretanto, a resposta do governo? Insistir em que haviam recebido uma “herança maldita” e que fariam do Brasil um outro país. Da herança, vivem até hoje, refestelados; de novidade nada de marcante se viu, depois da eficiência nenhuma do Fome Zero e da aceitação, com nomes trocados, da rede de proteção social que havia sido implementada no governo anterior.

Em uma coisa, entretanto, o governo se esmerou: em aumentar sua base política no Congresso. É sabido que sem maioria se torna muito difícil governar. Quando presidente, propus de-

zenas de reformas constitucionais, que precisam de 2/3 dos votos na Câmara e no Senado, sem contar com sequer um único voto das forças de oposição, PT à frente. Agora, todas as vezes que o governo apresentou propostas de reformas ou de leis às quais antes se opunham (por exemplo, a lei de falências), não faltaram os votos do PSDB, do PFL e de tantos outros partidos ou grupos que hoje estão na oposição. O governo faz, portanto, alianças custosas e inúteis, pois com elas mais desgoverna do que governa, na ilusão de conseguir o que realmente parece lhe interessar: a reeleição.

A possibilidade de reeleição é um dispositivo constitucional benéfico para o país. E pleiteá-la é inteiramente legítimo. Eu também quis a reeleição, mas tinha um propósito de governo. Foi no segundo mandato que consolidamos o câmbio flutuante, base da guinada exportadora, aprovamos a lei de responsabilidade fiscal, implantamos a rede de proteção social. O propósito da reeleição não pode ser simplesmente perpetuar-se no poder.

Onde está o projeto de país deste governo? Por que ele nunca acenou às oposições para um caminho de convergência? Por que não deixou sequer margens para que essa convergência ocorresse, como propôs o senador Cristovam Buarque e eu próprio deixei entrever em entrevista que dei a ele? Preferiram bater estacas no terreno movediço da fisiologia, no qual o governo está agora atolado.

Já não é sem tempo de voltar aos grandes temas da organização do sistema político e do estado, temas que o PSDB trouxe para a agenda política do país e que foram retomados no último encontro do partido em São Paulo:

fidelidade partidária, alguma forma de voto distrital, algum tipo de lista fechada de candidatos que dê maior organicidade aos partidos, restrição drástica das nomeações em cargos de confiança e, ao mesmo tempo, a continuação da privatização de certos órgãos, como o Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), que foi sustada em meu governo por liminares solicitadas pelas oposições. Imagine-se o que ocorreria hoje se as mais de cento e vinte diretorias das teles ainda fossem preenchidas por nomeações políticas. Não seria melhor que na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa etc. as nomeações em comissão se restringissem ao número mínimo necessário de dirigentes para imprimir a marca da política governamental?

Fazer avançar uma agenda assim pede grandeza. Exige olhar para além da popularidade momentânea. Requer propor caminhos viáveis para formar maiorias que em vez de corroer as instituições do estado e da democracia possam reformá-las e fortalecê-las.

Se nada for feito, caberá a quem venha a ser o candidato do PSDB nas próximas eleições apresentar ao eleitorado um programa muito claro com reformas eleitorais, partidárias e da máquina pública. Caberá anunciar de antemão a disposição, se eleito, de recorrer aos mecanismos de consulta à população para validar essas reformas e mesmo, se entender necessário, solicitar ao Congresso uma lei delegada para fazê-las. É urgente buscar caminhos que restabeleçam a confiança do eleitorado em seus representantes e que tornem estes últimos mais responsáveis para com as promessas que fizeram durante as campanhas eleitorais.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A maior crise de Lula”, publicada na revista *Veja* em sua edição de 25 de maio do corrente.

A matéria trata das denúncias de corrupção nos Correios e da possível existência de esquemas semelhantes em outras estatais. O maior destaque, no entanto, fica para o clima de pânico instalado no governo Lula, que irritado e assustado, faz de tudo para evitar a instalação da CPI que irá apurar estas denúncias.

A matéria mostra, também, que “A azáfama do governo contra a CPI é a ironia elevada à última potência. As estrelas mais cintilantes do PT arregaçaram as mangas para barrar a CPI, esse poderoso instrumento

que ajudou a construir a fama de defensores da ética de boa parte dos petistas hoje no governo. Nada como um dia após o outro”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a reportagem acima citada seja dada como lida e que seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A MAIOR CRISE DE LULA

Atingido por um estado de espírito que varia entre o irritado e o assustado, o governo do PT — quanta ironia! — faz tudo contra a CPI

Otávio Cabral

Em seus quase trinta meses de vida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nunca esteve tão acuado. A crise que se seguiu à divulgação por *VEJA* do vídeo da corrupção nos Correios espalhou o receio de que o caso acabasse se multiplicando em outros escândalos. Afinal, em suas desassombradas confissões, o alto funcionário Maurício Marinho descreve a corrupção nos Correios e relata a existência de esquemas semelhantes em outras estatais. Mais um motivo para o susto foi a rapidez com que a oposição — com a ajuda de boa parte dos aliados — viabilizou a criação de uma CPI mista para investigar o caso. A possibilidade de que a CPI seja mesmo instalada produziu um clima de pânico. Na quarta-feira, em conversa com um aliado, o ministro José Dirceu explicou a origem de tanta apreensão: “É impossível que uma CPI mininamente bem-feita não pegue o Delúbio e o Silvinho”. Ele referia-se ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e ao secretário-geral do partido, Silvio Pereira. Os dois participaram da distribuição de cargos federais entre os partidos aliados — o PTB, inclusive.

A azáfama do governo contra a CPI é a ironia elevada à última potência. As estrelas mais cintilantes do PT arregaçaram

as mangas para barrar a CPI, esse poderoso instrumento que ajudou a construir a fama de defensores da ética de boa parte dos petistas hoje no governo. Nada como um dia após o outro. Na segunda-feira, Lula evitou a realização de um encontro que os aliados fariam sem a presença do PT e chamou-os todos — PT, inclusive — para um almoço no Palácio no dia seguinte. Na quarta-feira, tomou café-da-manhã com os líderes da Câmara, entre eles os da oposição, e cedeu às chantagens de Severino Cavalcanti, que emplacou seu afilhado, Djalma Rodrigues, na diretoria de exploração e produção da Petrobras. Irritado, o presidente da estatal, o petista José Eduardo Dura, insinuou que poderia deixar o cargo se Rodrigues fosse realmente nomeado. Lula mandou dizer ao petista que, se for assim, terá mesmo de procurar outro emprego. Derramadamente agradecido, Severino já começou a servir ao governo. Para assustar os tucanos, ameaçou tirar da gaveta a CPI sobre a privatização do setor elétrico.

Na mesma quarta-feira, Lula juntou com quatro governadores e pediu que convencessem suas bancadas a retirar o apoio à CPI. “Lula está preocupado com a crise política e a imagem negativa dos políticos e das instituições”, diz Eduardo

Braga, governador do Amazonas, que esteve no jantar. Para quem não é político, é quase impossível entender por que uma CPI incumbida de apurar corrupção pode provocar crise e piorar a imagem dos políticos e instituições. Não deveria ser o contrário? A CPI apuraria os desvios nos Correios e identificaria os culpados, que seriam punidos, e as brechas para novas ações ilegais do mesmo tipo seriam fechadas. Resultado natural: políticos e instituições sairiam fortalecidos, com imagem renovada. Lula deve uma explicação aos brasileiros sobre por que está anteendo crise política e perigo para as instituições na investigação de corrupção de um funcionário de terceiro escalão dos Correios ligado a caciques do PTB, partido que, não é de hoje, sempre esteve na coluna dos custos dos governantes.

Nunca, nem no auge da votação da reforma da Previdência Social, o governo mobilizou-se tanto para granjear apoio no Congresso. A apreensão tem sido maior até do que quando veio a público o caso de Waldomiro Diniz, revelado pela revista *Epoca* em fevereiro do ano passado. “Waldomiro cometeu o crime quando era funcionário do governo de Garotinho. E o caso tinha potencial para destruir o José Dirceu, e não o governo todo. Agora, é diferente. A corrupção foi flagrada

dentro de um órgão federal, no atual mandato, e pode não se limitar a esse órgão", compara um ministro com gabinete no Planalto. A situação estava tão tensa que, na quinta-feira à noite, se cogitou a idéia de cancelar a viagem do presidente ao Japão e à Coreia do Sul, prevista para durar oito dias e levar uma robusta comitiva de nove ministros. Até a noite de sexta-feira passada, a viagem estava mantida, embora a comitiva de ministros tenha sido reduzida — e o rolo compressor do governo no Congresso já surtira algum efeito. Nove deputados do PL solicitaram que suas assinaturas fossem retiradas do pedido de CPI. Com is-

so, o governo compensou, com uma pequena vantagem numérica, um desfalque na base aliada: o rompimento do Partido Verde, legenda do ministro da Cultura, Gilberto Gil. A discordância do PV com o governo diz respeito a vários aspectos da política ambiental, mas inclui também a postura do governo de tentar evitar a CPI. Com o rompimento, o PV anunciou seu "integral apoio" à CPI.

Com uma mobilização ímpar, houve até reunião de ministros para definir uma ação comum. Os ministros petistas José Dirceu, Luiz Dulci, Luiz Gushiken e Jacques Wagner selaram um pacto de coevi-

vência pacífica com o ministro Aldo Rebelo, do PCdoB, cuja cabeça o PT tem pedido com deslealante insistência pública. A primeira estratégia é a ameaça direta aos aliados: quem assinar a CPI será tratado como inimigo, deixando de receber o dinheiro de emendas ao Orçamento e tendo de entregar eventuais cargos no governo. Há outras ironias da história no episódio. O governo petista montou uma tropa de choque para evitar uma CPI cuja primeira vítima potencial é o deputado Roberto Jefferson, do PTB, o mesmo que liderou a tropa de choque que tentou salvar Collor do impeachment. Será que foi por isso que a famosa cartilha de expressões politicamente corretas do governo proibia que se falasse "fanhna do mesmo saco"? ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "A ressaca do regresso", de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado na edição de 29 de maio do corrente do jornal **Correio Braziliense**.

A recusa do nome do jurista Alexandre de Moraes, pelo Senado, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, as áreas federais afetadas pela corrupção, o descontentamento de vários setores parlamentares, a insatisfação dos servidores públicos civis e militares e as denúncias que envolvem o presidente do Banco Central e o ministro da Previdência, formam o rol das incompetências do gerenciamento político do governo. O insucesso na retirada de assinaturas do requerimen-

to para a CPI dos Correios foi apenas mais um item que entrou para esse rol. E, como diz o autor, Maurício Corrêa, "para qualquer um, isso seria combustível suficiente para tirar muitas noites de sono. Seria também para o presidente da República, mesmo com a ressaca da longa viagem ao outro lado do mundo?"

Para concluir, Sr. Presidente, requiero que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ressaca do regresso

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

O país não vive, pelo menos por ora e felizmente, nenhum quadro de ingovernabilidade, malgrado o desequilíbrio, as tensões e turbulências ocorridas ultimamente se devam às péssimas relações do governo com a comunidade parlamentar, esta carente de interlocutores que possam purgar os erros até aqui cometidos e retribuir-lhe pragmaticamente ações mais saudáveis e eficientes. Mas, como tudo isso depende da participação e vontade diretas do presidente da República, fica difícil imaginar que um dia tal estado de conforto e estabilidade possa existir.

Na contabilidade de atos que não poderiam ter acontecido, está a recusa na semana retrasada, no Senado Federal, do nome do jurista Alexandre de Moraes, escolhido pela Câmara dos Deputados como representante no Conselho Nacional de Justiça. Foi uma trapalhada lamentável. Para corrigir tamanha estultice, na terça-feira passada os senadores bateram pé, giraram a roda do tempo, desfizeram a votação da derrota e acabaram aprovando o nome rejeitado, dessa feita para fazer justiça e prestar reverência ao ilustre constitucionalista.

No rol das incompetências do gerenciamento político também se inclui o insucesso no Congresso Nacional (ainda bem!) para barrar a coleta de assinaturas no requerimento de abertura da Co-

missão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar atos de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Apesar de todos os esforços da base de apoio do governo, não se logrou vencer a lógica da evidência, consistente na necessidade da investigação dos fatos fartamente descritos pelo então chefe de Contratação e Administração de Material dos Correios, na gravação feita por empresários, e à sorrelfa, conforme reprodução veiculada pelo **Correio Braziliense** na edição de 19 passado.

Até mesmo um delegado da Polícia Federal, encarregado de proceder à investigação do caso, chegou a declarar na televisão que, embora tenha sido significativo o que teria constatado até então, seria imprescindível que a CPI fosse instalada. Ora, como se sabe, os instrumentos legais e políticos de uma CPI são de extrema versatilidade — já participou de algumas, inclusive da que apurou denúncias de corrupção no governo Collor —, sobretudo se se levar em conta que, na forma do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, são elas dotadas dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Ainda que tais poderes tenham sido delimitados por reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal quando, por exemplo, seus atos decisórios padecem de fundamentação ou invadem competência reservada e específica do juiz, mesmo assim sobralhe muita coisa a fazer.

Instalada a CPI dos Correios, o

governo deve pôr suas barbas de molho e se preparar para uma outra que poderá em breve também estar em condições de iniciar suas atividades. Recordem que a CPI dos Bingos só não foi instalada, logo após a ocorrência dos fatos relacionados com Waldomiro Diniz, da Casa Civil, porque à ocasião se negou tal direito às minorias do Senado Federal, nada obstante haver sido preenchido o requisito constitucional para a sua formação, com a coleta de assinaturas de mais de um terço dos membros da Casa.

Como os partidos da maioria se negaram a remeter os nomes de seus representantes para a instalação do órgão e o presidente do Senado ter se recusado a preenchê-los com indicações próprias, seis mandados de segurança foram impetrados no Supremo Tribunal Federal. Os pedidos se resumem em compelir o presidente do Senado a promover a indicação de membros que falem à complementação do número de integrantes do quorum legal, tudo em respeito aos direitos e princípios inerentes às minorias parlamentares. Direitos esses, aliás, bem definidos no excelente voto proferido pelo ministro Celso de Mello, no Mandado de Segurança nº 24.849, cujo julgamento se iniciou em 4 último, tendo nele afirmado que o instituto constitucional da CPI ampara os grupos minoritários no desempenho "do direito de investigar os próprios detentores do Poder, impedindo que estes, por intermédio dos blocos hege-

mônicos no Parlamento, obstruam, mediante artifícios regimentais ou manipulações interpretativas, a instauração do inquérito parlamentar".

Até o momento são quatro os votos pela manutenção da tese do relator, que acolheu o pedido de segurança, tendo sido o julgamento suspenso por pedido de vista. Espera-se a conclusão da votação para breve, até mesmo pela natureza do feito e a relevância da matéria de que se reveste.

Tem-se, assim, já de pronto, o seguinte quadro perturbador: a CPI dos Correios já definida, cujo barulho já se faz ouvir; a dos Bingos, diga-se, do Waldomiro Diniz, praticamente em vias de se instalar; acrescente-se a essas duas, mais a do setor elétrico, que seria a reação da ira petista à oposição.

Para apimentar mais esse trepidante cenário, somem-se outras áreas federais afetadas por corrupção; mais o descontentamento de vários setores parlamentares; a insatisfação dos servidores públicos civis e militares; o rescaldo gerado pela inapetência do Planalto em tomar decisões, de que é prova maior a passividade no trato com as denúncias, já no STF a envolver o presidente do Banco Central e o ministro da Previdência, que já deveriam há tempo ter sido afastados.

Para qualquer um, isso seria combustível suficiente para tirar muitas noites de sono. Seria também para o presidente da República, mesmo com a ressaca da longa viagem ao outro lado do mundo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 18 de maio de 2005, de autoria do professor Marco Antonio Villa, intitulada “A agenda presidencial”.

Diz: “Lula não tem interesse pelas atividades administrativas”, comentando os 851 dias de agenda do Presidente Lula até a data de hoje. Em pesquisa no site oficial da Presidência da República, relata que “No dia 21 de abril 2004, Lula recebeu o animador Ratinho, às 11 horas, para um almoço-entrevista. A próxima atividade estava marcada para às 17 horas e 20 minutos. Portanto permaneceu por quase seis horas com o seu amigo pessoal para uma entrevista que nem sequer foi exibida, enquanto isso, o Ministro Ciro Gomes, da

Integração Nacional, no dia 19 de maio do mesmo ano, teve audiência de exatos 30 minutos”.

Diz, ainda: “Mas, se a agenda é pobre, o site da Presidência é rico em propaganda oficial, enquanto nas metrópoles o desemprego continua assolando milhões de trabalhadores. E os dez milhões de empregos prometidos na campanha? E o caos na saúde, estradas, moradias?” E finaliza “Espera-se que uma agenda presidencial tenha outro conteúdo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

OPINIAO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados sob esta rubrica não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. E-mail: debates@folha.com.br

A agenda presidencial

MARCO ANTONIO VILLA

A AGENDA do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está disponível no site www.planalto.gov.br. Qualquer cidadão pode confirmar os dados apresentados por mim no artigo publicado por esta Folha em 24 de abril (“Os trabalhos e os dias”, pág. A3). A resposta de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente (“851 dias de muito trabalho, sim senhor”, pág. A3, 3/5), reforça o que escrevi: Lula não tem interesse pelas atividades administrativas, cerne de qualquer governo, preferindo as cerimônias públicas, no Brasil e no exterior. Somente em viagens ao exterior — 47, até hoje — o presidente passou quase quatro meses perambulando por quatro continentes. E fatô inédito e tem toda a razão o senhor Carvalho. Mas isso até parece recorde do “Guiness Book”: nada representa.

Nenhum dos dados que apresentei foi contestado e, certamente, eles foram checados pelas dezenas de assessores palacianos. Somente um foi negado: a audiência ao presidente do Clube do Choro de Brasília. Realmente foi o vice-presidente da República quem o recebeu. Nesse dia, a agenda presidencial omitiu as atividades em Monterrey.

Não é preciso estar no Palácio do Planalto e perguntar para os funcionários e jornalistas, como sugere Carvalho, para chegar à conclusão de que a agenda é reveladora de um estilo de governo. No dia 21 de abril de 2004, Lula recebeu o animador Ratinho, às 11h, para um almoço-entrevista. A próxima atividade estava marcada para às 17h20. Portanto permaneceu por quase seis horas com o seu amigo pessoal para uma entrevista que nem sequer foi exibida. Enquanto isso, concedeu meia hora ao ministro Ciro Gomes, no dia 19 de maio do mesmo ano, apesar de a agenda ter, segundo Carvalho, “um planejamento cuidadoso”, e ser organizada por um grupo de assessores — e isto, convenhamos, é o que não falta no Palácio.

A agenda revela a busca da popularidade fácil, adquirida com base na simpatia e no paternalismo, mantendo a velha tradição brasileira: é a cultura política da casa-grande.

O presidente encontrou-se com moradores de rua a 23 de dezembro de 2003 (das 15h40 às 16h). Porém, para o senhor Carvalho, Lula “celebrou o Natal” com eles. Não seria mais eficaz estabelecer políticas públicas para enfrentar esse grave problema? Ou os 20 minutos com os moradores de rua já bastam?

O chefe-de-gabinete exige rigor do historiador. Tem razão. Todos os dados que citei têm origem oficial. Ele é que não é muito rigoroso. Diz que a assessoria usa um modelo de trabalho com base na experiência de quatro presidentes.

A agenda de Lula revela a busca da popularidade fácil, adquirida com base na simpatia e no paternalismo

cias e inclui a Inglaterra. Inglaterra? Fala que em muitos dias o trabalho do presidente no Planalto vai até as 22h. Dos 805 dias pesquisados, em nenhum deles, nenhum mesmo, o presidente esteve no Palácio até esse horário. Pelo contrário, em inúmeros dias Lula começa o trabalho às 10h e termina o expediente no meio da tarde.

O chefe-de-gabinete fala em preconceito. É inadmissível blindar qualquer crítica ao trabalho de Lula com essa pecha. A ausência de uma agenda efetivamente presidencial não tem nenhuma relação com sua escolaridade. A discussão é no campo da política, e não da moral. É para um tipo de gestão que se manifesta de forma cristalina numa agenda caótica.

Mas, se a agenda é pobre, o site da Presidência é rico em propaganda oficial. Nas duas páginas disponibilizadas na internet, Lula é chamado de “carismático dirigente” e teria liderado a campanha pelo impeachment de Fernando

Collor; ou seja, a mobilização da sociedade civil não passou de um movimento conduzido por ele. No final da apo-

teórica ougrana, ficamos sabendo que o “presidente Lula e sua equipe de governo deram início a uma série de transformações estruturais que encaminham o país para se encontrar com seu promissor destino”. É uma espécie de destino manifesto petista, que seria até bom, se fosse verdade. Onde estão as transformações estruturais?

É intolerável aceitar que o site da Presidência da República se transforme em instrumento de propaganda, independentemente de ser do PT, do PSDB ou do PFL. Lula não é presidente do PT, mas é presidente do Brasil. O site não é do PT, mas da Presidência da República. Espera-se que uma agenda presidencial tenha outro conteúdo. Por exemplo, que dê atenção aos índios. Quantos não morreram de fome no Mato Grosso do Sul? O que o governo fez? Ou será que bastou o lançamento, com presença de Lula, da ONG Fome Zero no hotel Unique, um cinco estrelas dos Jardins, em São Paulo, em 8 de julho de 2003, para resolver o problema da fome?

Roraima vive uma guerra civil. O que o governo fez? A agenda é praticamente omissa no tratamento da questão.

Nunca a floresta amazônica foi tão destruída? A agenda mostra que a ministra Marina Silva raras vezes esteve com o presidente.

Nas metrópoles o desemprego continua assolando milhões de trabalhadores. E os dez milhões de empregos prometidos na campanha? E o caos na saúde, estradas, moradia?

O senhor Carvalho tem toda a razão, nunca “um governo abriu tanto sua agenda para um diálogo com o setor produtivo do país”. Para Lula, o importante é dar atenção ao setor produtivo, aos empresários. Já o “andar de baixo” serve só para ser eleitor e aguarda não se sabe até quando para ser cidadão.

Marco Antonio Villa, 49, é professor de história da Universidade Federal de São Carlos e autor de “Jango, um Perfil (1945-1964)” (editora Globo).

marcovilla@uol.com.br

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os últimos acontecimentos envolvendo o Governo do Presidente Lula têm sido analisados sob os mais diversos ângulos.

Cientistas políticos, sociólogos, a classe política e a própria população têm oferecido suas versões sobre o que está ocorrendo dentro de um partido que chegou ao poder com uma proposta de governo que pretendia mudar os rumos do país.

Nessa sexta-feira o jornal **O Globo** publica artigo do professor de ciência política na Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Octávio Amorim Neto, que faço questão de registrar.

Intitulado “Lula sob a luz da História” o professor faz uma avaliação do que considera uma “gravíssima crise” enfrentada pelo governo Lula.

Ao longo de seu artigo, o professor Octávio Amorim Neto compara os sucessivos presidentes democráticos, que governaram o Brasil entre 1946 e 1964 e entre 1985 e 2005.

Segundo ele, há uma perigosa realidade: governos de coalizão foram quase sempre sucedidos por presidentes que não conseguiram reunir uma

base parlamentar sólida, acabando por não terminar seus mandatos, tendo que entregar seus cargos aos vices.

Ao contrário, aqueles presidentes que estiveram à frente de ampla e sólida coalizão de apoio parlamentar, garantiram um governo estável do ponto de vista político.

E chega ao final de seu artigo, perguntando: “Conseguirá Lula chegar a dezembro de 2006 no Palácio do Planalto? Torçamos para que sim. Porém, se é que a História pode nos servir de guia, isto vai depender da disposição e da capacidade do presidente de satisfazer as seguintes condições: (1) mostrar que não soube de nenhum esquema de corrupção dentro do seu governo; (2) fazer uma ampla reforma no seu ministério para sinalizar à nação que não é tolerante com condutas ilícitas e recompor sua maioria parlamentar”.

Sr. Presidente: pela profundidade da análise do professor e cientista político, Octávio Amorim Neto, peço a inserção de seu artigo ao meu pronunciamento.

Obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Um espaço para professores e alunos

Lula sob a luz da História

OCTAVIO AMORIM NETO

O governo de Lula encontra-se sob uma gravíssima crise. Tudo tem sido muito confuso e atordoante, até para um cientista político. Infelizmente, o que está acontecendo tem assustadores precedentes no nosso passado. Para tentar dar ordem à casa, vamos botar a presidência de Lula em perspectiva histórica, levando em conta a experiência de todos os nossos presidentes democráticos, isto é, aqueles que governaram o país entre 1946 e 1964 e 1985 e 2005.

Comparando-se todas as nossas sucessões presidenciais, constata-se uma perigosa regularidade: governos de coalizão foram quase sempre sucedidos por presidentes que podem ser considerados *outsiders* (forasteiros, em português), que, por sua vez, não conseguiram terminar seus mandatos, cedendo lugar ao seu vice. Aos fatos.

Nosso primeiro presidente democraticamente eleito, Eurico Dutra, iniciou seu governo em 1946, apoiado por uma coalizão integrada pelo PSD e o PTB. Mais tarde, o PTB foi excluído do governo, dando lugar à UDN e ao PR. Em 1951, Dutra foi sucedido por Getúlio Vargas, que — apesar de haver criado o PSD com a mão direita e o PTB com a esquerda — pouco compromisso tinha, de fato, com qualquer partido. Conquanto Vargas tenha nomeado políticos de várias siglas para seu Ministério, nunca logrou estabilizar sua base de apoio parlamentar. Não à toa, sua presidência foi abalada por uma série de crises, culminando com o seu suicídio em agosto de 1954. Café Filho, seu vice, assumiu a chefia do Executivo. Porém, também incapaz de estabelecer um relacionamento harmônico com a maioria do Congresso, acabou deposto a dois meses do fim do mandato, completado por Nereu Ramos.

Em 1955, elege-se Juscelino Kubitschek. Já no governo, o novo presidente constituiu um amplo e sólido ministério de coalizão que o acompanhou até o fim do mandato, em janeiro de 1961. Kubitschek foi sucedido por Jânio Quadros, o *outsider* por excelência. Sempre desprezando os partidos e o Congresso, Jânio renunciou ao cabo de sete meses. João Goulart, seu vice, só conseguiu assumir a Presidência depois de aprovada a emenda constitucional n 4, que instituía o parlamentarismo. A presidência de João Goulart, como se sabe, foi um fracasso político, tendo sido abortada pelo golpe militar de março de 1964.

Vinte e um anos depois, restabelece-se o poder civil com a posse de José Sarney, em março de 1985. Sarney governou com uma coalizão integrada pelo PMDB e o PFL. Surpreendentemente, o padrão verificado entre 1946 e 1964 se verifica novamente: Fernando Collor, outro *outsider* por excelência, logra suceder a Sarney. No governo, Collor se recusa a formar uma maioria parlamentar. É destituído em outubro de 1992. Seu vice, Itamar Franco, ascende à chefia do governo.

A lógica subjacente à sucessão de um governo de coalizão por um *outsider* é simples: a manutenção de um governo de coalizão, ainda que garanta estabilidade e efetividade políticas ao titular da Presidência, implica complexas e custosas negociações com os partidos aliados. Tais negociações tendem a retardar o processo decisório e gerar a suspeita de serem escusas, irritando os eleitores e, portanto, enfraquecendo a autoridade presidencial. O eleitorado, por sua vez, pune a coalizão governativa alçando ao poder um candidato visceralmente oposto ao sistema de partidos, ou seja, um *outsider*. Mas voltemos à nossa história.

Em 1994, FHC empalma a Presidência no rastro do Plano Real. Em 1998, é reeleito. Durante quase todos os seus oito anos como chefe de Estado, FHC esteve à frente de uma ampla e sólida coalizão de apoio parlamentar, que propiciou o mais estável governo, do ponto de vista político, dos nossos dois períodos democráticos.

Em 2002, Lula é eleito. O que representou sua vitória à luz do que foi dito acima?

Em primeiro lugar, Lula não é um *outsider*. Trata-se do líder de um partido, o PT, que, há 25 anos, disputa eleições e que conta com forte apoio nos sindicatos, nas universidades, no funcionalismo público, na Igreja e no MST. Ademais, hoje, o PT é o maior partido na Câmara. Portanto, o fato de FHC ter passado o bastão ao líder de um partido político constitui uma feliz ruptura com o perigoso padrão acima registrado.

Há, contudo, desde a vitória de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara em fevereiro de 2005, um traço de semelhança entre Lula e os presidentes *outsiders*: todos foram ou tornaram-se minoritários no Congresso. E nenhum presidente minoritário jamais terminou o seu mandato em nossa História. Aqueles que têm falado de golpismo deveriam prestar mais atenção a essa temerosa regularidade, que indica que há algo mais sério e profundo acontecendo em nosso sistema político do que as supostas más intenções de alguns personagens.

O Globo - Imprimir Matéria

Conseguirá Lula chegar a dezembro de 2006 no Palácio do Planalto? Torçamos para que sim. Porém, se é que a História pode nos servir de guia, isto vai depender da disposição e da capacidade do presidente de satisfazer as seguintes condições: (1) mostrar que não soube de nenhum esquema de corrupção dentro do seu governo; e (2) fazer uma ampla reforma no seu Ministério para sinalizar à nação que não é tolerante com condutas ilícitas e recompôr sua maioria parlamentar. É muito simples dizê-lo, mas não é fácil fazê-lo. Oremos.

OCTAVIO AMORIM NETO é professor de ciência política na Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio.

<http://oglobo.globo.com/jornal/opiniaao/168713329.asp>

[Voltar](#) ↵

[Topo](#) ↑

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na manhã de hoje, para dar continuidade aos pronunciamentos que venho fazendo sobre a Transposição do Rio São Francisco. Como prometi, hoje abordarei aspectos técnicos para demonstrar equívocos claramente detectáveis no projeto do governo.

Se o que se pretende, com a transposição, é um grande projeto de irrigação, também válido e legítimo, por que não concluir, antes, os projetos do gênero paralisados praticamente na beira do rio, por alegada falta de recursos? Por que esterilizar recursos escassos em obras que apenas começam, jamais terminam e nunca produzem?

Repito que só às margens do Rio pararam as obras de 150 mil hectares de perímetros irrigados, alguns iniciados há mais de dez anos. Pararam as obras do Canal do Sertão, em Alagoas.

Previsto para três etapas, este canal deverá levar água do Rio São Francisco, renda e desenvolvimento para 27 municípios alagoanos da mais pobre de todas as nossas regiões. Com essa obra, vamos garantir a mais de 700 mil alagoanos do semi-árido água tratada para o consumo humano, irrigação em milhares de hectares às margens do canal, produção de alimentos para o consumo regional e para a exportação, viabilização da pecuária e aumento da oferta de alimentos através da introdução da piscicultura. Tão importante é o Canal do Sertão para Alagoas e para o Nordeste que o Governo Fernando Henrique a considerou estratégica para o Brasil. Mas tudo está parado. Tudo foi contingenciado.

Não se trata de achar que Minas, a Bahia ou Pernambuco, por exemplo, tenham mais direito à irrigação que o Ceará ou o Rio Grande do Norte. Mas se trata do bom senso administrativo e da lógica econômica de que, antes de iniciar qualquer investimento, sobretudo um investimento de quase 7 bilhões de reais, é preciso primeiro concluir as obras que já foram iniciadas, algumas muito perto da conclusão.

Quem defende essa lógica irrefutável é o próprio Presidente da República. Em fevereiro desse ano, na cidade de Surubim, interior de Pernambuco, ele jurou que não começaria uma obra nova sem antes concluir os projetos paralisados. Disse o presidente, textualmente, criticando antecessores: “no Brasil se criou a cultura de que é preciso deixar a cara do governante na obra. E isso faz com que, muitas vezes, a gente tenha lido na imprensa brasileira o cemitério de obras paralisadas no nosso país”. Mais adiante, insiste o presidente Lula: “o que eu disse ao companheiro Ciro Gomes, eu disse ao companheiro Humberto Costa,

quando assumiu a Saúde: eu não quero um hospital novo, sem antes a gente estar fazendo funcionar todos aqueles que já existem no país”. O que mudou de fevereiro até aqui, senão o calendário, que está mais apertado, aproximando o presidente do juízo final das eleições do próximo ano?

O que mudou? Mudou a lógica administrativa ou mudou, antes, a necessidade eleitoral do Governo, que precisa, urgentemente, de uma bandeira, pelo menos, para se apresentar ao Nordeste rural no pleito do ano que vem? O que mudou? o bom-senso de aplicação racional do minguado recurso público ou a constatação tardia do governo de que precisa, ao menos, de um discurso para compensar o fato real de que nada, rigorosamente nada fez no semi-árido nordestino?

Mas sempre se poderá dizer: se a obra do canal está pronta, ao invés de uma vazão mínima de 26,4 metros cúbicos/segundo, por que não transpor a vazão máxima de 127 metros? Ou até mais, se a obra física já está pronta? Entra aqui um dos pontos mais polêmicos do projeto. O São Francisco tem mesmo água para isso?

Quem conhece o rio, quem conhece o tema garante que não. Garante com números atuais e com dados históricos. Em seu primeiro plano diretor, a recém-surgida Codevasf observava, há 30 anos, que o Vale do São Francisco oferecia 3 milhões de hectares irrigáveis, dentro da tecnologia disponível naquela época. Mas o Plano só previa a irrigação de 450 mil hectares por falta d’água. Hoje o potencial irrigável é estimado em 8 milhões de hectares, mas o Vale tem apenas cerca de 340 mil hectares efetivamente em produção. Faltam investimentos, mas sobretudo falta água. Mas falta mesmo? Como admitir essa escassez, se a gente sabe que o rio despeja no mar, a cada segundo, quase 2 mil metros cúbicos? Essa percepção enseja mais engodos.

O São Francisco desce com uma vazão regularizada de 1.850 metros cúbicos por segundo. Mas o próprio Ibama considerou o volume de 1.300 metros cúbicos/segundo como vazão mínima para garantir os ecossistemas da foz do rio, a pesca e a navegação. Depois de considerar outros usos e perdas, há um consenso entre os técnicos de que o São Francisco tem hoje uma vazão alocável de apenas 360 metros cúbicos/segundo.

O mais grave é que 93% de toda essa água já foi disponibilizada por instâncias do próprio governo para os fins mais diversos: são exatos 335 metros cúbicos outorgados, o que, ao final, representa uma disponibilidade de meros 25 metros cúbicos/segundo. Esse volume é inferior à vazão mínima pretendida pelo projeto, que é de 26,4 metros cúbicos/segundo.

Haverá quem possa dizer, e com razão, que esse volume outorgado não é inteiramente utilizado, mas é verdade, também, que muitos grandes projetos de irrigação já foram ou estão em fase de implantação com canais e bombas instaladas para transportar o volume outorgado.

Haverá quem defenda, e com razão, uma imediata revisão dos processos de outorga. É verdade, é possível e é preciso revisá-los. É possível que a revisão recomende seu cancelamento. É uma hipótese, mas somente uma hipótese. É absurdo que o Governo monte um projeto de 7 bilhões de reais baseado numa hipótese e numa suposição. Ou será que o Governo pretende simplesmente cancelar tudo o que fez, deixando de repente sem água todos os projetos industriais, agrícolas e de abastecimento já autorizados ao longo dos anos? Será?

Os números conhecidos e aceitos sobre a vazão alocável do São Francisco compõem um cenário inquietador. O consumo de água pra irrigação, no próprio Vale, vem crescendo, nos últimos dez anos, a uma taxa anual de 4%, o que, em 20 anos, já representará o dobro do consumo. Não é preciso ser vidente para afirmar que haverá conflitos inevitáveis entre os usuários nos próximos anos. O projeto de transposição só irá agravá-los.

Ninguém está falando, até aqui, na geração de energia, que tem sido, hoje, a principal destinação estratégica das águas do São Francisco. O Brasil investiu 13 bilhões de dólares para explorar o potencial total de geração de 10.484 MW, que hoje correspondem a 85% de toda a energia consumida no Nordeste inteiro.

Os dados sobre o consumo regional registram um crescimento de demanda de energia de 2 pontos percentuais acima da variação do PIB regional. No ano passado, o consumo cresceu 6% e vem crescendo, nos últimos anos, em patamares próximos a esse. Qualquer técnico advertirá para o inevitável: nos próximos 12 anos, é preciso dobrar a oferta de energia no Nordeste, apenas para manter os níveis atuais de crescimento. E registre-se que os níveis de desenvolvimento do Nordeste estão longe de reduzir as diferenças regionais com o sudeste e o sul, e mal permitem evitar a absoluta estagnação econômica da região.

No momento em que se vislumbra a necessidade de dobrar a oferta regional de energia, o projeto de transposição acena com a retirada do mercado de 400 MW, pouco menos de 4% da produção do São Francisco. De fato, a transposição significa gerar 200 MW a menos e consumir 200 MW a mais para o transporte da água por 720 quilômetros e recalques de até 304 metros.

Quanto custará essa água só Deus sabe, porque tudo sabe. Os estudos oficiais não fazem qualquer referência detalhada aos custos de transporte e bombeamento da água. Mas os técnicos do Governo e de instituições privadas arriscam uma estimativa: a água transposta vai custar pelo menos cinco vezes mais que a água atualmente posta à disposição dos nordestinos. Essa constatação leva a duas perguntas inevitáveis: os custos serão inteiramente repassados aos usuários ou haverá subsídios públicos? Nesse caso, quem os pagará, os Estados que mal conseguem bancar suas folhas de pessoal, ou o governo federal?

Se a conta for para os usuários, me permito uma outra dúvida: quem conseguirá irrigar com competitividade utilizando água cinco vezes mais cara? Ou serão os usuários urbanos que pagarão a fatura das roças de melão e dos viveiros de camarão? O projeto não registra uma só linha sobre o custo da água, menos ainda sobre quem o pagará.

O Brasil corre o risco de investir R\$ 7 bilhões para transpor uma água que não vai chegar ao fim da linha e irrigar produtos inviabilizados por seu custo. O Brasil terá desperdiçado R\$ 7 bilhões, mas como no bordão de um antigo programa humorístico da televisão, o presidente da república terá feito seu comercial...

Não há como fugir de uma grave constatação adicional. Os números do projeto de transposição mudam de documento a documento. São uns no Estudo de Impacto Ambiental, já diferem no Relatório de Impacto Ambiental. De um documento do Ministério da Integração para um discurso do presidente da República a população supostamente beneficiada já cresce em 2 milhões de habitantes. O próprio Ministro da Integração muda de discurso e, sobretudo, muda de enfoque de acordo com o auditório.

Quando acham pouco a vazão mínima de 26,4 metros cúbicos/segundo, os defensores da transposição trabalham com a vazão máxima sonhada, de 127 metros cúbicos/segundo, mesmo omitindo que essa vazão máxima só acontecerá quando a barragem de Sobradinho estiver cheia, em apenas quatro a cada dez anos.

Se o auditório questiona o volume d'água retirado do rio, aí se trabalha com a vazão mínima. Um só item permanece rigorosamente o mesmo em todas as declarações do Ministro da Integração: o governo federal só construirá o canal central. Tudo o mais será responsabilidade dos Estados.

Mas me permito de novo questionar: com que recursos, se esses mesmos governos não têm como sequer distribuir a água já acumulada em seus estados? Com que dinheiro vão fazer adutoras, sistemas de distribuição de água para a água transposta, se

em muitos casos não conseguem sequer atender aos municípios vizinhos a seus grandes açudes?

Há uma inegável sensação de que o governo federal quer uma bandeira eleitoral, não importa se transfere para os estados o pesado ônus econômico de fazer obras sem lastro orçamentário. Responda quem puder: o que o governo federal está investindo em abastecimento d'água no semi-árido nordestino? Atrevo-me a estender a pergunta: o que o governo lula está investindo em água mesmo nas grandes cidades nordestinas?

O que se vê é o mesmo quadro, de Minas à Paraíba, de Alagoas ao Ceará: todo o investimento em água e saneamento básico feito hoje no Nordeste é de responsabilidade dos próprios estados, que tomaram dinheiro emprestado na Caixa Econômica, pagando juros, correção monetária e tudo o mais a que só os bancos têm direito.

Em Alagoas, por exemplo, pararam as obras das adutoras do sertão e do agreste, que tiravam água do São Francisco para abastecer municípios ribeirinhos. Parou por completo o projeto de revitalização do Rio São Francisco, por falta de recursos – e a revitalização é essencial para garantir água e trabalho para dezenas de municípios ribeirinhos dos sertões.

Todos os projetos de exploração econômica do baixo São Francisco estão paralisados e prejudicados. O projeto de piscicultura baseado em Penedo, por exemplo, tem um potencial de produção de 200 mil toneladas de pescado a cada ano. Lá produzimos a melhor tilápia do mundo. Chegamos a produzir 15 toneladas, mas quando o projeto estava para deslanchar, parou tudo: a produção já caiu para 4 toneladas no ano passado. Só Deus sabe quanto se poderá produzir este ano...

Faça-se um registro de justiça ao Governo Lula: não há, no caso, qualquer discriminação em relação à água. O governo parou tudo. Com exceção única das obras do aeroporto, custeadas pela superavitária Infraero, todas, rigorosamente todas as obras federais em Alagoas foram paralisadas pelo Governo Lula. O Governo Federal não as toca, o Estado não tem como reiniciá-las. Desgraçadamente, o investimento feito está se perdendo.

Faltam recursos, diz o mesmo Governo que pretende, agora, iniciar um investimento de R\$7 bilhões para fazer o que hoje já não está conseguindo por falta de dinheiro: distribuir água a quem tem sede, permitir a irrigação a quem quer plantar. Lamento que faltem mais que recursos, faltam compromissos.

Nesta casa mesmo, questionei o vice-Presidente José Alencar, que por muito tempo coordenou o projeto de transposição, sobre o sentido de começar

essa obra quando o baixo Vale do São Francisco estava penalizado com a paralisação de todos os seus projetos. Está nos anais do Senado a garantia do vice-presidente da República de que a transposição só seria iniciada quando os projetos do Baixo São Francisco estivessem concluídos. O vice-Presidente Alencar também foi enganado. Nessa questão, como na questão dos juros que não param de subir, o Vice José Alencar é voto vencido e voz desprezada. Para sofrimento do Brasil.

Faltam compromissos, mas falta também respeito. O Governo desrespeita o Comitê da Bacia, que desaprovou a transposição para outro uso que não o abastecimento humano e animal. O governo desrespeita normas institucionais, quando abre concorrências sem sequer ter, ainda, a aprovação dos órgãos de defesa do meio-ambiente. O governo semeia a confusão institucional, quando decide unilateralmente questões obviamente multilaterais, como a destinação das águas de um rio que banha cinco estados brasileiros.

Nesse caos institucional criado, que dirá o Governo Federal se um Estado como Minas resolver gerir por conta própria seus rios e riachos caudatários do São Francisco, por exemplo? E se amanhã Minas ou Bahia resolverem barrar os afluentes do São Francisco, comprometendo sua vazão, sua navegabilidade e os projetos a jusante?

Todos dirão que, para decidir e normatizar questões como essas, existe um Comitê de Gestão da Bacia, criado por uma legislação que representou um inegável e aplaudido avanço institucional em nossa política de recursos hídricos. Mas eu lhes pergunto: que conselho, se o próprio governo federal o atropela hoje para impor seu capricho? Que conselho, que lei, que harmonia institucional sobreviverá se tudo está sendo atropelado pelo próprio Governo que deveria preservá-los?

A transposição, como está posta, não passa, infelizmente, de um projeto eleitoral, porque não atende a urgências nem prioridades, porque violenta o bom senso administrativo e a lógica econômica, porque desperdiça recursos, porque mistifica e engana o País inteiro. Poucas vezes, ao longo de nossa história, um governo se dispôs, com igual cinismo, a manipular tão descaradamente a emoção do País e, pior ainda, instrumentalizar de forma tão inescrupulosa a sede e a miséria de milhões de sertanejos.

Só a história poderá dimensionar o prejuízo que essa aventura orçamentária trará para o Nordeste e os nordestinos. Sabe o Governo, sabe o seu partido que estão enganando o Brasil quando afirmam, pela televisão, que esse projeto vai acabar com a sede e com a miséria do Nordeste. E quando já no próximo

verão e na próxima seca, de novo o Nordeste se levantar pedindo carros-pipas e assistência emergencial? O que dirá o Brasil, a não ser que a região é inviável e um poço sem fundo de investimentos sem retorno? Quem pagará por esse crime de lesa-Nordeste?

Volto ao ponto de partida desse pronunciamento. Ninguém poderá ser contra levar uma cuia d'água a quem tem sede. Quem o ousaria? Ninguém poderá ser contra a pretensão absolutamente legítima do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco de se desenvolverem, criando oportunidades de trabalho e de renda para seus agricultores. Ninguém poderá criticar o anseio de todos estados pelo desenvolvimento econômico e social de sua zona rural. Mais que simples pretensão, este é um direito legítimo e absolutamente inquestionável.

Respeito e defendo, igualmente, que o Governo, qualquer governo, eleja suas bandeiras eleitorais. Mas se o Governo Lula pretende mesmo levar água ao semi-árido, se ele quer mudar o destino dessa região, que faça o que é lógico: tome os R\$700 milhões destinados à transposição, este ano, e faça, de fato, a interligação entre açudes, a distribuição da água acumulada nos reservatórios do semi-árido nordestino, construa adutoras, cisternas, sistemas simplificados, poços, chafarizes, pontos de abastecimento para a população difusa.

Ele entrará para a história como o presidente que mudou, radicalmente, não apenas a face do semi-árido, mas o destino do Nordeste. A transposição, ao contrário, só o marcará como protagonista da teimosia mais cara e da aventura mais custosa de toda a nossa história.

Por mais que se tenha dito, jamais será bastante repetir, até para que o governo o ouça e assimile: o que falta no Nordeste não é água, presidente. O que falta é política de água. A chuva do início do ano passado fez daquele o mais chuvoso dos últimos 90 janeiros. As águas destruíram cidades, estradas, pontes, casas e plantações. A água escoou, desceu pelos rios, entrou pelos mares, drenando esperanças, deixando rastros de destruição.

Poucos meses depois, já era verão, já era seca, exigindo carro-pipa para levar aos sertões a água que não soubemos captar.

Apesar de tudo, água temos, em milhares de pequenos e grandes açudes, alguns quase oceânicos, como o Castanhão e o Orós, o Armando Ribeiro Gonçalves e o Coremas mãe-d'água, para citar apenas os que acumulam mais de 1 bilhão de metros cúbicos. Água temos. Mas como não temos política de água, temos cidades com sede bem à margem dos grandes açudes. Lavouras apenas de sequeiro à beira de verdadeiros oceanos de água doce e quase nas barrancas do próprio São Francisco. Faltam a todos recursos para

distribuir a água, levando-a às torneiras das casas ou aos pivôs de irrigação.

Por que, então, não complementar essas obras que já estão prontas? Por que iniciar outra que nem se sabe se dará para terminar? Mas com certeza se sabe que não dará pra funcionar? Por que? Por mais que me pergunte, por mais que os questione, não consigo responder: por quê?

Mesmo nascido na zona da mata de Alagoas, onde o verde pinta o horizonte o ano inteiro, aprendi com o sofrimento do sertanejo que a água tem para nós um sentido absolutamente especial e mágico. Não é à toa que as casas das fazendas nordestinas são todas voltadas para o rio ou o açude, pois nenhuma paisagem será mais cara ao sertanejo que a da água acumulada.

Só quem nasceu nos sertões, só quem viveu ou testemunhou a saga da lata d'água disputada com animais em barreiros lamacentos, só quem já bebeu lama mais que água, poderá sentir em sua alma o significado de uma chuva, de um rio cheio ou de um açude transbordando. Para qualquer brasileiro, será apenas mais uma cena da natureza. Para o nordestino, será mais um milagre da vida.

Lamento, e como lamento, ter que mostrar a esta Casa que o Nordeste corre o risco de desperdiçar um investimento de R\$7 bilhões, que jamais teve, esterilizando tantos recursos em uma obra economicamente inviável, tecnicamente questionável e socialmente discutível. Lamento, e como lamento, que na hora em que o Nordeste tem a chance de conseguir um investimento que poderia mudar sua face e seu destino, corra antes o risco de tudo perder. Pior ainda, de atrair para si a descrença e o desencanto mais absoluto por parte do resto do País.

Espero, e como espero, que Lula, o Presidente-retirante, reveja esse projeto e destine os recursos que reservou para a transposição, para fazer o que o Nordeste espera e exige: distribuir a água que já tem. Recurso público, presidente, não se desperdiça. E com água não se brinca. E se querem desperdiçar orçamentos e recursos, respeitem ao menos nossos símbolos. Respeitem nossa água.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, com fé em Deus e fé na luta do povo, a Presidência vai encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 13 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 087 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 057, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar levantamentos, estudos, propostas e soluções, com vistas aos ajustes ergonômicos no acervo mobiliário, de recursos tecnológicos, de comunicação e reformas de engenharia, necessários ao acesso às dependências do Senado Federal e manutenção da qualidade de vida das pessoas portadoras de limitações físicas, sensorial ou mental.

II – Designar o servidor Aloysio de Brito Viera, matrícula 29753, para integrar como membro a presente comissão, em substituição a servidora Deisimar Marcelino Santos Lima, matrícula 39989.

III – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2005.

Senado Federal, 16 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2572 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 009286/03-9 e anexos,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 8.112/90, e conforme decisão do Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário, às fls. 346, cancelar a reserva inominada de 25% (vinte e cinco por cento), feita nos termos do Ato do Diretor-Geral n.º 3772/2003, e reverter a respectiva cota da pensão vitalícia para MARIA DE JESUS SANTANA SENA, na condição de companheira, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), mantendo a pensão vitalícia de MARIA MENDES, na condição de ex-esposa pensionada, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) e a pensão temporária de ALEX LUIS SENA DE DEUS, na condição de filho menor, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex- servidor PEDRO ALEXANDRE DE DEUS, matrícula 6066-ERGON, a partir da data do óbito, 14/04/2003.

Senado Federal, em 16 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2573 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ~~exercício~~ de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.º 009286/03-9 e anexos,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a ALEX LUIS SENA DE DEUS, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA MENDES, na condição de ex-esposa pensionada e MARIA DE JESUS SANTANA SENA, na condição companheira, alterando as cotas da pensão vitalícia de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), para cada uma, dos proventos que percebia ex-servidor PEDRO ALEXANDRE DE DEUS, matrícula 6066-ERGON, a partir da data da maioridade, 31/12/2004.

Senado Federal, 16 de junho de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2574 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Processo n.º 5559/05.7,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **SILVIO HAUAGEN SOARES** reversão ao serviço ativo, no cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 45.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.

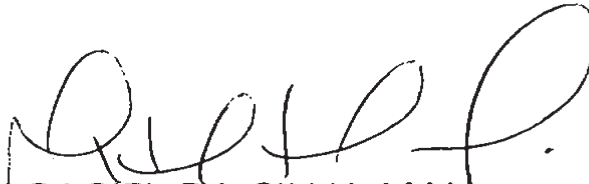
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2575 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 1683/05-5 resolve DECLARAR aposentada compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 6 de junho de 2005, ZELINDA MARIA DOS SANTOS, matrícula 22138, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

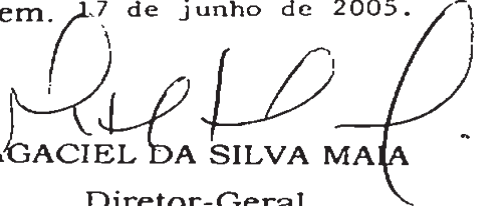
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2576 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007.102/05-4 e anexos,

RESOLVE, fundamentado na sentença proferida pelo Juiz Federal Substituto da 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Eduardo Luiz Rocha Cubas e com base na recomendação contida na Informação nº 064/2005-ADVOSF, conceder pensão vitalícia, provisoriamente, a DAGMAR BRAULE PINTO BANDEIRA SILVA, na condição de ex-esposa pensionada, nos termos dos arts. 215 e 217, inciso I, alíneas "b", da Lei n.º 8.112/90, no percentual de 100% (cem por cento) dos proventos que percebia o ex-servidor SEVERINO JORGE TRINDADE SILVA, matrícula 1974-ERGON, a partir de 03/06/2005.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



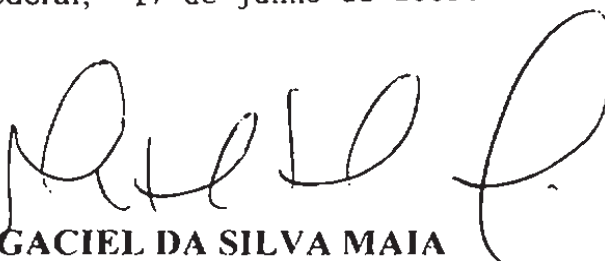
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2577 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009358/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO ALBERTO FARIA ALVIM, matrícula 42034, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 13 de junho de 2005.

Senado Federal, 17 de junho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2578 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009357/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora LETICIA DUARTE NOGUEIRA, matrícula 30779, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 13 de junho de 2005.

Senado Federal, 17 de junho de 2005.



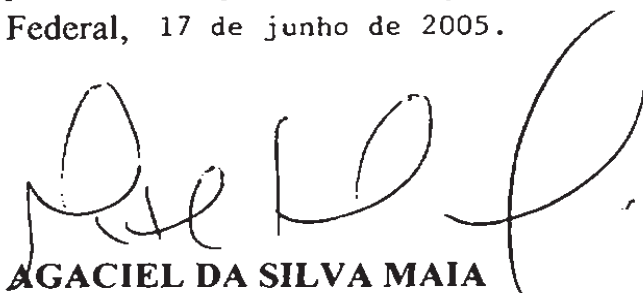
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2579 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009302/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora NEIDA CONCEIÇÃO SILVA SOARES, matrícula 39709, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marco Maciel, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, a partir de 09 de junho de 2005.

Senado Federal, 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2580 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009402/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora LEILA DAHER, matrícula 51965, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Diretor Adjunto, Símbolo FC-8, da Secretaria TV Senado, a partir de 13 de junho de 2005, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 17 de junho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2581 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009386/05-0,

RESOLVE designar a servidora JUNIA CLAUDIA GONDIM MELO, matrícula 55181, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Diretor Adjunto, Símbolo FC-8, da Secretaria TV Senado, a partir de 13 de junho de 2005.

Senado Federal, 17 de junho de 2005.



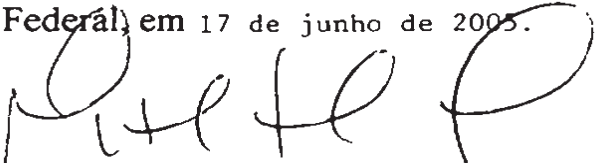
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2582 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009603/05-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO SANDOLIN**, matrícula n.º 172835, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Wirlande da Luz, a partir de 16/06/2005.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2583 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009506/05-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RAPHAEL SILVA REIS**, matrícula n.º 152885, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 14 de junho de 2005.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2584 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009587/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JAIRO DE MORAES TEIXEIRA JUNIOR**, matrícula n.º 177535, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 17 de 2005.



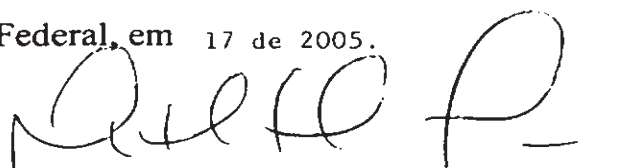
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2585 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009651/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA EDUARDA CAVALCANTI ROSAURO DE ALMEIDA**, matrícula n.º 177018, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 17 de 2005.



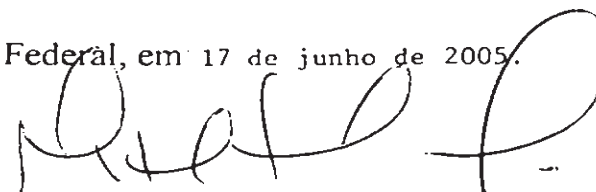
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2586 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009.553/05-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ROBERTO ARRUDA DE MIRANDA**, matrícula n.º 173074, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



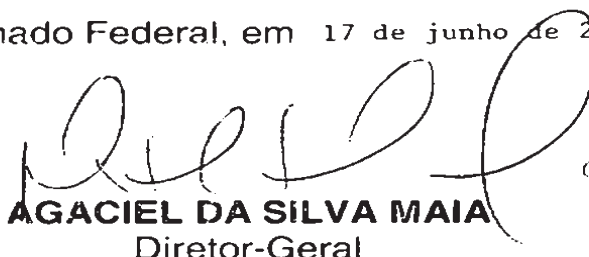
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2587 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.108/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito a alteração do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, de **JAIR DOMINGOS GONÇALVES**, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2357, de 30/05/2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3243, de 31/05/2005.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



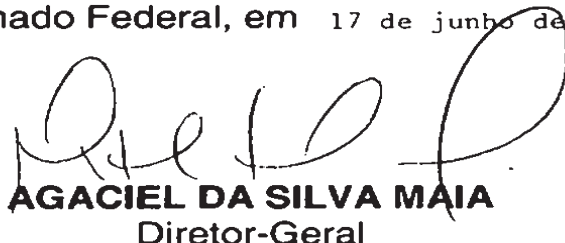
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2588 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.378/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2080, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3231, de 12/05/2005, que nomeou **MYRIA REGINA ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



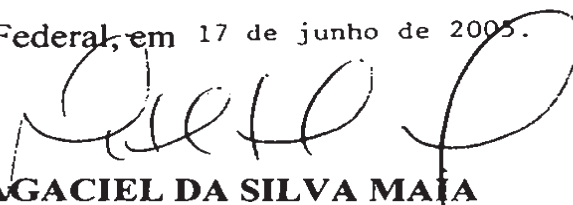
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2589 , DE 2005****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no**

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009650/05-9,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO COUTINHO MALATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



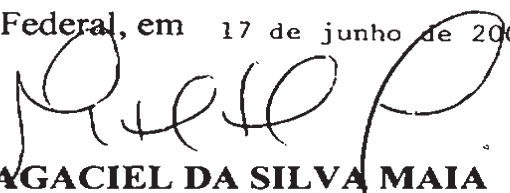
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2590 , DE 2005****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no**

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009241/05-1,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSIVALDO ALVES ALENCAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



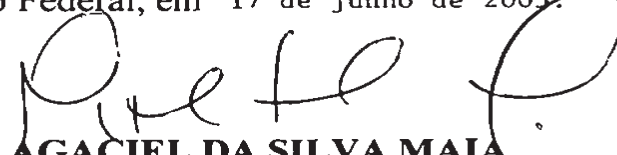
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2591 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009646/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ALVINA DE SOUZA MEOHAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



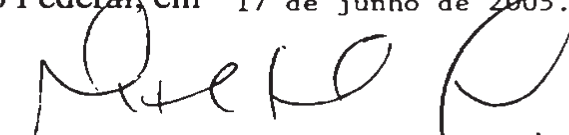
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2592 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009649/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO VIEIRA DA SILVA DIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 22593 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007.378/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MYRIA REGINA ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005:



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 22594 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009528/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WANDERLÉIA MAGALHÃES RAMOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2595, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.517/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAFAEL DE ASSIS SIMÕES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Soares.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2596, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.546/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HAMILTON TEIXEIRA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

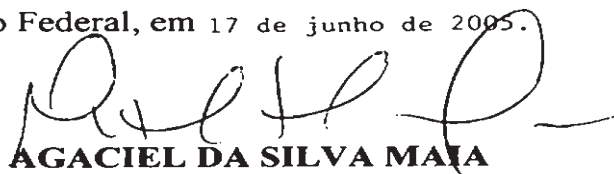
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2597 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.624/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA CRISTINA BARBOSA LOPES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.

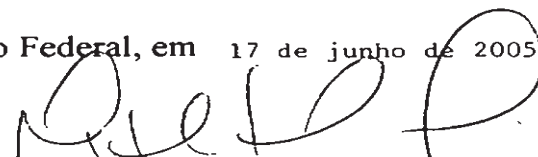

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2598 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.625/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EVERTON CHAVES ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2599 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.555/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ISABELLA FERNANDA RANGEL MENDES DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2600 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009647/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIOVANNA LOBATO ZANNI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2601 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009656/05-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERÔNICA ALMEIDA VIEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2602 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009635/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINA ROLLEMBERG NOGUEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Educação.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.

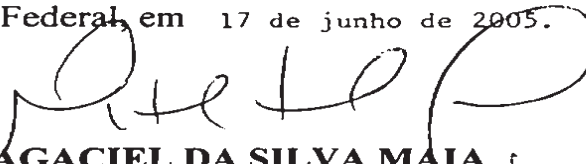

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2603 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009632/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINE TOMAS DA LUZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



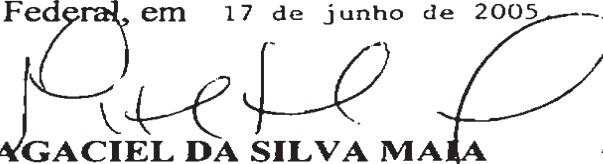
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2604 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009240/05-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DIVINO ALENCAR LEÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 17 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



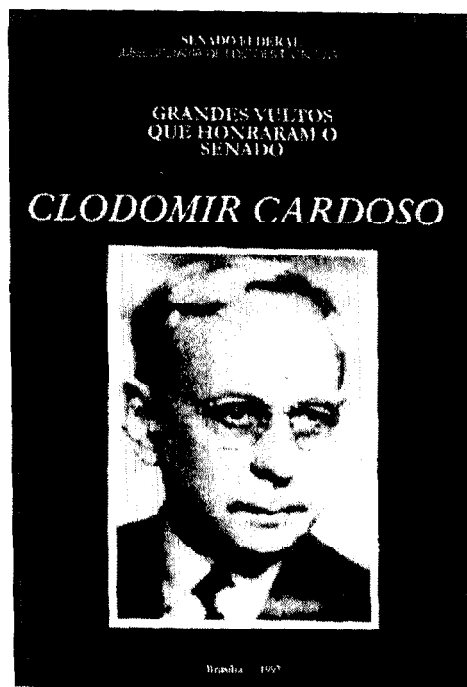
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 206 PÁGINAS